

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

***ASSURANCE SERVICE* : UM ESTUDO DE NOVAS
OPORTUNIDADES DE SERVIÇOS DA AUDITORIA**

EDISON RYU ISHIKURA
ORIENTADOR: PROF. DR. LÁZARO PLÁCIDO LISBOA

São Paulo
2000

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE**

Diretor: Prof. Dr. Eliseu Martins

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

T657.45 179a

T80661



2060000390



Powered by MidProStar - www.logprocess.com.br

**ASSURANCE SERVICE : UM ESTUDO DE NOVAS
OPORTUNIDADES DE SERVIÇOS DA AUDITORIA**

EDISON RYU ISHIKURA

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo para a obtenção do Título de Mestre em Contabilidade.

ORIENTADOR: PROF. DR. LÁZARO PLÁCIDO LISBOA

FICHA CATALOGRÁFICA

Ishikura, Edison Ryu

Assurance service : um estudo de novas oportunidades de serviços da auditoria / Edison Ryu Ishikura. __ São Paulo : FEA/USP, 2000.

169 p.

Dissertação – Mestrado

Bibliografia.

1. Auditoria 2. Contabilidade I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP

CDD – 657.45

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Lázaro Plácido Lisboa pela orientação, apoio e dedicação.

Ao Professor Doutor Luiz Nelson Guedes de Carvalho, pelas suas inestimáveis contribuições, sugestões, idéias, orientação e dedicação na transposição que surgiram ao longo do caminho, até a finalização deste trabalho.

Ao Professor Gilberto Martins, pela ajuda na elaboração do roteiro de entrevistas.

Aos Professores Ernesto Rubens Gelbcke e José Rafael Guagliardi, pelo apoio e sugestões.

Aos sócios da PriceWaterhouseCoopers, Ana Maria Elorieta e Irineu de Mula, pelas sugestões e material que me foi concedido.

Aos Srs. Charles Holland, sócio da Ernst & Young, Agenor Yamamoto e Ricardo Balkins, sócios da Deloitte Touche Tohmatsu, pelas preciosas contribuições.

Aos colegas Eduardo Nunes Carvalho e Cléber Custódio, gerentes da KPMG e da Arthur Andersen, respectivamente, pelo apoio.

Meus sinceros agradecimentos aos colegas Elizabeth Ferraz Barros, Valcemiro Nossa e Carlos Aragaki pelas contribuições que foram muito valiosas em diversas etapas deste projeto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistema de Classificação das Práticas Contábeis.....	2
Figura 2: Fontes de Decisão para Tomadores de Decisão.....	9
Figura 3: Modelos de relatórios de desempenho.....	14
Figura 4: Assurance Services na visão do AICPA.....	39
Figura 5: Diagrama Sumário conforme IFAC	42
Figura 6: Mudanças de enfoque de auditoria.....	63
Figura 7: Relação entre os componentes de riscos de auditoria e a natureza, período e extensão de testes substantivos.....	97
Figura 8: Evolução de litígios, nos Estados Unidos, envolvendo questões contábeis.....	100
Figura 9: Relatórios Financeiros	104
Figura 10: Força Tarefa em Assurance Service – CICA.....	132
Figura 11: Novo Modelo de Emprego dos Serviços de Assurance.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faturamento Anual das Empresas de Auditoria – US\$ milhões	6
Tabela 2: Arthur Andersen – % de Participação das Áreas sobre o Faturamento.....	7
Tabela 3: Ernst & Young – % de Participação das Áreas sobre o Faturamento.....	7
Tabela 4: Coopers & Lybrand – % de Participação das Áreas sobre o Faturamento	7
Tabela 5: Price Waterhouse – % de Participação das Áreas sobre o Faturamento.....	8
Tabela 6: Receita de Consultoria por empresas no exercício de 1998	8
Tabela 7: Sugestões dos <i>Controllers</i> para melhorar a qualidade dos Serviços de Auditoria.....	13
Tabela 8: Modelos de relatórios de desempenho.....	18
Tabela 9: Principais Tipologias de Pesquisa	23
Tabela 10: Quadro comparativo entre os serviços de atestação, <i>assurance</i> e consultoria.....	38
Tabela 11: Perdas Famosas com Derivativos	70
Tabela 12: Comparação da terminologia entre o SAS 55 e SAS 78.....	75
Tabela 13: Comparação dos elementos da estrutura de controle interno do SAS 55 com os componentes do controle interno do SAS 78.....	76
Tabela 14: Matriz de componentes de riscos – IFAC	95
Tabela 15: Matriz de componentes de riscos – BOYTON & KELL	96
Tabela 16: Evolução de litígios nos Estados Unidos, de âmbito federal	100
Tabela 17: Relação de litígios, por setor, nos Estados Unidos – 1996/1998	101
Tabela 18: Integridade e segurança no comércio eletrônico	110

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. APRESENTAÇÃO	1
1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	16
1.3. OBJETIVO E ESCOPO	19
1.4. JUSTIFICATIVA	21
2. METODOLOGIA DE PESQUISA	23
2.1. O ESTUDO E AS TIPOLOGIAS DE PESQUISA	23
2.2. TIPO DE PESQUISA ADOTADO	25
3. ASSURANCE SERVICE	28
3.1. INTRODUÇÃO	28
3.2. DEFINIÇÃO	32
3.3. DISTINGUINDO ASSURANCE SERVICE DE OUTROS SERVIÇOS	34
3.3.1. Atestação	34
3.3.2. Consultoria	37
3.3.3. Análise entre os tipos de serviços	38
3.4. INSTRUÇÃO CVM N.º 308	44
4. ENFOQUE DE AUDITORIA	51
4.1. INTRODUÇÃO	51
4.2. DEFINIÇÃO	55
4.3. ENFOQUE DE AUDITORIA ADOTADO PELAS BIG FIVE	57
5. AVALIAÇÃO DE CONTROLE INTERNO E DE RISCOS	65
5.1. INTRODUÇÃO	65
5.2. CONTROLE INTERNO	77
5.2.1. Definição	77
5.2.2. Componentes do Controle Interno	79
5.2.3. Categorias de Controle Interno	83
5.2.4. Confiança nos Controles Internos	84
5.2.5. Avaliação de Controle Interno	85
5.3. RISCOS	89
5.3.1. Risco em Auditoria	89
5.3.1.1. Risco Profissional	89
5.3.1.2. Risco de Auditoria	92
5.3.1.2.1. Risco Inerente	92
5.3.1.2.2. Risco de Controle	93
5.3.1.2.3. Risco de Detecção	94
5.3.1.2.4. Relacionamento entre os Componentes dos Riscos de Auditoria	94
5.3.1.3. Risco de Serviços ao Cliente	98

6. OPORTUNIDADES DE NOVOS SERVIÇOS	103
6.1. INTRODUÇÃO	103
6.2. AICPA	106
6.2.1. Comércio Eletrônico	109
6.2.2. Avaliação de Risco	113
6.2.3. Mensuração de Desempenho Empresarial	115
6.2.4. Confiabilidade nos Sistemas	117
6.2.5. Mensuração de Desempenho de Serviços de Saúde	120
6.2.6. ElderCare	123
6.2.7. Outros Serviços Identificados	124
6.3. CICA	132
6.3.1. Auditoria Contínua	134
6.4. IFAC	135
6.5. BIG FIVE	138
6.6. PESQUISA EXPLORATÓRIA SOBRE ASSURANCE SERVICE NAS BIG FIVE	142
7. CONCLUSÕES FINAIS	156
BIBLIOGRAFIA	161

RESUMO

O objetivo desta dissertação de mestrado é estudar as novas oportunidades de serviços das empresas de auditoria, denominadas *assurance service*, que ampliam seu campo de atuação devido a novas necessidades dos usuários das informações. Isto se dá em função de: avanço da tecnologia de informação (comércio eletrônico, telecomunicações e sistemas integrados); mudanças de estruturas corporativas (concentração de empresas, competição entre cadeias de empresas, organização dos processos e *core business*); fluxo de capital (novos canais de distribuição, participação nos resultados e erosão de margens); *accountability* (diversidade de necessidades, mudanças nos critérios de decisão e maiores exigências dos usuários das informações); globalização (blocos econômicos, quebra de barreiras alfandegárias, menor intervenção governamental e quebra de monopólios); aumento da expectativa de vida das pessoas.

Diante da complexidade dos negócios, os usuários das informações necessitam de asseveração das informações de forma contínua para minimizar os riscos, principalmente os riscos inerentes e de controle, e agregar valor na tomada de decisão.

Diante dessas necessidades, as empresas de auditoria promoveram uma reengenharia no seu enfoque, mudando do tradicional (de resultados) para o sistêmico (de processos), passando a avaliar os riscos e os controles internos e voltando-se para os negócios dos clientes.

As empresas de auditoria independentes, percebendo essas novas necessidades dos clientes, passaram a formar equipes e oferecer serviços além da auditoria de demonstrações contábeis. Esses novos serviços vieram a ter relevância tão expressiva em suas empresas que os departamentos de auditoria passaram a ser denominados *assurance and business advisory service*.

O público alvo desses serviços passou a ser não somente os usuários externos das empresas, mas os usuários internos, que utilizam essas informações para fins de tomada de decisão.

O AICPA e o CICA desenvolveram modelos de identificação de novos serviços que podem ser executados por auditores, resultando no reconhecimento de seis novos serviços com potencial de geração de receita.

Como se trata de assunto recente, o AICPA, CICA e IFAC ainda estão em fase de elaboração da regulamentação desses novos serviços.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to study the new opportunities of services by audit firms, denominated "assurance service", which can broaden their field of activities due to the new necessities of the users of financial information. This occurs due to: the advances in information technology (electronic commerce, telecommunications and integrated systems); changes in corporate structures (concentration of companies, competition among conglomerate, organization of processes and revision of core businesses); capital flows (new distribution channels and challenges to profit margins); accountability (diversity of needs, changes in the criteria of decision and greater demands of the information users); globalization (economic blocks, fall of customs barriers, less governmental intervention and reduction of monopolies); and the increase of life expectation.

Facing the complexity of business, the users of information need the continuous assurance of data and information in order to minimize risks, mainly the inherent and control risks, and demand aggregation of value to decision making.

Facing these needs, auditing firms adopted a reengineering in their approach, shifting from the traditional one (of results) to the systemic (of processes), starting to evaluate the risks and internal controls and directing themselves towards better understanding the business of their clients.

The independent auditors, perceiving these new necessities of their clients, started to qualify teams and offer services in addition to the basic audit of financial

statements. These new services started to feature an expressive relevance in their firms in such a way that the audit departments started to be called assurance and business advisory service.

The target public for these services turned out to be not only the external users of companies, but also the internal users, who need quality information to help them on decision-making.

The AICPA and the CICA have developed models of identification of new services that can be accomplished by auditors and as a result there is the recognition of six new potential services that can yield revenues.

As it is a recent matter, the AICPA, CICA and the IFAC are still developing standards or orientation for these new potential services.

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO

Por muitos anos, os auditores externos, através de seus serviços de atestação, têm proporcionado a asseveração das demonstrações contábeis das empresas. Porém, nos últimos anos, eles têm sido questionados quanto à eficácia dos trabalhos de auditoria devido ao insucesso de empresas e instituições financeiras que aparentemente apresentavam boa situação financeira, segundo demonstrações contábeis com pareceres de auditoria sem ressalvas. É crescente o número de empresas de auditoria envolvidas em litígios, em nível internacional e nacional, e sua utilidade como meio de comunicação aos usuários das informações das demonstrações contábeis vem sendo questionada.

De acordo com IUDÍCIBUS (1994, p. 36), a disseminação da influência contábil norte-americana no Brasil deve-se principalmente à adoção pela Universidade de São Paulo, em 1964, da obra didática de Finney & Miller (*Introductory Accounting*), mas com importantes adaptações à realidade brasileira.

Conforme FRANCO (1988, p. 46):

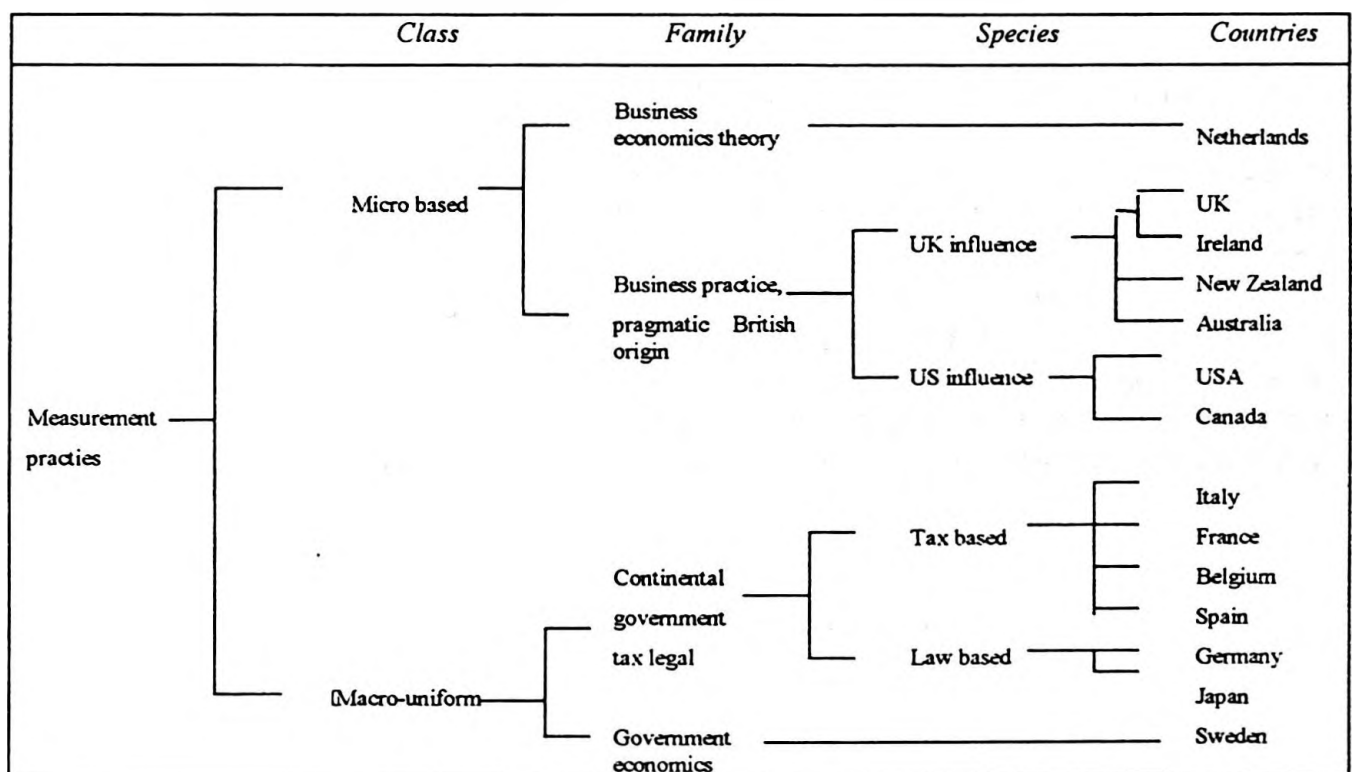
“A forte influência dos princípios contábeis norte-americanos decorre principalmente de dois fatores:

- 1. A influência do poderio norte-americano, cujos investimentos distribuíam-se em todo o mundo, e;*

2. *A forma pragmática como os norte-americanos desenvolveram os conceitos básicos da Contabilidade, voltados para a finalidade objetiva de orientar a execução dos registros contábeis e a elaboração de balanços”.*

De acordo com NOBES *apud* BLAKE & AMAT (1993, p. 21), as diferentes práticas contábeis entre os países derivam de influências históricas de cada uma delas, conforme apresentado na Figura 1 a seguir:

Figura 1: Sistema de Classificação das Práticas Contábeis



Essas influências históricas também influenciaram o desenvolvimento de normas e práticas de auditoria, conforme descreve FROST & RAMIN (1996, p. 62-67):

“O desenvolvimento de normas e práticas de auditoria em diferentes países foi influenciado por inúmeros fatores, incluindo a natureza financeira, tamanho e complexidade dos

negócios e mercado de capitais, legislação tributária e ambiente legal... Diferenças internacionais nos negócios, legais e ambiente cultural também levaram à variação dos objetivos de auditoria”.

Conseqüentemente, a forma do parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis no Brasil teve grande influência das práticas contábeis norte-americanas através de grandes empresas que aqui se instalaram (FRANCO, 1988, p. 45).

“Entendo que deve ser dada maior importância às grandes firmas nacionais e internacionais de auditoria, que imprimiram a seus clientes, empresas nacionais e multinacionais, a adoção de boas e modernas normas contábeis, hoje com nítida influência internacional. Essas firmas exerceram grande função pedagógica no Brasil, não somente orientando os contadores de grandes empresas, mas também treinando milhares de jovens para integrarem seus quadros de auditores, muitos dos quais posteriormente passaram a exercer funções de contador em empresas comerciais, industriais e bancárias, disseminando seus conhecimentos.”

Conforme CARVALHO (1989, p. 3-4), entretanto:

*“Trazida por estas mãos e, nesse contexto de defasagem cronológica, o que havia de sadio no uso de experiências de auditoria maturadas em outros climas culturais desbalanceou-se por duas razões: a **primeira** foi o excesso de ‘importação bruta’, ao invés de ‘adaptação inteligente’ (na linha do ‘know-what’ e não do ‘know-why’); fórmulas, normas, regras e formalidades de auditoria eram vertidas para o vernáculo e eventualmente praticadas sem um questionamento analítico das semelhanças e diferenças eventuais entre ‘aqui’ e ‘lá’; a **segunda**, uma permanente exclusão (ou alheamento) das demais partes interessadas – que não os contadores – do debate sobre o **para quem** e **como** auditar e sobre o **para quem** e **como** reportar. O que se fazia no exterior e, por extensão, aqui nas filiais estrangeiras, passou a ser assumido*

como 'bom' para ser praticado internamente, mesmo em situações (cada vez mais freqüentes e volumosas) em que inexistiam 'interfaces' com capitais ou usuários do exterior".

O rápido crescimento do fluxo de capital, produtos e tecnologia, através do rompimento das fronteiras internacionais, tornou necessária a harmonização das práticas contábeis e de auditoria, uma vez que esses profissionais serão expostos a alguns riscos que não se encontram em suas atividades domésticas. Conforme HERMANSON *et alii.*:

"Na perspectiva da auditoria independente, o crescimento de companhias multinacionais trouxe uma nova bolha de risco, até então não encontrada nas auditorias domésticas, incluindo aspectos de moeda estrangeira, cultural, política internacional e riscos econômicos, maior assimetria internacional, e maior complexidade."

Devido à recente crise econômica nos países do sudeste asiático em 1997, o Banco Mundial¹ tem aconselhado as empresas de auditoria a exigirem as demonstrações contábeis em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, e não com as normas locais, a fim de propiciar a transparência das informações divulgadas pelas empresas (ROGERSON, 1988, p. 1 e 4).

Depois dos estragos provocados na Ásia, Rússia e no Brasil, em 1998, os bancos e as autoridades reconhecem que a legislação atual é insuficiente para

¹ Organização criada pelo acordo de *Bretton Woods* de 1944 para auxiliar o financiamento de reconstrução da Europa e Ásia depois da Segunda Guerra Mundial. Concluída esta tarefa, o Banco Mundial (*World Bank*), como o BIRD é conhecido, voltou-se para o financiamento de projetos comerciais e de infra-estrutura, na maioria em nações em desenvolvimento. Não compete com bancos comerciais mas pode participar de empréstimos estruturados por bancos comerciais. Os empréstimos feitos pelo Banco Mundial devem ter a garantia do governo do país que recebe o empréstimo.

proteger o investidor e dar transparência ao mercado. Ademais, o critério de classificação de riscos tem sido alvo de críticas do mercado, uma vez que não considera a volatilidade (oscilação) do ativo, como comenta o diretor do Unibanco Asset Management, em entrevista a BALBI, *Folha de S. Paulo* (15/02/99, p. 2.1-2.4). O que mais chamou a atenção do mercado, porém, foi o desconhecimento do risco envolvido: os investidores que perderam dinheiro em fundos de investimentos desconheciam o risco da aplicação. As informações a serem fornecidas pelo gestor devem ser transmitidas por meio de uma linguagem acessível a todos os investidores.

Devido à sucessão de erros contábeis nos balanços de empresas americanas, a *Securities and Exchange Commission*² (SEC) pode adotar regras mais duras para a supervisão da preparação das demonstrações contábeis, envolvendo inclusive regulamentações mais rigorosas dos comitês de auditoria, uma vez que irregularidades contábeis estão por trás dos maiores escândalos corporativos, conforme *Financial Times apud Gazeta Mercantil* (10/12/98, p. C-7).

Na pesquisa realizada em diversas edições do *International Accounting Bulletin*, constatamos que o faturamento das grandes empresas de auditoria quase dobrou no período de 1990 a 1997, como mostra a Tabela 1 seguir:

² (Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) Os dispositivos legais, por cuja aplicação a SEC é responsável, destinam-se a incentivar a divulgação integral de informações (*DISCLOSURE*) ao público e proteger os investidores contra práticas ilegais nos mercados de valores. Toda emissão de valores oferecida no comércio interestadual ou através da mídia deve ser registrada junto à SEC; esta supervisiona todas as bolsas de valores e associações nacionais, as sociedades de investimentos (*INVESTMENT COMPANIES*), os consultores e conselheiros financeiros, os corretores e operadores de balcão (*OVER THE COUNTER*) e praticamente todas as pessoas físicas e jurídicas que operam na área de investimentos.

Tabela 1: Faturamento Anual das Empresas de Auditoria – US\$ milhões

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<i>Arthur Andersen</i>	4.200	4.948	5.577	6.017	6.738	8.134	9.500	11.300
<i>KPMG</i>	5.400	6.011	6.100	6.000	6.100	7.500	8.100	9.000
<i>Ernst & Young</i>	5.006	5.406	5.701	5.839	6.015	6.900	7.800	9.100
<i>Coopers Lybrand</i>	4.100	5.000	5.350	5.220	5.500	6.200	6.810	7.541
<i>Deloitte</i>	4.200	4.500	4.800	5.000	5.200	5.950	6.500	7.400
<i>Price Waterhouse</i>	2.881	3.603	3.761	3.887	3.975	4.460	5.020	5.620
Total	25.787	29.468	31.289	31.963	33.528	39.144	43.730	49.961
Total 2³	31.675	35.142	36.227	36.104	36.841	41.800	45.917	50.710
Fonte: <i>International Accounting Bulletin</i>: várias edições.								

Analisando as participações percentuais de cada empresa, distribuídas nas áreas de: auditoria, impostos, consultoria e outras, constatamos que os trabalhos de consultoria tiveram um crescimento significativo no exercício de 1998, conforme apresentado na Tabela 6, e uma redução nos serviços de auditoria em cada empresa, conforme demonstram as Tabelas 2 a 5 apresentadas a seguir:

³ Valores históricos corrigidos até dezembro/98, conforme Índice de Preço ao Consumidor Americano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1994, p. 143; 1997, p. 422; 1999, p. 172).

Tabela 2: Arthur Andersen – % de Participação das Áreas sobre o Faturamento

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<i>Auditoria</i>	37	n/d	36	36	36	48 ②	24 ③
<i>Impostos</i>	18	n/d	17	16	15	-	14
<i>Consultoria</i>	-	n/d	-	-	-	-	8 ④
<i>Outros</i>	45 ①	n/d	47 ①	48 ①	49 ①	52 ①	54 ①
Total	100		100	100	100	100	100

① Andersen Consulting
 ② Inclui todas as atividades da Arthur Andersen
 ③ Inclui *Business Advisory Service*
 ④ Representa Arthur Andersen
 Fonte: *International Accounting Bulletin*: várias edições.

Tabela 3: Ernst & Young – % de Participação das Áreas sobre o Faturamento

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<i>Auditoria</i>	56	54	54	51	48	45	44
<i>Impostos</i>	21	21	20	21	21	21	23
<i>Consultoria</i>	16	17	18	19	22	29	33
<i>Outros</i>	7	8	8	9	9	5	-
Total	100		100	100	100	100	100

Fonte: *International Accounting Bulletin*: várias edições.

Tabela 4: Coopers & Lybrand – % de Participação das Áreas sobre o Faturamento

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<i>Auditoria</i>	n/d	56	55	56	55	53	n/d
<i>Impostos</i>	n/d	16	16	17	18	19	n/d
<i>Consultoria</i>	n/d	16	15	16	16	17	n/d
<i>Outros</i>	n/d	12	14	11	11	11	n/d
Total		100	100	100	100	100	

Fonte: *International Accounting Bulletin*: várias edições.

Tabela 5: Price Waterhouse – % de Participação das Áreas sobre o Faturamento

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<i>Auditoria</i>	51	50	50	51	49	47	46 ②
<i>Impostos</i>	23	23	24	24	23	23	25
<i>Consultoria</i>	20	20	19	19	22		26
<i>Outros</i>	6	7	7	6	6	30 ①	6
Total	100	100	100	100	100	100	100

① Inclui consultoria
 ② Inclui contabilidade
 Fonte: *International Accounting Bulletin*: várias edições

Tabela 6: Receita de Consultoria por empresas no exercício de 1998

Empresa	1998 US\$ milhões	1997 US\$ milhões	Taxa de crescimento
Andersen Consulting	8.307,0	6.647,0	24,9
PriceWaterhouseCoopers	6.000,0	4.286,0	40,0
Ernst & Young International	3.970,0	2.950,0	34,6
Deloitte Consulting	3.240,0	2.310,0	40,3
KPMG	3.000,0	2.300,0	30,4
Arthur Andersen	1.367,6	952,9	43,5

Fonte: *International Accounting Bulletin* (1999, p. 2)

Apesar de não dispormos de dados suficientes para elaborar os quadros de evolução de faturamento da Deloitte e da KPMG, constatamos que:

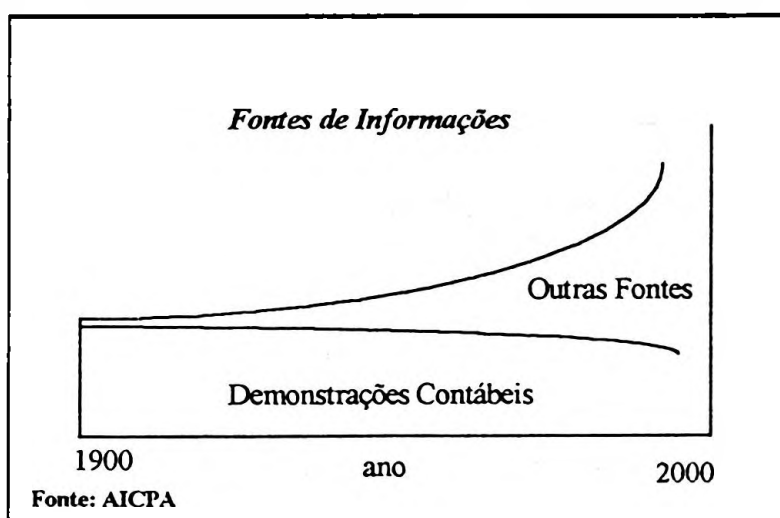
- O faturamento da Deloitte, nos Estados Unidos, no exercício de 1998 foi de US\$ 4,7 bilhões, representando um crescimento de 30 por cento em relação ao exercício anterior. Os serviços provenientes de consultoria apresentaram um crescimento de 44 por cento e os serviços de *assurance* de 17 por cento (DELOITTE, 1999, p. 1).

- ⊖ O faturamento total da KPMG, em nível mundial, no exercício de 1998, foi de US\$ 10,4 bilhões, sendo que a consultoria representa US\$ 3,0 bilhões, com um crescimento, em termos de faturamento, de 30,4 por cento, enquanto o crescimento da empresa foi de 15,6 por cento. (INTERNATIONAL ACCOUNTING BULLETIN. 1998, p. 7; 1999, p. 2).

Essa redução de participação, no faturamento das empresas, dos serviços de auditoria se deve, conforme tabela 6, a um aumento significativo de serviços de consultoria, enquanto que as receitas provenientes de auditoria têm crescido em níveis bem inferiores, porém de forma praticamente uniforme.

As demonstrações contábeis auditadas têm sido cada vez menos utilizadas pelos usuários das informações para tomada de decisão, como mostra a figura 2, apresentada pelo AICPA (1998 b, p. 1):

Figura 2: Fontes de Decisão para Tomadores de Decisão



De acordo com o AICPA (1998 b, p. 1):

“A tecnologia está causando a proliferação de outras fontes de informações utilizadas pelos tomadores de decisão, inclusive investidores e credores. Estudos mostram que as demonstrações contábeis não atendem às necessidades específicas das empresas. Então, as demonstrações contábeis, e conseqüentemente os auditores, estão perdendo seus espaços de informação para tomada de decisão no mercado. A mudança no mix de informação necessária para avaliar modernas corporações indica que a redução do market-share irá continuar. Os tipos de ativos que são capazes de aumentar a receita, em muitas ocasiões, são classificadas como off-balance-sheet.”

Ainda segundo MARTINS & ASSAF NETO (1985, p. 234):

“É de assinalar, ainda, que a análise externa, desenvolvida através das demonstrações contábeis usualmente publicadas pela empresa, traz dificuldades adicionais de avaliação, em função das limitações de informações contidas nos relatórios publicados.”

Devido à pouca utilidade das demonstrações contábeis para tomada de decisão, o AICPA (1998 c, p. 5), através do *Jenkins Committee*⁴, elaborou um estudo com a finalidade de identificar as reais necessidades dos usuários das informações contábeis, para tomada de decisão, que podem ser inseridas nos relatórios financeiros com o objetivo de melhorar seu *disclosure*. As recomendações são:

1. *“Os relatórios financeiros devem prover:*

- *Mais informações com perspectivas futuras, incluindo planejamentos gerenciais, oportunidades, riscos e mensuração de incertezas;*

⁴ *Jenkins Committee (Special Committee on Financial Reporting)*: Formado por membros do *American Institute of Certified Public Accountants*, em 1991, com o objetivo de promover a iniciativa de melhorar as informações quanto a: realçar a utilidade dos relatórios financeiros, aperfeiçoar prevenções e detecções de fraudes, assegurar a independência e objetividade dos auditores independentes, desencorajar ações litigiosas que inibem inovações e informações que poderiam constar nesses relatórios, e o fortalecimento do sistema disciplinário da profissão de auditoria.

- *Maior foco em fatores que agreguem valor a longo prazo, incluindo mensuração de dados não-financeiros e indicando como os principais processos de negócios estão se desempenhando;*
 - *Maior alinhamento das informações divulgadas externamente com as informações utilizadas pelos diretores para gerenciar os negócios;*
2. *Os usuários acreditam que o envolvimento do auditor com as informações financeiras é essencial. Para aumentar a qualidade de seus serviços, o auditor deve ser treinado para se envolver com todos os tipos de informações contidas nos relatórios financeiros do cliente;*
3. *Os participantes na elaboração dos relatórios financeiros devem melhorar quanto a:*
- *Foco nas necessidades de informações dos usuários, procurando a melhor forma de apresentá-las.*
 - *Desenvolvimento e manutenção de um modelo compreensivo de relatórios refletindo os tipos de informações de que os usuários necessitam;*
 - *Adoção de enfoque de longo prazo para o desenvolvimento de uma visão futura do ambiente de negócios e das necessidades futuras de informações por parte dos usuários;*
4. *O ambiente legal corrente desencoraja as empresas a publicarem informações projetadas. As companhias procuram não divulgar informações projetadas até que elas não sejam dissuasivas a fim de evitar problemas de litígios.”*

Segundo CARVALHO *apud* BIANCO (1998):

“Nos últimos anos, as empresas de auditoria independente viraram verdadeiras ‘butiques’, nas quais os serviços mais cobiçados não são os de auditoria, que tiveram sua rentabilidade drasticamente reduzida, mas sim a consultoria – tributária, de informática, de sistemas manuais, de recrutamento ou outplacement de executivos, de ativos tangíveis, etc. O raciocínio é que, uma vez dentro da organização, os auditores vão poder inventariar as carências desta, para em seguida poder vender seus serviços. Cruamente, podemos dizer que algumas empresas estão sendo tentadas a encarar o trabalho de auditoria como um

brinde, que é oferecido em troca da possibilidade de contratação de outros serviços .”

BEHN *et alii* (1997, p. 20), através de pesquisa empírica, demonstra que os *controllers* de empresas americanas auditadas por uma das *big five*¹ sugerem formas de melhoria da qualidade dos serviços de auditoria, conforme Tabela 7 a seguir:

¹ *Big Five*: Conjunto das maiores empresas de auditoria reconhecidas mundialmente. Em 1984, eram compostas pelas seguintes empresas: Coopers & Lybrand, Price Waterhouse, Ernst & Whinney, Arthur Young, Peat Marwick & Mitchel, Deloitte Haskins & Sells, Touche Ross e Arthur Andersen. Em 1989, com as fusões da Ernst & Whinney com a Arthur Young e da Deloitte Haskins & Sells com a Touche Ross passou a ser denominada *big six*. E finalmente, em julho de 1998, com a fusão da Price Waterhouse com a Coopers & Lybrand, esse conjunto de empresas, PriceWaterhouseCoopers, Ernst & Young, KPMG, Deloitte Touche Tomatsu e Arthur Andersen, passou a ser denominada *big five* (KELLY, 1998, p. 29).

Tabela 7: Sugestões dos *Controllers* para melhorar a qualidade dos Serviços de Auditoria

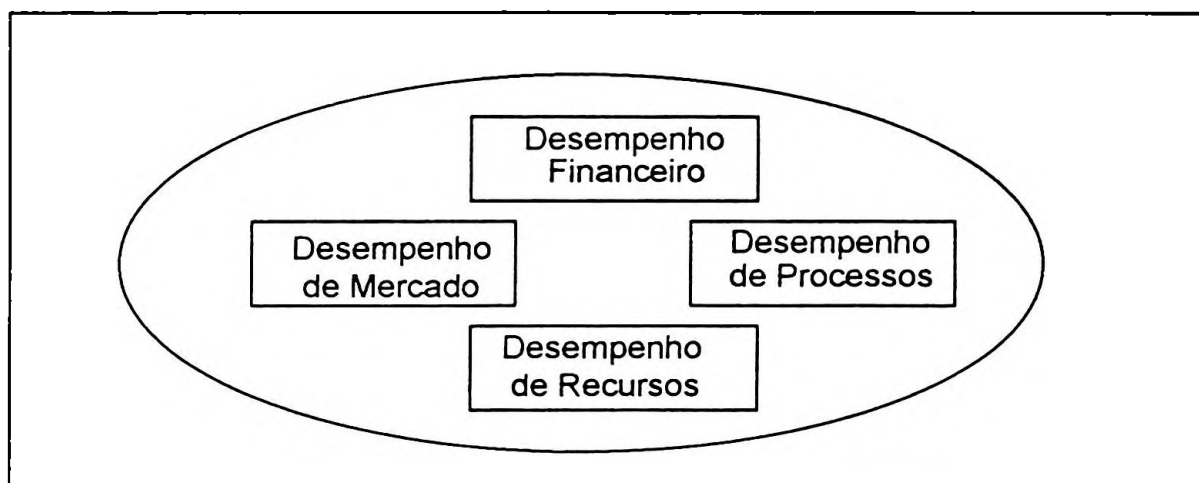
<u>Sugestões</u>	<u>Itens mencionados por 434 <i>Controllers</i> %</u>
1. Maior envolvimento pró-ativo nos negócios, serviços, além dos requeridos pelos princípios contábeis, e sugestões que agreguem valor.	14
2. Menor rotatividade e melhor treinamento	14
3. Maior rapidez em responder a perguntas técnicas e melhor antecipação de questões contábeis que afetarão a companhia	10
4. Melhor conhecimento dos negócios por parte de gerentes e diretores	9
5. Mais trabalhos de íterim, melhor planejamento, coordenação e comunicação	9
6. Maior eficiência, melhor controle dos honorários de auditoria	8
7. Melhorar a coordenação com os escritórios internacionais afiliados	6
8. Maior uso de análise de riscos e foco sobre áreas-chave de auditoria de alto risco	5
9. Aperfeiçoamento nos comentários da carta de gerência e sugestões de controle interno	4
10. Maior envolvimento e comunicação dos sócios	4
11. Melhor manuseio de questões de auditoria de sistemas	2
12. Menor agressividade de marketing dos serviços de consultoria	1

Como podemos deduzir pela tabela acima, os auditores carecem não só de maior envolvimento nos negócios do cliente, como de sugestões que possam adicionar valor à cadeia de informações das empresas. Isto coloca em questão se os auditores são contratados apenas para atender a quesitos legais, e que seus trabalhos têm pouca utilidade aos seus usuários, como frisado pelo AICPA (1998) e CARVALHO (1989).

As informações contidas nas demonstrações contábeis auditadas - dados de transações contábeis históricas, estimadas e evidenciadas de acordo com os

princípios contábeis - são apenas um dos componentes do conjunto de informações do desempenho de uma entidade, conforme o AICPA (1998 d, p. 1) na Figura 3 apresentada a seguir:

Figura 3: Modelos de relatórios de desempenho



Neste modelo o relatório de desempenho inclui três dimensões adicionais, além do desempenho financeiro: desempenho de mercado (*outputs*), desempenho de recursos (*inputs*) e desempenho de processos, o qual enfoca os processos internos críticos utilizados por uma entidade para converter os *inputs* em *outputs*. Adicionalmente, relatórios de cada uma dessas quatro áreas de desempenho podem ser subdivididos em informações históricas e estimadas.

Uma das maiores deficiências das demonstrações contábeis auditadas é a de não mencionar outras informações vitais de desempenho da empresa, aspectos a serem contemplados no Relatório da Administração. Apesar de tudo, tais informações estão começando a ser desenvolvidas e a serem utilizadas por clientes, investidores, credores, empregados, fornecedores, governo, e outros usuários numa

variedade de atividades econômicas de tomadas de decisão. Assim, os auditores, baseados na demanda de mercado, podem auxiliar os contadores a sanar essas deficiências, proporcionando a melhoria das informações a serem avaliadas pelos tomadores de decisão.

1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

As grandes mudanças no mundo dos negócios obrigam as empresas a estar em constante adaptação. Como discutido no capítulo anterior, a demanda pelos serviços de auditoria vem decrescendo nos últimos anos, e com o objetivo de tentar reverter esse cenário e atender adequadamente aos anseios dos usuários de seus serviços, podemos citar as megatendências que afetarão as informações no futuro e, conseqüentemente, os serviços de auditoria independente.

Após minucioso estudo elaborado pelo *Special Committee on Assurance Service*, do AICPA, sob a coordenação de Robert K. Elliott, os principais fatores que afetarão as informações no futuro são (AICPA, 1998 e, p. 1-7):

- “• **Informações Tecnológicas:** A capacidade de tecnologia de informação está avançando e seus custos recuando.
- **Estrutura Corporativa:** Novos paradigmas empresariais resultarão em tipos diferentes de relação; haverá mais alianças e articulações, organizações temporárias, e tipos semelhantes de operações.
- **Accountability:** Haverá um aumento de demanda pela sociedade.
- **Investimentos de Capital:** Os fluxos de capital estão mudando e terão novas relações e responsabilidade.
- **Envelhecimento:** A população está envelhecendo. A idade média de vida está aumentando, e haverá uma concentração de pessoas em grupos de idade mais avançada.
- **Globalização:** O comércio internacional está aumentando e as atividades não reconhecerão mais fronteiras.

- **Educação:** *A formação educacional, principalmente em escolas públicas, está recuando e não melhorará apreciavelmente em um futuro previsível.*

Conforme a PRICEWATERHOUSECOOPERS (1998, p. 2.3), "as tendências no ambiente de negócios que afetarão o futuro das informações são:

1. **Consumidores**
 - *Mais exigentes;*
 - *Menor fidelidade (quantidade homogênea);*
 - *Mudanças nos critérios de decisão;*
 - *Diversidade de necessidades.*
2. **Legislação/Taxas**
 - *Blocos econômicos;*
 - *Quebra de barreiras alfandegárias;*
 - *Menor intervenção governamental;*
 - *Quebra de monopólios.*
3. **Tecnologia**
 - *EDI/Comércio eletrônico;*
 - *Código de barras;*
 - *Telecomunicações;*
 - *Sistemas integrados.*
4. **Competição**
 - *Concentração de empresas;*
 - *Novos canais de distribuição;*
 - *Erosão das margens;*
 - *Competição entre cadeias de empresas;*
 - *Core business (foco).*
5. **Cultura / Administração**
 - *Estruturas enxutas;*
 - *Modelos globais (Best Practices);*
 - *Organizações por processos;*
 - *Participação nos resultados."*

Segundo o *Special Committee on Assurance Service*, inicialmente foram levantados seis novos potenciais de receita através de *assurance service* que podem ser efetuados pelos contadores:

Tabela 8: Modelos de relatórios de desempenho

<u>Serviço</u>	Tradução	(US\$ bilhões)	
		<u>Baixo</u>	<u>alto</u>
<i>Risk assessment</i>	Avaliação de risco	1	2
<i>Performance measures</i>	Mensuração de desempenho	1	3
<i>System reliability</i>	Confiabilidade nos sistemas	1	2
<i>ElderCare</i>	Idosos	2	7
<i>Electronic commerce</i>	Comércio eletrônico	1	3
<i>Health care</i>	Saúde	1	3
Total		<u>7</u>	<u>20</u>

As oportunidades potenciais desses serviços (não temos referência quanto aos números citados) serão detalhadas nos capítulos que seguem.

Além desses serviços, estudos posteriores dos membros do *Special Committee on Assurance Service*, em conjunto com as *big five* e dezessete empresas de auditoria de porte médio, levantaram mais 283 novas oportunidades de serviços (AICPA, 1998 f, p. 1). Espera-se assim um aumento de demanda pelos serviços de profissionais de auditoria e contabilidade (ELLIOTT, p. 61-74).

1.3. OBJETIVO E ESCOPO

Assurance Services são novas oportunidades de serviços independentes que podem ser executadas pelos contadores, em geral, com o propósito de atender aos objetivos dos usuários das informações para tomada de decisão.

Este estudo tem como foco apenas as empresas de auditoria independente, mais propriamente a questão do *Assurance Service* nas *big five*. Nele procuraremos identificar as novas oportunidades de serviços potenciais, que podem ser desenvolvidos pelos auditores, com o propósito de atender às reais necessidades de seus usuários, melhorar a qualidade das informações para tomada de decisão, bem como aumentar a credibilidade de seus serviços para aqueles que os usam em sua tomada de decisão, ou seja, adicionando valor à cadeia de informações num ambiente competitivo e em constante mudança.

Para atingir nosso objetivo, adotou-se o seguinte caminho:

Capítulo I – **INTRODUÇÃO**: Este capítulo visa caracterizar o tema e seus antecedentes, formulando o problema da pesquisa e expondo a justificativa para o desenvolvimento do assunto.

Capítulo II – **METODOLOGIA DE PESQUISA**: Apresenta o processo adotado para a pesquisa científica.

Capítulo III – **ASSURANCE SERVICE**: Apresenta o conceito de *assurance service*, bem como uma análise comparativa deste com outros tipos de serviços, inclusive com o enfoque tradicional de auditoria.

Capítulo IV – **ENFOQUE DE AUDITORIA**: Apresenta a evolução do enfoque de auditoria, em relação ao tradicional, a fim de atender às reais necessidades das empresas de auditoria, que precisam se adequar ao ambiente competitivo. Os *assurance services* requerem um novo enfoque de auditoria, enfoque sistêmico, para atender às necessidades dos vários usuários de informações.

Capítulo V – **AVALIAÇÃO DE CONTROLE INTERNO E DE RISCOS**: Apresenta uma revisão dos conceitos de riscos, de controle interno, das normas e pronunciamentos de auditoria aplicáveis à sua avaliação, bem como análise do impacto de uma avaliação mais detalhada e criteriosa.

Capítulo VI – **OPORTUNIDADES**: Apresenta o estudo das principais oportunidades de serviços que podem ser executados pelo auditor externo, como avaliação de riscos, mensuração de desempenho empresarial e confiabilidade nos sistemas de informações, entre outros.

Capítulo VII – **CONCLUSÕES**: Apresenta as conclusões decorrentes da pesquisa efetuada e do tema desenvolvido.

1.4. JUSTIFICATIVA

A questão da pesquisa é de grande relevância, pois trata-se de um estudo recente (de meados dos anos 90), acerca das necessidades de informações pelos tomadores de decisão, através dos trabalhos que podem ser efetuados por profissionais de forma independente, principalmente os auditores independentes, diante da grande transformação de comportamento do mercado nacional e internacional, e da necessidade cada vez maior de informações mais precisas para a tomada de decisão.

Diante dessa demanda crescente pelo mercado dos serviços que contribuem para dar maior credibilidade às informações a serem utilizadas pelos tomadores de decisão, os auditores passaram a visualizar um amplo mercado a ser explorado. Entretanto, tiveram de efetuar uma reengenharia em seu enfoque: o de resultados para processos. Essa reengenharia permitiu que os auditores pudessem compreender os negócios de seus clientes.

Conseqüentemente, permitiu que fossem oferecidos ou requisitados pelos clientes, diversos serviços além da auditoria de demonstrações contábeis, voltados a outros tipos de usuários de informações de forma independente e objetiva.

Essa mudança de enfoque de auditoria, também tornou-se necessária pela própria continuidade de suas atividades impostas pelo mercado.

Os *Assurance Services* visam proporcionar informações qualitativas (financeiras, não-financeiras, históricas, projetadas, entre outras) aos usuários de

informação para tomada de decisão de forma a tornar o resultado de seus trabalhos necessários aos seus clientes.

Os principais órgãos contábeis e de auditoria reconhecidas internacionalmente vêm promovendo estudos de identificação de serviços potenciais e a regulamentação daqueles já identificados.

As empresas de auditoria para atender a essas necessidades dos usuários de informações passaram a oferecer diversos serviços conforme necessidades impostas pelos usuários internos e externos. Muitos desses serviços, entretanto, têm levado as empresas de auditoria a serem questionadas por órgãos regulamentadores quanto à independência profissional.

CAPÍTULO 2

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1. O ESTUDO E AS TIPOLOGIAS DE PESQUISA

Segundo MARTINS (1994, p. 26), a metodologia científica apresenta grande número de tipos de estudos, ou pesquisas. A literatura apresenta várias tipologias que tentam organizar a variedade de pesquisas existentes ou possíveis na ciência e, com isso, procura-se dar alternativas à disposição do pesquisador. ABRAMO (1979, p. 34-44) afirma que as pesquisas científicas podem ser classificadas da seguinte maneira:

Tabela 9: Principais Tipologias de Pesquisa

Critério	Tipos
1. Segundo a utilização dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa pura: é a pesquisa feita para aumentar o corpo teórico da ciência ou para satisfazer a curiosidade do pesquisador, sem objetivos de utilização imediata dos resultados; é a obtenção do conhecimento. De acordo com MATTAR (1996, p. 51), <i>“por pesquisa pura entendemos o tipo de estudo sistemático que tem a curiosidade intelectual como primeira motivação e a compreensão como principal objetivo”</i>. • Pesquisa aplicada: tipo de estudo motivado pela necessidade de resolver problemas concretos, é a obtenção do conhecimento para transformação da realidade.
2. Segundo a extensão do campo de estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamentos: pesquisas superficiais de uma área de grande extensão para obter dados que permitam construir quadros de referência e formular hipóteses, a serem utilizados posteriormente em pesquisas de maior profundidade. • Pesquisas de profundidade: limitação da pesquisa a um tema específico, examinando o maior número de variáveis que interfiram no problema da pesquisa.

3. Segundo o nível de interpretação	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas exploratórias: buscam a existência de um fato, respondendo a perguntas do tipo <i>o que é?, o que existe?</i> • Pesquisas descritivas: uma vez identificado o fato, descreve-se e caracteriza-se tal fato, respondendo a perguntas do tipo <i>como é?</i>
4. Segundo os processos de estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutural: análise sistemática da forma, do funcionamento, dos elementos e de suas inter-relações. • Histórico: reconstituição do desenvolvimento de um fato. • Comparativo: análise de fatos para verificação do que há em comum entre eles. • Funcionalista: exame das relações entre fenômenos para verificar quais variações em um acarretam alterações no outro e como são essas variações. • Estatístico: exame da frequência e da variabilidade de certos atributos. • Monográfico: estudo em profundidade de um único fato.
5. Segundo a natureza dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa de dados objetivos: procura descrever objetivamente uma realidade. • Pesquisa subjetiva: procura colher não a realidade tal como ela é, mas como se apresenta a determinado grupo de pessoas.
6. Segundo o grau de generalização	<ul style="list-style-type: none"> • Censitária: dados colhidos de todos os elementos do universo de pesquisa. • Por amostragem: dados colhidos de uma parte do todo e em seguida generalizados para o todo, obedecendo a certos critérios e procedimentos estatísticos.
7. Segundo a procedência dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Dados primários: colhidos diretamente pelo investigador. • Dados secundários: dados já existentes, colhidos anteriormente por outro pesquisador ou instituição.
8. Segundo os setores de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Monodisciplinares. • Multidisciplinares. • Interdisciplinares: pesquisas sobre assuntos que estão na fronteira de dois ou mais campos de conhecimento.
9. Segundo as técnicas e instrumentos de observação	<ul style="list-style-type: none"> • Observação direta. • Observação indireta.
10. Segundo os métodos de análise	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de modelos. • Elaboração de tipologias e classificação.

A Tabela 9 norteará a escolha do tipo de pesquisa que melhor se adequar ao nosso estudo.

2.2. TIPO DE PESQUISA ADOTADO

Nosso estudo pode ser caracterizado como aquele que leva em consideração:

☉ **A utilização dos resultados:** o estudo, além da busca de informação para o aumento do corpo teórico da ciência e para satisfazer a curiosidade do pesquisador, também é uma investigação motivada pela necessidade de resolver problemas concretos. Este estudo, portanto, é constituído não somente de pesquisa pura, mas também de pesquisa aplicada.

☉ **A extensão do campo de estudo:** trata-se de uma pesquisa de profundidade, uma vez que se limita a um tema específico, examinando o maior número de variáveis que interfiram no problema da pesquisa.

☉ **O nível de interpretação:** trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que, segundo MARTINS (1994, p. 30), *"a abordagem exploratória busca maiores informações sobre determinado assunto, possui um planejamento flexível, é indicada quando se tem pouco conhecimento do assunto e tem a finalidade de formular problemas e hipóteses para estudos posteriores"*.

Na classificação oferecida por ABRAMO, estudos exploratórios são aqueles que buscam a familiarização e nova compreensão do fenômeno, com vistas à formulação de problemas mais específicos e hipóteses. Na mesma linha de MATTAR, ABRAMO afirma que esses estudos são bastante úteis quando os propósitos da pesquisa estão relacionados com o aumento do conhecimento do

pesquisador sobre um fenômeno que será estudado, posteriormente, de forma mais estruturada.

Como este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória, MATTAR (1996, p. 81-85) sugere, para este tipo de pesquisa, três principais métodos para familiarizar-se com o fenômeno, sem prescindir da criatividade do pesquisador:

1. Levantamento da literatura pertinente;
2. Levantamento com especialistas que possuem experiência prática na área;
3. Exemplos que podem estimular a compreensão do fenômeno (estudo de caso).

Este estudo fará um levantamento da literatura visando descrever os principais *assurance services*, bem como sua demanda pelas empresas de auditoria independente, considerando diferentes objetivos e contextos. Entretanto, o levantamento com especialistas será feito de forma indireta, comparando-se e analisando-se as inter-relações entre artigos recentemente publicados sobre diferentes técnicas aplicadas em empresas de auditoria, buscando as diferenças entre as técnicas, suas vantagens, limitações e oportunidades para aplicação.

Também será efetuado levantamento com especialistas de forma direta e qualitativa, entre as *big five*, acerca da necessidade de mudança do enfoque de auditoria e dos os serviços relacionados ao estudo em questão.

De acordo com TULL & KAWKINS (1976, p. 323-324), um estudo de caso corresponde a uma intensa análise de um caso. Esse processo pode ser dividido em quatro estágios: (1) o investigador deve buscar entender os conceitos, localização e contexto *in loco*, iniciando uma contextualização do fenômeno e dos componentes críticos observados; (2) desenvolver uma tentativa de explicação de observações até então coletadas, iniciando a conceituação dos eventos; (3) elaborar um modelo sugerindo generalizações. Nesse estágio, o pesquisador deverá ter um bom entendimento dos fatores, de como eles podem ser caracterizados e quais novos casos deverão ser elaborados para obter informações adicionais; (4) realizar testes adicionais buscando os limites da generalização realizada no estágio anterior.

Neste estudo, entretanto, os exemplos que tentam estimular a compreensão do fenômeno não representam um estudo de caso como definido por TULL, mas sim exemplos básicos para melhor esclarecimento as novas oportunidades de serviços pelas empresas de auditoria independente, visando melhorar a qualidade das informações de seus usuários.

CAPÍTULO 3

3. ASSURANCE SERVICE

3.1. INTRODUÇÃO

Em conferência realizada em Santa Fé, Estados Unidos, em maio de 1993, organizada pelo AICPA, considerou-se a recente diminuição da demanda por auditoria e outros serviços de certificação e o fato de os usuários estarem insatisfeitos com seu escopo e utilidade. Também foi analisado porque se tinha chegado a essa conjuntura.

Nessa conferência concluiu-se que os serviços prestados pelos auditores deveriam concentrar-se numa escala mais ampla de informações e de processos de informações, de modo a abranger a relevância das informações focando a necessidade dos usuários para tomada de decisão. Neste sentido, o AICPA, através da Comissão *Jenkins*, efetuou um estudo sobre as necessidades dos usuários das informações contábeis, porém tal estudo era direcionado apenas aos credores e investidores.

Ampliando o universo de usuários das informações, o AICPA criou o Comitê de Força Tarefa *Assurance Service* para explorar o assunto, uma vez que o *Jenkins Comiitee* procurava analisar, apenas, a necessidade de informações para tomada de decisão, sob o enfoque de credores e investidores. Tal foi a repercussão

da criação do Comitê que as empresas de auditoria passaram a explorar essas informações como potenciais fontes de receitas.

Em 1995, o *Canadian Institute of Chartered Accountants* – CICA, através do *CICA Task Force on Assurance Service*, também passou a desenvolver, intensamente, pesquisas em conjunto com o AICPA e posteriormente com a *International Federation of Accountants* – IFAC.

Em março de 1997, o *Institute of Chartered Accountants in England & Wales*, através do trabalho intitulado *Added-Value Professionals Chartered Accountants in 2005*, apresenta as implicações para a profissão contábil, inclusive para os auditores, quanto às principais mudanças do ambiente profissional em face da internacionalização de negócios, aumento da competitividade, pressão social para maior *accountability*⁶, mudanças ocasionadas pela tecnologia de informação e mudanças nos padrões de trabalho.

O trabalho de auditoria continua tendo grande importância, conforme justifica BOYTON & KELL (1995, p. 35-36):

- **“Conflito de interesses:** *Muitos usuários das demonstrações contábeis estão preocupados com o atual ou potencial conflito de interesses entre eles e a administração da entidade. Esta preocupação estende-se ao receio de que tais demonstrações e as informações adicionais preparadas pela administração possam ser intencionalmente enviesadas em favor da administração. Conflitos de interesses podem também existir entre as diferentes classes de seus usuários, como credores e*

⁶*Accountability* é a obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder.” NAKAGAWA (1995, p. 17).

acionistas. Assim, os usuários procuram obter, através dos acionistas, a certeza de que a informação está: (1) livre de viés da administração; (2) neutra com respeito a vários grupos de usuários, isto é, a informação não é apresentada de forma que favoreça um grupo de usuários em detrimento de outro.

- **Conseqüência:** Demonstrações contábeis publicadas representam uma importante e, em alguns casos, a única fonte de informações utilizadas na execução de significativos investimentos, empréstimos e outras decisões. Assim sendo, os usuários querem que essas demonstrações contenham o máximo possível de informações relevantes. Em função das conseqüências econômicas, sociais e outras, provenientes de suas decisões, os usuários procuram os auditores independentes para obtenção da segurança de que estas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos, incluindo todas as divulgações apropriadas.

- **Complexidade:** Tanto a contabilidade como o processo de preparação das demonstrações contábeis têm se tornado incrivelmente complexos. As normas de contabilização e divulgação de leasing, pensões, imposto de renda e lucro por ação são exemplos deste fato. Assim como o nível de complexidade aumenta, também aumenta o risco de interpretações errôneas e erros não intencionais.

- **Afastamento:** Distância, tempo e custo tornam impraticável para a maioria dos usuários conhecedores de demonstrações contábeis o acesso direto aos registros contábeis subjacentes para executar suas próprias verificações das afirmações contidas em tais demonstrações. É preferível aceitar a qualidade dos dados financeiros como confiável, uma vez que, novamente, os usuários confiam na independência do relatório do auditor para suprir suas necessidades."

Porém, através do novo enfoque de auditoria e com o objetivo de atender a diversos níveis de usuários das informações, além de investidores e credores, os auditores têm conhecimento suficiente para expandir seus trabalhos aos serviços de

garantia de sistemas e informações não-financeiras através de tecnologia preventiva, em vez dos manuais de correção e detecção.

3.2. DEFINIÇÃO

De acordo com o AICPA: (1998 a, p 1)

“Assurance Services são serviços profissionais independentes que aperfeiçoam a qualidade das informações, ou seu contexto, para tomadores de decisão”.

Está implícita nesta definição a idéia de que as pessoas utilizam os *Assurance Services* quando necessitam tomar decisões. Tais serviços visam melhorar a qualidade das informações a serem utilizadas no processo decisório. Melhores informações induzirão a melhores decisões.

Assurance Service pode abranger vários tipos de informações, tais como:

- ☉ financeiras e não financeiras;
- ☉ acerca de um fenômeno isolado, um processo ou sistemas (de controle interno ou modelo de decisão);
- ☉ diretas (sobre um produto) ou indiretas (confirmação de terceiro sobre um produto);
- ☉ internas ou externas, em relação ao tomador de decisão.

Num processo decisório, os eventos são capturados, sumariados, refinados e utilizados para auxiliar a escolha do curso de ação mais adequado dentre as alternativas disponíveis. Logo, tais serviços podem:

- capturar informações: utilizando critérios de mensuração existentes ou aperfeiçoados;
- tornar as informações mais confiáveis: informações primárias podem ser refinadas, tornando-se mais preciosas e confiáveis, elevando a credibilidade das informações;
- aperfeiçoar a processo decisório: podem aperfeiçoar o processo decisório não somente quanto à credibilidade da informação, como também quanto à sua relevância e utilidade para o usuário.

3.3. DISTINGUINDO ASSURANCE SERVICE DE OUTROS SERVIÇOS

3.3.1. ATESTAÇÃO

O serviço de atestação foi definido pelo AICPA (1994, p. 2511) em seu *Statements on Standards for Attestation Engagements nº 1* como:

“Uma contratação, na qual o profissional é solicitado a emitir um relatório que expresse uma conclusão sobre a confiabilidade da afirmação escrita que é de responsabilidade de outra parte”.

O serviço de atestação pode ser classificado em:

- a) Auditoria.
- b) Revisões.
- c) Procedimentos pré-acordados.
- d) Compilações.

Os serviços de revisão, os procedimentos pré-acordados e as compilações são caracterizados como serviços correlatos.

De acordo com IFAC (1998, p. 18-20), os objetivos e características dos serviços de atestação são:

“Auditoria

- *O objetivo de uma auditoria de demonstrações contábeis é habilitar o auditor a expressar uma opinião sobre se as demonstrações contábeis foram preparadas, em todos os*

aspectos relevantes, de acordo com uma estrutura conceitual identificada para relatórios contábeis.

- *Ao formar a opinião de auditoria para poder emitir seu parecer, o auditor obtém evidência de auditoria suficiente e apropriada para poder tirar conclusões sobre em que basear sua opinião.*
- *A opinião do auditor aumenta a credibilidade das demonstrações contábeis proporcionando um nível de segurança alto, mas não absoluto. Não é possível atingir segurança absoluta na auditoria, por causa de fatores como a necessidade de julgamento, uso de testes, limitações inerentes a qualquer sistema de contabilidade e controle interno e porque a maior parte das evidências disponíveis para o auditor tem natureza persuasiva, não conclusiva.*

Revisões

- *O objetivo de uma revisão das demonstrações contábeis é habilitar o auditor a declarar se, com base em procedimentos que não proporcionam todas as evidências que seriam necessárias em uma auditoria, tomou conhecimento de algo que o leve a crer que as demonstrações contábeis não tenham sido preparadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com uma estrutura conceitual identificada para relatórios contábeis.*
- *Uma revisão compreende indagações e procedimentos analíticos projetados para revisar a confiabilidade de uma afirmação que é da responsabilidade de uma parte, para uso de outra parte. Embora uma revisão envolva a aplicação de conhecimentos e técnicas de auditoria, bem como a coleta de evidências, normalmente não envolve uma avaliação dos sistemas de contabilidade e de controle interno, testes de registros e de respostas a indagações para obtenção de evidências comprobatórias através da inspeção, observação, confirmação e cálculos, que são os procedimentos normalmente executados durante uma auditoria.*
- *Embora o auditor tente tomar conhecimento de todas as questões significativas, os procedimentos utilizados na revisão tornam a probabilidade de atingir esse objetivo menor do que*

nos serviços de auditoria. Por isso, o nível de segurança proporcionado por um relatório de revisão é correspondentemente inferior ao proporcionado por um relatório de auditoria.

Procedimentos pré-acordados

- *Em um trabalho para executar procedimentos pré-acordados, o auditor é contratado para efetuar procedimentos de auditoria pré-acordados entre a entidade, o auditor e quaisquer terceiros apropriados, e para apresentar um relatório sobre suas descobertas factuais. Os destinatários do relatório devem formar suas próprias conclusões a partir do relatório do auditor. O relatório é restrito às partes que combinaram os procedimentos a executar, já que outros, que não tenham conhecimento das razões da escolha dos procedimentos, podem interpretar erradamente os resultados.*

Compilações

- *Nos serviços de compilação, o contador é contratado para usar seus conhecimentos de contabilidade – em oposição aos de auditoria – para coletar, classificar e resumir informações financeiras. Esses serviços normalmente implicam em reduzir dados detalhados a uma forma manejável e inteligível, sem a necessidade de testar as afirmações que fundamentam tais informações. Os procedimentos empregados não são projetados para permitir ao contador expressar qualquer segurança sobre as informações financeiras e nem lhe permitem expressá-las. Entretanto, os usuários das informações financeiras compiladas extraem algum benefício como resultado do envolvimento do contador, pois o serviço foi executado com a devida habilidade e cuidados profissionais”.*

3.3.2 CONSULTORIA

O AICPA (1994, p. 15001) em seu *Statement on Standards for Consulting Services n.º 1*, define:

“Serviços profissionais que empregam as habilidades técnicas do profissional, formação acadêmica, observações, experiência e conhecimento dos procedimentos e abordagem analítica usados em trabalhos de consultoria. Estes procedimentos podem envolver a determinação dos objetivos do cliente, da real situação, definição de problemas e oportunidades, avaliação de alternativas, formulação de propostas de ações, comunicação de resultados, sua implementação e acompanhamento”.

3.3.3. ANÁLISE ENTRE OS TIPOS DE SERVIÇOS

O *Assurance Service* se diferencia dos serviços de atestação (auditoria) e de consultoria, conforme Tabela 10, apresentada a seguir:

Tabela 10: Quadro comparativo entre os serviços de atestação, *assurance* e consultoria

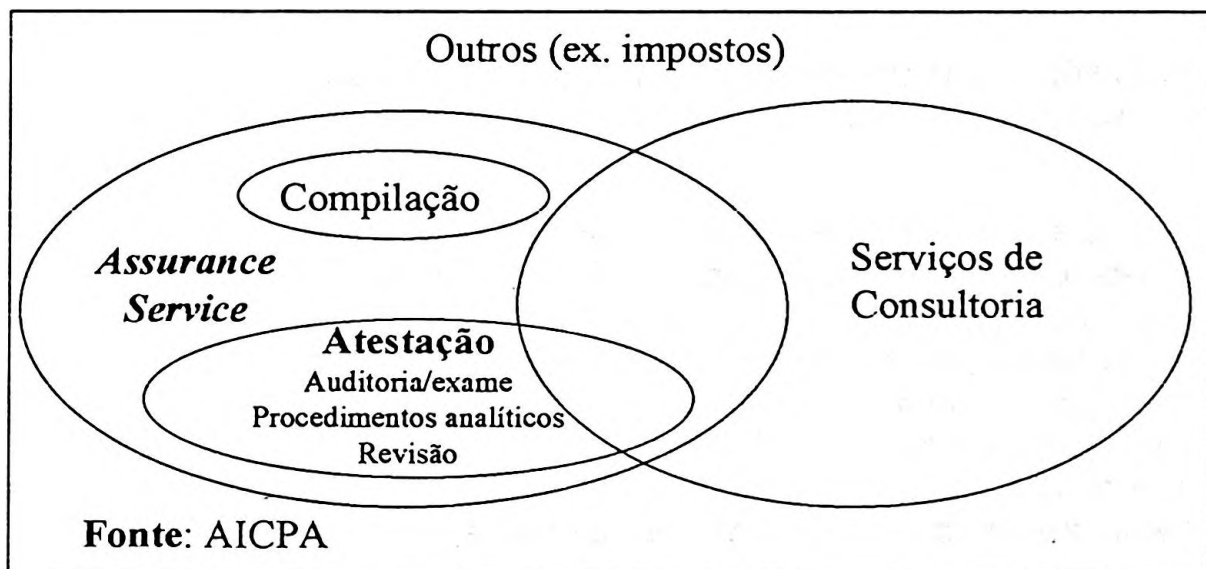
	ATESTAÇÃO	ASSURANCE	CONSULTORIA
Resultado	Conclusão escrita sobre a confiabilidade das afirmações escritas por outra parte.	Melhor informação para os tomadores de decisões. Recomendações podem ser um produto acessório.	Recomendações baseadas nos objetivos da contratação.
Objetivo	Confiabilidade da informação.	Melhorar a tomada de decisão.	Melhorar os resultados.
Partes para a contratação	Não especificada, porém geralmente três (a terceira parte é usualmente externa à entidade): o profissional, em geral é pago pela parte que elabora a informação.	Geralmente três (embora as outras duas partes possam integrar a mesma entidade): o profissional é pago pela parte que elabora a informação ou pelo usuário.	Geralmente duas: o profissional é pago pelo usuário.
Independência	Exigida por normas.	Incluída na definição.	Não exigida.
Essência do resultado do serviço profissional	Conformidade com critérios estabelecidos ou fixados.	Segurança acerca da confiabilidade da informação. Os critérios podem ser (ou não) estabelecidos ou fixados.	Recomendações. Não se constitui num confronto com critérios formais estabelecidos.
Forma de apresentação do resultado	Escrita.	Alguma forma de comunicação.	Escrita ou oral.
Quem elabora a informação objeto do serviço	Cliente	Cliente ou o profissional.	O profissional.
Quem determina o conteúdo da informação	Cliente	Cliente, o profissional ou o usuário.	O profissional.
Nível de segurança	Exame, revisão ou procedimentos analíticos	Flexível.	Nenhuma garantia explícita.

Fonte WWW://AICPA..org

Quanto ao objetivo dos serviços apresentados na Tabela 10, tanto o *assurance* como a consultoria visam a melhoria dos resultados; o *assurance* disponibiliza aos usuários informações qualitativas para tomada de decisão. Porém, a opção da aplicação dessas informações para tomada de decisão é do usuário, enquanto que na consultoria a informação é utilizada, juntamente com a administração, para melhorar o resultado do serviço contratado, deixando-se de lado a independência.

O AICPA ilustrou graficamente a relação entre os serviços que podem ser prestados pelos profissionais da seguinte forma (Figura 4):

Figura 4: Assurance Services na visão do AICPA



Podemos observar que existe área em comum entre os serviços de *assurance services* e os de consultoria, dependendo do objetivo de seus trabalhos. Constatamos que os serviços potenciais de *assurance* identificados pelo AICPA são

entendidos por alguns profissionais da área como serviços de consultoria, conforme GUY *et alii* (1999, p. 8) e a revista *Internal Auditor* (1997, p. 8).

Entretanto, o Comitê Internacional de Práticas de Auditoria (IAPC) da Federação Internacional de Contadores (IFAC), em seu relatório *Proposed International Standard on Assurance Engagement*, apresenta uma posição diferente daquele do AICPA quanto ao enquadramento de serviços, apesar de a definição ser a do AICPA.

Para que um potencial serviço seja considerado como *assurance*, segundo o IFAC (1999, p. 13), deve obrigatoriamente apresentar os seguintes elementos:

1. "**profissional contábil**: O profissional contábil deve acatar os princípios do código de ética do contador/auditor.
2. **assunto**: O assunto pode ser apresentado tanto num momento específico como num período determinado. Também requer-se que o assunto seja identificável e na forma que possa ser submetido a procedimentos para obtenção de evidências. Pode assumir várias formas, tais como: dados (informações financeiras históricas ou orçadas, informações estatísticas, indicadores de desempenho entre outros), sistemas e processos (controles internos) e comportamento (corporações governamentais, conformidade com regulamentação, práticas de recursos humanos).
3. **parte responsável**: é a pessoa ou pessoas, tanto indivíduos como representantes de entidades, responsáveis pelo assunto.

4. **usuário:** *Pessoas que tenham a intenção de utilizar os relatórios. A parte responsável também pode ser o usuário. Com frequência o usuário será o destinatário do relatório, embora existam circunstâncias onde outros usuários serão identificados. Também a parte responsável poderá ser o destinatário, mas a utilização do relatório será feita por outros usuários.*

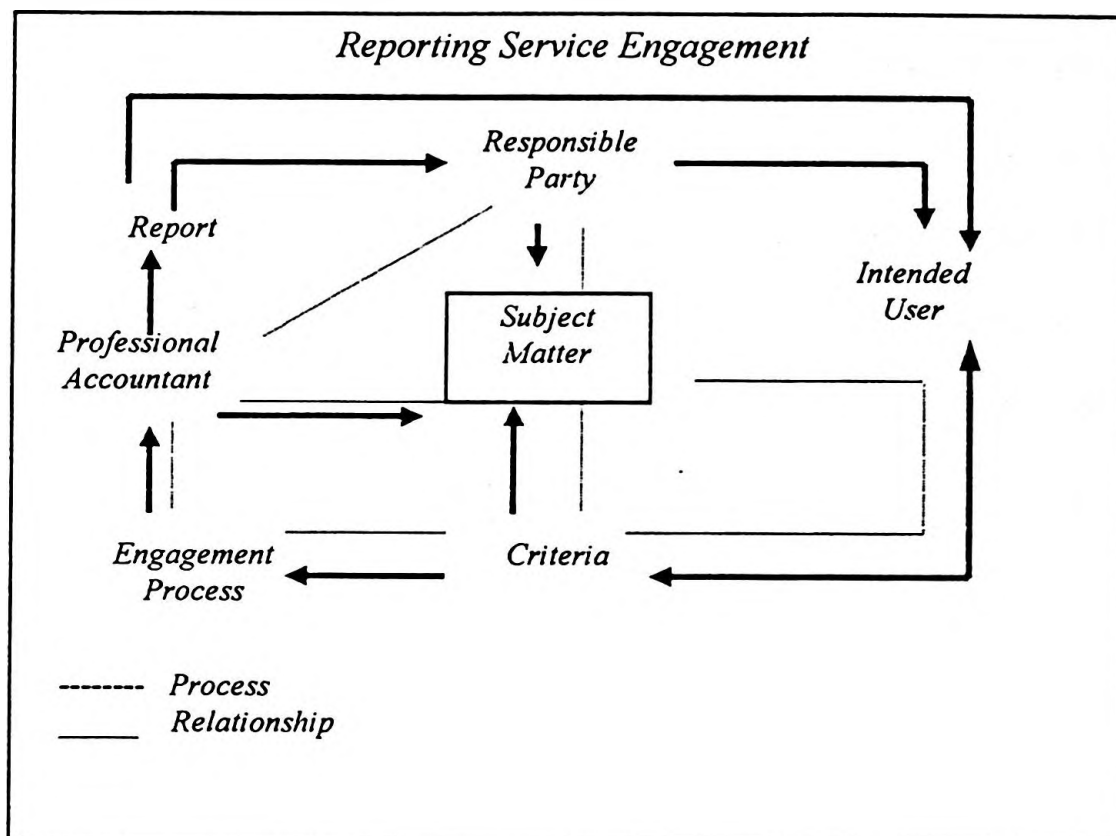
5. **critério de avaliação:** *Critérios são as normas ou benchmarks utilizados para mensurar e avaliar o assunto de uma contratação de serviço de assurance. Critérios estabelecidos são importantes na conclusão do relatório do auditor, para que seja transferida aos usuários a base que consubstanciou a conclusão apresentada. Sem esta forma de referência, qualquer conclusão será aberta a interpretações individuais e incompreensível.*

6. **processo de contratação:** *O processo de contratação é uma metodologia sistemática que requer um conhecimento especializado, habilidade e técnicas para obtenção e avaliação de evidências que suportem a conclusão.*

7. **conclusão:** *O auditor deve expressar uma conclusão que proporcione um nível de garantia do assunto. A determinação do nível de garantia que pode ser proporcionado envolve considerações do inter-relacionamento entre assunto, critério, processo e quantidade e qualidade de evidência."*

Essas características devem interagir ainda conforme o diagrama apresentado a seguir (IFAC, 1999, p. 8):

Figura 5: Diagrama Sumário conforme IFAC



Para o IFAC (1999, p. 12), a distinção entre os serviços de consultoria e os de *assurance* é clara, pois necessariamente o profissional deve emitir uma conclusão (opinião independente) sobre o assunto, uma vez que tal procedimento não é aplicado nos serviços de consultoria.

Na mesma linha de raciocínio, os serviços de compilação e procedimentos pré-acordados (*agreed-upon procedures*) não se enquadram como serviços de *assurance*; entretanto o AICPA entende que, assistida por um terceiro, vem melhorar a qualidade das informações para tomada de decisão, porém não há expressão de uma conclusão por parte do profissional contratado (IFAC, 1999, p. 8).

Nesse sentido, as empresas de auditoria passaram a prestar outros serviços além dos de auditoria, com o objetivo de expandir seus trabalhos profissionais, pois o número de empresas a serem auditadas tem se reduzido significativamente devido à onda de fusões e incorporações. Entretanto, no Brasil, a Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, através dos artigos 22, 23, 24 e 27, veda os trabalhos simultâneos, na entidade auditada, suas controladas ou integrantes de um mesmo grupo econômico, podendo vir a ter influências funestas sobre os serviços de *assurance*.

3.4. INSTRUÇÃO CVM N.º 308

Apresentaremos um breve histórico da regulamentação do exercício da atividade de auditoria independente, no Brasil, no âmbito do mercado de valores mobiliários.

A Lei n.º 6385, de 7 de dezembro de 1976, que disciplina o mercado de valores mobiliários e criou a Comissão de Valores Mobiliários, determina no art. 26 que:

“Art.26. Somente as empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários, poderão auditar, para os efeitos desta Lei, as demonstrações financeiras de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários).

§ 1º A Comissão estabelecerá as condições para o registro e o seu procedimento, e definirá os casos em que poderá ser recusado, suspenso ou cancelado.

§ 2º As empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes responderão, civilmente, pelos prejuízos que causarem a terceiros em virtude de culpa ou dolo no exercício das funções previstas neste artigo.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no parágrafo precedente, as empresas de auditoria contábil ou os auditores contábeis independentes responderão administrativamente, perante o Banco Central do Brasil, pelos atos praticados ou omissões em que houverem incorrido no desempenho das atividades de auditoria de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o Banco Central do Brasil aplicará aos infratores as penalidades previstas no art.11 desta Lei.”

Exercendo a competência que lhe foi conferida na lei n.º 6385, a Comissão de Valores Mobiliários expediu, em 1978, a Instrução CVM n.º 04, instituindo as primeiras normas para o registro de auditores independentes.

Introduzidas diversas alterações normativas, os fundamentos que nortearam o posicionamento inicial da CVM, que continuam válidos e atualizados, são:

- ☉ a importância de um sistema de auditoria independente como suporte indispensável ao órgão regulador;
- ☉ a figura do auditor independente como elemento imprescindível para a credibilidade do mercado e como instrumento de inestimável valor na proteção dos investidores, na medida em que a sua função é zelar pela fidedignidade e confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade auditada;
- ☉ a exatidão e a clareza das demonstrações contábeis, inclusive a divulgação em notas explicativas de informações indispensáveis à visualização da situação patrimonial e financeira e dos resultados da entidade auditada, dependem de um sistema de auditoria eficaz e, fundamentalmente, da tomada de consciência do auditor quanto ao seu verdadeiro papel dentro deste contexto; e

- a necessidade de que o mercado disponha de auditores independentes altamente capacitados e que, ao mesmo tempo, desfrutem de um elevado grau de independência no exercício da sua atividade.

De reconhecimento da própria Comissão de Valores Mobiliários, a reformulação, através da Instrução CVM n.º 308/99, tornou-se imperativa em face de recentes fatos, amplamente divulgados, que levaram a sociedade, de um modo geral, a questionar a capacidade dos auditores independentes em atender aos fundamentos anteriormente referidos, pondo em dúvida a validade do sistema obrigatório de auditoria. Considerando que a confiabilidade do mercado em relação à competência e à independência dos auditores independentes é um requisito fundamental a ser mantido, a CVM entendeu que deveria revisar as suas normas e instituir novos mecanismos que visassem à manutenção daqueles atributos.

A presente instrução tem por objetivo introduzir novos mecanismos, como o exame de qualificação técnica, o programa de educação continuada e os controles de qualidade interno e externo, além de exemplificar atividades que caracterizam o conflito de interesses quando sejam exercidas concomitantemente com a prestação de serviços de auditoria independente para um mesmo cliente, suas controladas ou integrantes de um mesmo grupo econômico

Os artigos 22, 23, 24 e 27, desta instrução, conforme transcrito a seguir, passaram a ser contestados pelas empresas de auditoria, uma vez que são prestados diversos outros serviços, além da auditoria de demonstrações contábeis,

de forma independente e objetiva, como novas oportunidades de serviços necessários aos usuários das informações para tomada de decisão, pelas empresas de auditoria.

" Art. 22. Não poderão realizar auditoria independente o auditor independente - pessoa física, os sócios e os demais integrantes do quadro técnico de auditor independente – pessoa jurídica quando ficar configurada, em sua atuação na entidade auditada, suas controladas, controladoras ou integrantes de um mesmo grupo econômico, a infringência às normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC relativas à independência.

Art. 23. É vedado ao auditor independente e às pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas, conforme definido nas normas de independência do CFC, em relação às entidades cujo serviço de auditoria contábil esteja a seu cargo:

.....

II - prestar serviços de consultoria que possam caracterizar a perda da sua objetividade e independência.

Parágrafo único. São exemplos de serviços de consultoria previstos no caput deste artigo:

I - assessoria à reestruturação organizacional;

II - avaliação de empresas;

III - reavaliação de ativos;

IV - determinação de valores para efeito de constituição de provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingência;

V - planejamento tributário;

VI - remodelamento dos sistemas contábil, de informações e de controle interno; ou

VII - qualquer outro produto ou serviço que influencie ou que possa vir a influenciar as decisões tomadas pela administração da instituição auditada".

Art. 24. O auditor independente deverá renunciar à função na ocorrência das situações previstas no art. 22.

Parágrafo único. Constatada a não observância do disposto neste artigo, a Comissão de Valores Mobiliários poderá determinar a substituição do auditor independente.

....

Art. 27. Os administradores das entidades auditadas serão responsabilizados pela contratação de auditores independentes que não atenderem às condições previstas nesta Instrução, especialmente quanto à sua independência do auditor ou a ausência de registro nesta CVM, o trabalho de auditoria será considerado sem efeito para o atendimento da lei e das normas da Comissão.

As empresas *PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young e Arthur Andersen*, no entanto, obtiveram liminar questionando a exigência da separação das atividades de auditoria das de consultoria financeira e tributária, por entenderem que a Comissão de Valores Mobiliários não possui poder de direcionar as atividades das empresas de auditoria, uma vez que sua finalidade é de

supervisionar suas atividades, não podendo, neste caso, delimitar essas atividades. E, posteriormente, em 05 de agosto de 1999, o SESCON (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo) também, através do Mandado de Segurança Coletivo, obteve liminar quanto aos artigos em questão da Instrução CVM n.º 308/99 a seus associados, como segue:

“ISTO POSTO, concedo a liminar para o fim de determinar às autoridades impetradas que se abstenham da aplicação de qualquer penalidade ou imposição de restrições e limitações ao exercício das atividades profissionais filiadas ao sindicato impetrante, de que tratam os artigos 23, inciso II, parágrafo único, 24 e 27 da Instrução CVM 308/99, até ulterior decisão deste juízo”.

Como a maioria das empresas de auditoria do Estado de São Paulo é associada ao SESCON, entendemos que praticamente todas empresas da atividade estão resguardadas por esta liminar.

Em nível internacional, contudo, o IFAC (1998, p. 399), através da parte B, seção 11, do código de ética dos profissionais contadores, não impede que o auditor preste dois ou mais serviços simultaneamente, uma vez que atenda aos princípios éticos fundamentais da profissão contábil e não prejudique a sua integridade, objetividade e independência.

“Um auditor não deve se envolver simultaneamente em qualquer negócio, ocupação ou atividade que prejudique ou possa prejudicar a integridade, objetividade ou independência,

ou a boa reputação da profissão e, portanto, seria incompatível com a prestação de serviços profissionais.

A prestação de dois ou mais serviços profissionais simultaneamente em si não prejudica a integridade, objetividade ou independência (grifo nosso).

O envolvimento simultâneo em outros negócios, ocupação ou atividade, não relacionados com serviços profissionais, que tenham o efeito de não permitir que auditor conduza apropriadamente um atendimento como auditor de acordo com os princípios fundamentais da profissão contábil deve ser considerado inconsistente com o exercício da auditoria."

4. ENFOQUE DE AUDITORIA

4.1. INTRODUÇÃO

Grandes mudanças em curso no cenário econômico mundial e local ocasionaram enormes transformações a que as empresas estão submetidas para que se coloquem em posição competitiva. Essas mudanças têm conduzido as empresas de auditoria a adequarem sua forma de atuação com o objetivo de atender às reais necessidades dos clientes, conforme descrito por TREVISAN (1996, p. 83):

“O mundo está mais e mais se orientando para regimes de economia de mercado.

Dentro da concepção moderna desses regimes, o consumidor é o rei e, segundo os padrões modernos de qualidade, que passaram a ser exigidos com rigor, as expectativas do consumidor vêm tendo relevância cada vez maior. É inevitável que o mercado de auditoria, como todos os demais, seja influenciado por esta tendência que se insere com força crescente; é preciso responder a ela.

De acordo com essa perspectiva, o parecer do auditor deve registrar a avaliação independentemente das demonstrações contábeis sem, entretanto, representar um movimento de 'dentro para fora', com conotações quase ditatoriais da visão do auditor. O que se espera é que o auditor, sem perder sua independência, razão de ser de sua função, seja eficiente também sob um prisma social e considere as expectativas do cliente.

Enxerga-se hoje, da parte dos auditores que estão atentos a essas novas tendências e à responsabilidade mais ampla da sua atuação, uma revisão do enfoque até então praticado, perseguindo dois objetivos principais:

1. *Melhorar ao máximo a eficiência de seus procedimentos, de modo a cumprir uma função socialmente engajada em um mundo que não admite mais nenhuma forma de improdutividade.*
2. *Tornar o trabalho de auditoria absolutamente útil para o cliente, reforçando a necessária independência para opinar sobre as demonstrações contábeis examinadas”.*

Estudos efetuados pelo AICPA descreve que dois fatores fundamentais afetarão o comportamento dos auditores nos próximos dez anos (AICPA, 1998 g, p. 1):

“Mudança de procedimento: *O período e a metodologia irão mudar para uma auditoria contínua. Essa auditoria contínua requer relatórios contínuos, no mínimo internamente, como um suplemento aos relatórios anuais de auditoria. Auditores utilizarão dispositivos eletrônicos, softwares e modelos de programação de auditoria computadorizados. Mudanças na evidenciação modificarão as representações sujeitas à auditoria e os auditores deverão enfrentar o aumento de complexidade de negócios e questões financeiras de clientes.*

Valor agregado: *A importância da auditoria irá depender, em parte, da maneira como os problemas serão encarados pelas empresas e como os auditores responderão à demanda por pronunciamentos adicionais baseados em conhecimento de clientes específicos obtido durante a auditoria e sobre os conhecimentos de negócios e econômicos. O auditor deverá posicionar os clientes quanto aos riscos envolvidos, oportunidades, pontos fortes e fracos”.*

Assim, as empresas de auditoria viram-se obrigadas a adequar seus enfoques de auditoria, de resultados para processos (sistêmico), e diversificar seus trabalhos de certificação, *Institute of Chartered Accountants in England and Wales –*

ICAEW (1999, p. 4), DEBRECENY (1997, p. 49). Esse novo enfoque influenciou até mesmo quanto ao nome do departamento de auditoria nas *big five*, passando a denominar-se *Assurance and Business Advisory Services*, uma vez que seus serviços já não se limitavam apenas a emitir pareceres sobre as demonstrações contábeis, e um novo nicho de mercado para os auditores estava a ser explorado.

Serviços adicionais além do necessário para a emissão do relatório sobre as demonstrações contábeis surgem em decorrência do desejo de prestar mais e melhores serviços. A esse respeito, é desejável identificar e atender apropriadamente às expectativas dos clientes quanto a:

- ☉ Expectativas de que os exames divulguem erros e desfalques que não são relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.
- ☉ Expectativas de que o exame incluirá um estudo e avaliação dos sistemas de controle além do necessário para planejar e executar um exame e expressar uma opinião.

Relatórios para fins especiais incluem os exigidos pelas autoridades governamentais e os requeridos para atender a dispositivos contratuais. Normalmente, as situações que requerem esse tipo de relatório são: informações adicionais exigidas anualmente pelos regulamentos da bolsa de valores e de atividades específicas; exigências decorrentes do estatuto social, de acordo entre os sócios ou de um plano de participação nos lucros; revisões de informações

trimestrais; requisitos de um contrato de empréstimos; plano de opções de compra de ações; acordo de *royalty* ou de um contrato de licença de fabricação.

4.2. DEFINIÇÃO

De acordo com o IFAC (1997, p. 103), o auditor deve obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para poder tirar conclusões razoáveis sobre as quais basear a opinião de auditoria. A evidência de auditoria compreende documentos-fonte e registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e informações de suporte originárias de outras fontes.

Em sua dissertação de mestrado, SENGER (1998, p. 24) define enfoque de auditoria como:

“O enfoque de auditoria se refere à maneira pela qual a evidência de auditoria, com relação a cada um dos objetivos de auditoria, será obtida e avaliada durante os estágios de auditoria. Em outras palavras, o enfoque de auditoria se refere à extensão planejada em que a confiança será estabelecida em relação aos procedimentos de controle interno versus o resultado dos procedimentos substantivos.”

Ainda, segundo PRICE WATERHOUSE (1986, p. 113):

*“A evidência de auditoria compreende o conhecimento a respeito do cliente e de seus assuntos financeiros, que o auditor obtém para fundamentar o relatório de auditoria acerca das demonstrações contábeis. A evidência de auditoria pode estar relacionada com o funcionamento dos sistemas da empresa auditada, denominada **evidência de controle**⁷ (grifo nosso), ou com transações ou saldos específicos que*

⁷ Evidência de controle: É aquela que proporciona ao auditor a satisfação de que os controles, nos quais planeja confiar, realmente existem e funcionam eficazmente durante todo o período em que se confia. Essa afirmação respalda as afirmações relativas aos componentes e, dessa forma, permite modificar ou reduzir o alcance da evidência de comprovação que, de outra forma, precisaria obter.

*compõem as demonstrações contábeis, denominada **evidência de comprovação**⁸. A evidência de auditoria pode ser obtida de sistemas de controles e de documentação comprobatória de transações ou saldos, da administração e dos empregados, de clientes, fornecedores ou outros que têm negócios com o auditado. ... Todos os fatos relevantes conhecidos a respeito do cliente constituem evidência em maior ou menor grau”.*

⁸ Evidência de comprovação: é a que outorga substância às demonstrações contábeis e às diversas afirmações básicas, e que se obtém examinando as transações e o resultado do funcionamento dos sistemas da empresa auditada.

4.3. ENFOQUE DE AUDITORIA ADOTADO PELAS BIG FIVE

A análise do enfoque adotado pelas *big five* foi pesquisada na *Internet* nos respectivos *sites* internacionais, procurando identificar e analisar as principais características de cada uma delas.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (1999, p. 1):

“Nosso enfoque de auditoria é top-down. É focado nos negócios, baseado em riscos e direcionado para negócios-chave e processos de controle.

Iniciamos com uma avaliação de riscos do negócio e de controles gerenciais considerando um escopo de trabalho das atividades de auditoria interna. O resultado é um eficiente plano de auditoria unificado em áreas de risco significantes da organização.

Mas não paramos por aqui, pois procuramos visualizar além dos riscos das demonstrações contábeis para ajudar a mensurar e controlar os riscos provenientes dos produtos, mercados, crédito, cultura corporativa, ambiente de controle e operações”.

ERNST & YOUNG (1999, p. 1)

“Temos inovado nosso processo global de auditoria para sermos mais eficientes e dar suporte às ações e planejamentos gerenciais.

Nosso enfoque de auditoria é estruturado para atender às rápidas mudanças do ambiente global de negócios. Vai além da atestação de controles e informações financeiras. Também proporciona conhecimento e compreensão para auxiliar a

gerenciar os riscos do negócio e encontrar os objetivos empresariais.

Nossa metodologia de auditoria analisa os processos gerenciais no contexto em que a empresa está inserida, e o resultado é não apenas uma auditoria eficiente, mas produtiva. A identificação antecipada de negócios e controles vulneráveis, e oportunidades, é um catalisador para as ações gerenciais periódicas”.

ARTHUR ANDERSEN (1999, p. 1)

“Recentemente criamos e implementamos, em nível mundial, o Business Audit SM⁹, com o objetivo de proporcionar garantia nas informações financeiras em períodos de rápidas mudanças e auxiliar nossos clientes a avaliar seus riscos gerenciais. O Business Audit cria cenários onde os clientes poderão visualizar a extensão de seus riscos gerenciais, analisando e priorizando-os e efetuando recomendações para a melhoria dos controles.

O Business Audit é integrado a outras ferramentas que poderão ser aplicadas conforme suas necessidades:

- Business Analysis Framework: proporciona um modelo para o entendimento do ambiente de negócios do cliente;*
- Business Information Framework: desenha o fluxo de informações para o entendimento do sistema de informações e riscos relatados;*
- Business Performance Review Tool: analisa o desempenho financeiro dos clientes e o compara ao de outras empresas do setor;*

⁹ SM (Service Mark): Uma marca utilizada na venda ou publicidade de serviços para identificar e distingui-los de outros serviços.

- ☛ *Business Risk Model: organiza e define mais de setenta riscos de negócios, indústria por indústria, e auxilia o auditor e seus clientes a identificar seus riscos potenciais;*
- ☛ *Business Control Framework: identifica e organiza as melhores práticas no controle de riscos gerenciais; e*
- ☛ *Data Acquisition Tool: acessa o sistema de informações do cliente para analisar dados e conduzir testes de controle”.*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU (1999):

“Nossa nova metodologia de auditoria, AuditSystem/2, permite fornecer serviços de contabilidade e de auditoria integradamente ao redor do mundo. São assegurados aos clientes serviços de qualidade superior....

AuditSystem/2 é uma poderosa plataforma para fornecimento de resultados essenciais – direcionada aos serviços de clientes, integrada ao nosso revigorado enfoque de auditoria baseado em controles internos, que proporciona valiosas recomendações aos nossos clientes....

Nosso enfoque é baseado em riscos, responsivo às circunstâncias dos clientes, e a direcionadores gerenciais. Procuramos continuamente aperfeiçoar nossos serviços profissionais para consistentemente atingir as expectativas dos clientes”.

KPMG (1998, p. 1)

“O Business Measurement Process (BMP) é uma metodologia de trabalho de auditoria desenvolvida internamente nos Estados Unidos, focada no entendimento dos negócios e

processos do cliente, indo além da auditoria tradicional, voltada para o entendimento dos riscos e controles do negócio do cliente, proporcionando valiosas recomendações pró-ativas. A auditoria tradicional era desenvolvida de forma a considerar apenas os componentes estratégicos apresentados nas demonstrações contábeis. Contudo, uma análise desses componentes não é suficiente, e deve-se reconhecer que os processos de negócios são dinâmicos e subjetivos para os fatores que o influenciam.

O Business Measurement Process é um sistema holístico baseado em cinco princípios chave fortemente integrados: análise estratégica, análise de processos gerenciais, avaliação de riscos, mensuração de negócios e aperfeiçoamento contínuo”.

4.4. ENFOQUE SISTÊMICO

A nova abordagem de auditoria baseada em processos permite avaliar melhor os controles internos e os riscos inerentes envolvidos nos negócios da empresa auditada, de forma a minimizar os riscos de auditoria. Diversos trabalhos adicionais, além das auditorias tradicionais, podem ser efetuados conforme a necessidade do cliente. Deve-se frisar, entretanto, que a objetividade e a independência são primordiais para a manutenção da credibilidade desses trabalhos.

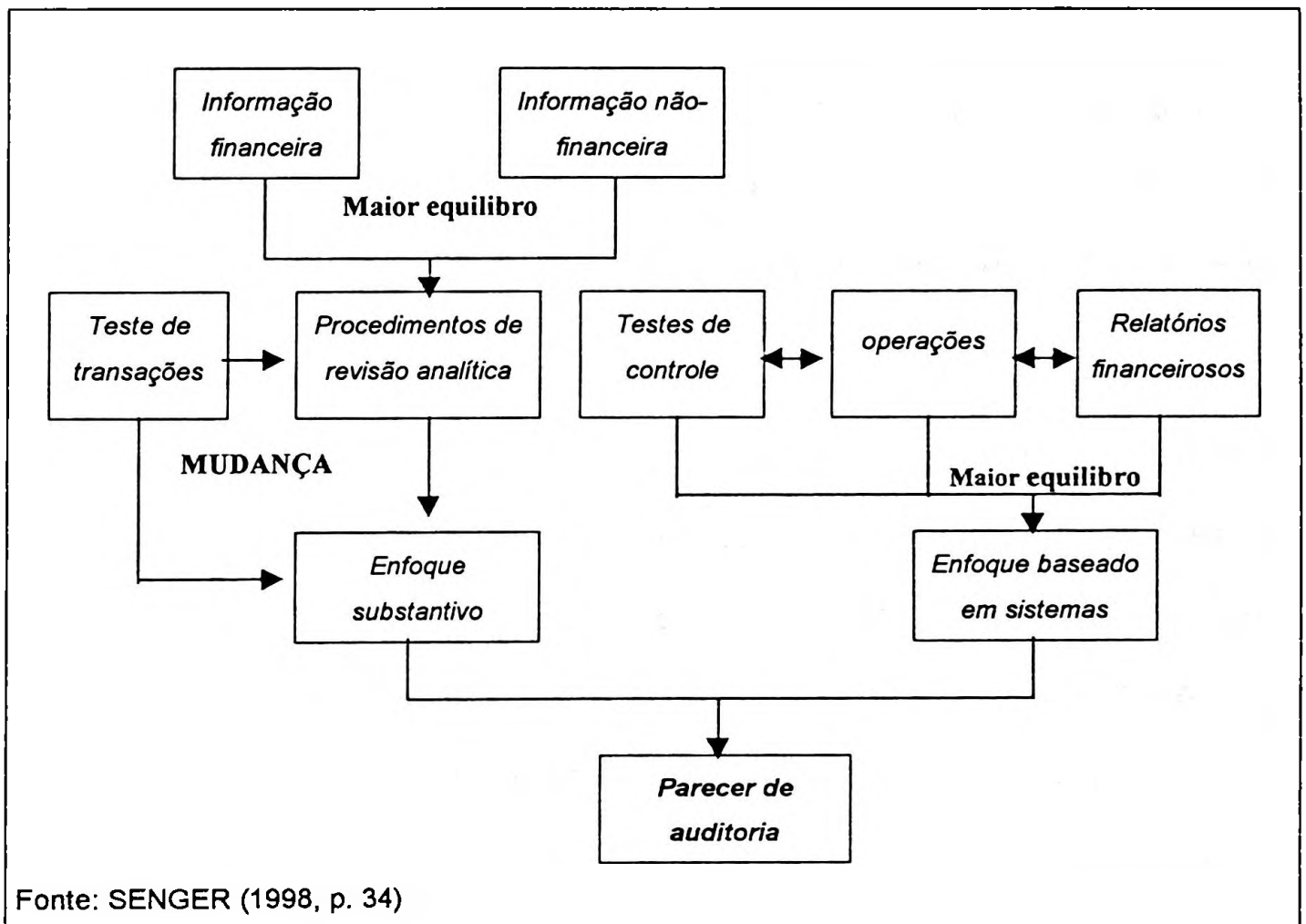
As empresas têm desenvolvido programas automatizados de auditoria de forma a facilitar a avaliação, documentação, análise de controles internos e de riscos inerentes aos processos de negócios com o objetivo de adicionar valor sob a ótica do cliente. Esses programas têm em comum entre as empresas:

- Bibliotecas de referência que contêm os processos de negócios típicos;
- Os objetivos de controle provêm o ponto de referência para a identificação e avaliação dos controles;
- Os controles identificados em cada processo são avaliados em função de sua capacidade de assegurar o cumprimento dos objetivos de controle com os quais se relacionam;

- A avaliação permite identificar o grau de exposição de risco do negócio associado a cada objetivo de controle e calcula uma medida de efetividade dos mecanismos de controle vigentes;
- Bibliotecas de referência que facilitam a identificação dos objetivos de controles relevantes e podem ser facilmente adequadas e/ou ampliadas conforme as necessidades e características específicas de cada cliente;
- Documentos dos objetivos de controle e controles identificados são criados para cada objetivo de controle relevante para uma revisão. Esses documentos registram todo o processo de auditoria para esses objetivos (identificação de riscos, avaliação da importância dos objetivos, avaliação de controles e sua efetividade);
- Documentos de debilidades são criados a qualquer momento do processo. Esses documentos registram todas as informações associadas às debilidades de controles detectadas;
- A possibilidade do *benchmarking* das medidas de exposição e efetividade produzidas para cada objetivo de controle, apresentado-as em nível de processos a cada unidade de negócios e para a entidade como um todo.

Apresentamos abaixo, conforme demonstrado por SENGGER (1998, p. 34), uma visão geral das mudanças no enfoque de auditoria, da tradicional ao enfoque sistêmico:

Figura 6: Mudanças de enfoque de auditoria



Ainda conforme SENGGER (1998, p.95), "na análise estratégica o auditor obtém informações para compreender o negócio do ponto de vista dos objetivos estratégicos do cliente."

Desde a Lei de Mercado de Capitais de 1933, nos Estados Unidos, até os anos 60, o enfoque de auditoria era baseado em transações, pois os auditores independentes deduziam que auditando as transações obtinham a satisfação necessária para emissão de parecer acerca das demonstrações contábeis.

A partir dos anos 60, o enfoque de auditoria passou a ser direcionada para os sistemas, onde as informações fluíam através de determinadas “calhas” no sistema de informações das empresas para a elaboração das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, bastava ao auditor independente auditar esses sistemas.

A terceira grande mudança no enfoque de auditoria ocorreu quando foi adotado o denominado enfoque sistêmico, identificando os controle-chaves nos quais residem os riscos de negócios mais significativos. A avaliação de risco é efetuada durante todo o processo de auditoria e o auditor deve reunir bom nível de entendimento dos negócios e processos da empresa auditada.

5. AVALIAÇÃO DE CONTROLE INTERNO E DE RISCOS

5.1 INTRODUÇÃO

De acordo com a *International Federation of Accountants* – IFAC (1997, p. 82):

“O auditor deve obter um entendimento dos sistemas contábeis e de controle interno suficiente para planejar a auditoria e desenvolver uma abordagem de auditoria eficaz. O auditor deve usar julgamento profissional para avaliar o risco de auditoria e para projetar procedimentos de auditoria que garantam que esse risco foi reduzido a um nível aceitavelmente baixo”.

A avaliação do controle interno é, provavelmente, a tarefa mais complexa do processo de auditoria. A eficácia da evolução de um processo depende, na maioria das vezes, do nível de conhecimento e destreza do avaliador a seu respeito. A diversidade de processos existentes nas organizações torna-se cada vez mais complexa e, normalmente, as avaliações são muito custosas em relação às horas/homens consumidas, considerando o tempo de demanda para documentá-las adequadamente. Além disso, deve-se levar em consideração uma forma que permita a formulação de conclusões claras e objetivas sobre as deficiências dos pontos de controle, a elaboração de relatórios para distintos níveis gerenciais, a identificação de ações corretivas requeridas e os responsáveis pelas mesmas, e que facilite também o procedimento de tomada dessas ações para a elaboração dos planejamentos e programas de auditoria.

A avaliação de controle interno, para fins de auditoria de demonstrações contábeis, é limitada aos procedimentos e controles internos que forem relevantes, em termos numéricos, para as informações apresentadas nas demonstrações contábeis (IFAC, 1998, p. 82):

“Na auditoria das demonstrações contábeis, o auditor está preocupado somente com as políticas e procedimentos, dentro dos sistemas contábeis e de controle interno, que forem relevantes para as asserções contidas nas demonstrações contábeis. O entendimento dos aspectos relevantes dos sistemas contábeis e de controle interno, juntamente com as avaliações de controle e risco inerente e outras considerações, vai permitir ao auditor:

- a) identificar os tipos de distorções relevantes que poderiam ocorrer nas demonstrações contábeis;*
- b) considerar os fatores que afetam o risco de distorções relevantes; e*
- c) projetar procedimentos de auditoria apropriados”.*

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC – que aprova as normas de auditoria independente das demonstrações contábeis (NBC T 11) através da Resolução CFC N.º 820/97, refere-se à necessidade do estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos para determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, considerando os seguintes fatores: o tamanho e complexidade das atividades da entidade; os sistemas de informação contábil, para efeitos tanto internos quanto externos; as áreas de riscos

de auditoria; a natureza da documentação, em face dos sistemas de informação adotados pela entidade; o grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade; e o grau de envolvimento da auditoria interna, se existente.

Entretanto, de acordo com BOYTON e KELL (1996, p. 258), como o estudo da estrutura de controle interno, primariamente, é avaliado para que o auditor tenha condições de desenvolver o planejamento de auditoria, e conseqüentemente, emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis, o relatório de controle interno nem sempre resulta em uma opinião eficaz de sua estrutura, nem é confiável para identificar todos as deficiências significativas.

No relatório sobre o estudo e a avaliação dos controles internos as recomendações são segregadas por natureza e relevância, explicitando os aspectos e benefícios de sua implantação e descrição da situação encontrada, incluindo exemplos quando apropriado.

A seguir transcrevemos o modelo de relatório sobre o estudo e avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, resultante dos trabalhos de campo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conforme material interno da PRICEWATERHOUSECOOPERS (1999, p. 2.2):

"Relatório sobre o estudo e avaliação dos sistemas contábeis e de controles internos"

30 de janeiro de 19XB

Atenção: Sr.

Aos Srs. Administradores
Companhia
São Paulo – SP

Prezados Senhores:

*Em conexão com o exame das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 19XA, conduzido de acordo com as normas de auditoria, procedemos ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de **controles internos relevantes** (grifo nosso), como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria.*

No decorrer de nossos trabalhos, efetuado em base de testes, na extensão acima mencionada, identificamos as recomendações para aprimoramento dos sistemas contábil e de controles internos descritas abaixo. Todavia, futuros exames ou revisões específicas e mais amplas poderão, eventualmente, revelar outras áreas passíveis de aprimoramento.

Adicionalmente, por julgarmos ainda merecedoras de atenção de V. Sas., rerepresentamos determinadas recomendações já relatadas anteriormente, originárias de visitas ou exames passados.

Este relatório contém as seguintes seções:

- A – Recomendações para aprimoramento do sistema contábil*
- B – Recomendações para aprimoramento dos controles internos*
- C – Recomendações anteriormente relatadas, ainda não adotadas".*

É crescente a preocupação dos principais órgãos regulamentadores reconhecidos mundialmente quanto à avaliação de controles internos para minimizar os riscos envolvidos. Experiências mostram que com o aumento da complexidade das operações, da volatilidade de taxas de juros e de câmbio, da competição, da globalização e com as novas tecnologias é necessária uma supervisão além das que são adotadas pela auditoria tradicional, com o objetivo de reduzir os riscos e aumentar a qualidade e transparência das informações para os tomadores de decisão, evitando perdas relevantes, como apresentado na Tabela 11, por SILVA NETO (1997, p. 186).

Tabela 11: Perdas Famosas com Derivativos

Perda, em US\$ milhões	Empresa	Mercado
25	General Reinsurance	<i>Caps</i>
350	Merril Lynch	Opções/Volatilidade
125	Société des Bourses Francaise	Futuros
600	London B. of Hammersmith & Fulham	Diversos
380	Klockner	<i>Hedge</i>
275	Allied Lyons	Opções de Moeda
70	ABN AMRO	Ajustes Diários
1456	Kashima Oil	Derivativos de Moedas
130	Nippon Steel	Derivativos de Taxa de Câmbio
50	Medani	<i>Structured Notes</i>
90	AIG	Diversos
1340	Metallgesellschaft Corp	Derivativos de Energia (Óleo)
200	Codelco Chile	Futuro de Metais
100	Cargill	Derivativos Hipotecários
600	Askin Securities	<i>MBS Model</i>
157	P&G	<i>DM/US Spreads</i>
121	Mead Corp	<i>Swaps</i>
99	Florida State Treasury \$ League	Derivativos Hipotecários
10	Kidder Peabody	<i>Amortizing Swap Pricing</i>
19	Gibson Greetings	<i>Swaps</i>
10	CIBC (Wood Gundy)	Futuros Financeiros
150	Glaxo Holding	Derivativos Hipotecários
8	Cartepillar Financial	<i>Caps and Swaptions</i>
22	ARCO (Pensio Fund)	<i>Strutured Notes</i>
34	Dell Computer	<i>Swaps e Opções</i>
113	Air Products	<i>Swaps de Moedas</i>
51	Harris Trust (Bank of Montreal)	Derivativos de Moedas
68	Pacific Horizons Funds	<i>Strutured Notes</i>
20	Paramount Communications Inc.	<i>Swaps de Taxa de Juros</i>
10	Kidder Peabody	Opções de <i>Bond</i>
40	CS First Boston Inv. Management	<i>Currency-linked</i> e outros derivativos
90	Investor Equity Life Insurance	Futuros de <i>Bond</i>
1800	Sumitomo Corporation	Derivativos de Cobre
1300	Banco Barings	Derivativos de Índice

Fonte: SILVA NETO, Lauro de Araújo; DERIVATIVOS: Definições, emprego e risco, p. 186.

O Comitê da Basileia¹⁰ tem estudado os recentes problemas bancários a fim de identificar as principais fontes de deficiências de controles internos. Os problemas identificados reforçam a importância dos diretores e gerentes de bancos, auditores internos e externos, e supervisão bancária, dando maior ênfase ao fortalecimento dos sistemas de controles internos e avaliação contínua de suas eficácias. Inúmeros casos recentes demonstram que controles internos inadequados podem conduzir a perdas significativas para os bancos.

Esse comitê, através de seu trabalho, intitulado *Framework for Internal Control Systems in Banking Organisations* (1998, p. 6-7), apresenta os principais tipos de falhas de controle, tipicamente verificadas nos casos de problemas em instituições financeiras e agrupadas por categorias:

- ⊙ ***“Deficiência de adequado gerenciamento e prestação de contas, e deficiência para desenvolver uma forte cultura de controle com o banco: Sem exceção, casos de perdas relevantes refletem a desatenção para a cultura de controle do banco, orientação e supervisão insuficiente pelos diretores e gerentes, e uma deficiência da transparência de prestação de contas por parte dos gerentes através de atribuição de normas e responsabilidades. Estes casos também refletem uma deficiência de incentivos apropriados a gerentes para sustentarem uma forte linha de supervisão e manterem um alto nível de controle com percepção nas áreas de negócios.***

¹⁰ Comitê da Basileia: organização internacional que visa promover a cooperação dos bancos centrais e instituições financeiras internacionais. Funciona como um fórum para cooperação monetária e financeira internacional, um banco para os bancos centrais, um centro de pesquisas monetárias e econômicas e um agente ou fiduciário para facilitar a implementação de vários acordos financeiros internacionais.

- **Inadequada identificação e avaliação de risco de certas atividades bancárias, sejam evidenciadas ou off-balance sheet:** Muitas organizações bancárias têm sofrido perdas relevantes por descuidaram em reconhecer e avaliar os riscos de novos produtos e atividades, ou por não adequarem suas avaliações de riscos quando mudanças significativas ocorreram no ambiente ou condições de negócios. Muitos casos recentes ressaltam o fato de os sistemas de controle que funcionam bem em produtos tradicionais ou simples não serem capazes de administrar produtos mais sofisticados ou complexos.

- **Ausência ou deficiência de estrutura e atividades de controles chave, como segregação de função, aprovação, verificação, reconciliação e revisão do desempenho das operações:** Particularmente, a falta de segregação de funções tem sido a principal causa de significativas perdas que têm ocorrido nos bancos.

- **Inadequada comunicação de informações entre os níveis de gerências do banco, especialmente na comunicação de problemas aos superiores:** Para ser eficaz, políticas e procedimentos devem ser efetivamente comunicados a todo pessoal envolvido nas atividades. Algumas perdas nos bancos ocorreram porque o pessoal envolvido não estava informado ou não havia entendido as políticas do banco. Em diversas instâncias, informações sobre atividades inapropriadas que deveriam ter sido reportadas e comunicadas ao corpo de diretores ou gerentes vieram à tona como problemas severos da empresa. Em outras instâncias, informações nos relatórios de gerências não eram completas ou acuradas, criando uma impressão favorável da falsidade de uma situação do negócio.

- **Inadequados ou ineficientes programas de auditoria e atividades de monitoração:** Em diversos casos, as auditorias não foram suficientemente rigorosas em identificar ou informar as falhas de controle associados com os problemas dos bancos. Em outros casos, embora os auditores informassem os problemas, nenhuma medida foi adotada para sanar essas deficiências”.

A crescente preocupação quanto à necessidade de avaliação de controles internos e gerenciamento de riscos torna-se imprescindível para os reguladores de mercados de capitais em nível mundial, de acordo com o IOSCO¹¹ – *International Organization of Securities Commissions* – (1998, p. 4):

"A implementação de um forte e efetivo gerenciamento de riscos e de controle promove a estabilidade por todas as partes do sistema financeiro da empresa. Especificamente, os controles internos de gerenciamento de riscos proporcionam quatro funções importantes:

- ⊖ *para proteger a empresa contra os riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e legal;*
- ⊖ *Para proteger as instituições financeiras dos riscos sistêmicos;*
- ⊖ *para proteger os clientes de perdas financeiras relevantes; e*
- ⊖ *para proteger as empresas e seus privilégios de sofrimentos adversos do risco reputacional".*

Devido ao aumento significativo de operações com derivativos, o GROUP OF THIRTY (*Global Derivatives Study Group*) publicou o estudo intitulado *Derivatives: practices and principles*, identificando vários tipos de riscos aos quais as instituições e empresas estão sujeitas nesse mercado e aumentando sobremaneira o

¹¹ *IOSCO* (2000, p. 1): organização internacional de mercado de capitais, constituída de quatro comitês regionais: África/Oriente Médio, Ásia/Pacífico, Europa e América, com o objetivo de: cooperar conjuntamente para promover elevada qualidade de normas, a fim de manter os mercados justos, eficientes e saudáveis; trocar informações sobre suas respectivas experiências para promover o desenvolvimento dos mercados domésticos; unir seus esforços para estabelecer normas e uma efetiva supervisão de transações internacionais de títulos; e proporcionar assistência mútua para promover a integridade de mercado de capitais, através de uma rigorosa aplicação de normas e efetivo cumprimento de leis contra transgressões.

nível de segurança dos sistemas adotados, com a classificação do risco global em quatro grandes grupos: mercado, crédito, operacional e legal (1993, p.2).

De acordo com SILVA NETO (1997, p.147), "*sem essa identificação é impossível se desenvolver um sistema de gestão de risco. Ainda, essa identificação auxilia em muito o desenvolvimento de novos produtos.*"

Em 1992, o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO*¹² (2000, p. 1-5), através do estudo intitulado *Internal Control – Integrated Framework*, definiu o conceito de controle interno, uma vez que este poderia ter significados diferentes para diferentes pessoas, causando confusões entre empresários, legisladores, regulamentadores e outros, resultando em falhas de comunicação e expectativas diferentes, e conseqüentemente, causando problemas com as empresas.

Segundo este estudo, o controle interno deve:

- ☉ "*Estabelecer uma definição em comum servindo as necessidades de partes diferentes.*

- ☉ "*Proporcionar padronização onde os negócios e outras entidades – grandes ou pequenas, setores públicos ou*

¹² COSO (2000, p. 1): Organização americana pública independente dedicada à melhoria da qualidade dos relatórios contábeis através da ética profissional, eficácia de controles internos, e corporações governamentais. Originalmente constituída em 1985 para responder pela *National Commission on Fraudulent Financial Reporting*, estudando os fatores causais que pudessem conduzir a demonstrações contábeis fraudulentas e desenvolvendo recomendações às companhias públicas e seus auditores independentes, para a SEC e outros órgãos regulamentadores, e para instituições de ensino. Posteriormente passou a desenvolver estudos, conjuntamente com a *American Accounting Association, American Institute on Certified Public Accountants, Financial Executives Institute, Institute of Internal Auditors* e *National Association of Accountants* (atualmente denominado *Institute of Management Accountants*).

privados, com fins ou sem fins lucrativos – possam avaliar seus sistemas de controle e determinar como melhorá-los”.

Nos Estados Unidos, o ASB – *Auditing Standards Boards* – reconheceu que esse relatório do COSO recebeu uma aceitação maciça entre profissionais de diversas áreas e níveis. Gerentes, diretores e os departamentos de auditoria interna passaram a adotá-lo para implementar e avaliar os controles internos. Organismos legislativos e regulamentadores passaram a citá-lo em leis e regulamentações. Assim, os auditores externos também passaram a adotá-lo em suas normas profissionais aperfeiçoando o SAS n.º 55 – *Consideration of the Internal Control Structure in a Financial Statement Audit* – através do SAS n.º 78 – *Consideration of the Internal Control Structure in a Financial Statement Audit* an Amendment do SAS n.º 55.

As principais mudanças entre o SAS n.º 55 e o SAS n.º 78 estão descritas nos tabelas 12 e 13, a seguir:

Tabela 12: Comparação da terminologia entre o SAS 55 e SAS 78

SAS 55	SAS 78
<i>Estrutura de controles internos</i>	<i>Sistema de controles internos</i>
<i>Elementos da estrutura de controles internos</i>	<i>Componentes do sistema de controles internos</i>
<i>Políticas e procedimentos da estrutura de controles internos</i>	<i>Controles</i>
<i>Procedimentos de controle</i>	<i>Atividades de controle</i>
Fonte: FRAZIER & SPRADLING <i>apud</i> SENGER, 1998, p. 44.	

Tabela 13: Comparação dos elementos da estrutura de controle interno do SAS 55 com os componentes do controle interno do SAS 78

SAS 55	SAS 78
Ambiente de controle: este é o controle coletivo de certos fatores externos e internos sobre a eficácia de políticas e procedimentos de controle específicos.	Ambiente de controle: estabelece o tom de uma organização, influenciando a consciência de controle sobre as pessoas.
Sem equivalente	Análise de risco: refere-se ao processo da organização na identificação de riscos potenciais para seus objetivos nas demonstrações financeiras, e ao desenvolvimento de ações para gerenciar tais riscos.
Sistema contábil: consiste dos métodos e registros utilizados para manter os livros contábeis da entidade.	Informação e comunicação: consiste dos métodos e registros estabelecidos.
Procedimentos de controle: são os procedimentos estabelecidos pela organização para manter os registros contábeis completos e acurados, além de controle sobre os ativos.	Atividades de controle: são as políticas e procedimentos que ajudam a assegurar o cumprimento das instruções da gerência.
Sem equivalente	Supervisão: este é o processo de avaliar a qualidade da execução dos controles internos ao longo do tempo.
Fonte: FRAZIER & SPRADLING <i>apud</i> SENGER, 1998, p. 44.	

5.2 CONTROLE INTERNO

5.2.1. DEFINIÇÃO

Controle interno (COSO, 1992, p. 1) é um processo conduzido pelos diretores, gerentes e outros funcionários da entidade, com a finalidade de proporcionar razoável garantia com relação à realização dos seguintes objetivos:

- ☉ confiança nos relatórios financeiros;
- ☉ conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis;
- ☉ eficácia e eficiência das operações.

Nessa definição estão implícitos quatro conceitos fundamentais:
(BOYTON, 1996, p. 255):

- ☉ É um processo, não é meramente um simples evento, integrado com, mas não adicionado, a outros processos para planejar, executar transações e eventos e monitorar resultados.
- ☉ É efetuado por pessoas em todos os níveis de uma organização, incluindo diretores, gerentes e todo o quadro de empregados. Como resultado, a eficácia do controle interno pode ser diminuída por limitações inerentes das pessoas.
- ☉ É desenvolvido para atingir os objetivos da entidade.
- ☉ Pode oferecer razoável, mas não absoluta, segurança quanto aos objetivos a serem estabelecidos devido às limitações inerentes a todos

os sistemas de controles internos, inclusive a relação custo-benefício de implementação de controles.

No relatório sobre controle interno, são identificados cinco componentes inter-relacionados que devem ser integrados no processo de gestão:

- ☉ ambiente de controle;
- ☉ avaliação de risco;
- ☉ atividades de controle;
- ☉ informação e comunicação;
- ☉ monitoração.

5.2.2. COMPONENTES DO CONTROLE INTERNO

Os componentes de controle interno descritos acima foram desenvolvidos pelo AICPA em SAS 55 (AU 319.06).

Ambiente de Controle

O ambiente de controle fixa o tom de uma organização, que influencia a consciência de controle de seus empregados. O ambiente de controle é a base para todos os outros componentes do controle interno porque proporciona a disciplina e a estrutura.

O sucesso da implementação do controle interno depende não só do ambiente no qual seu processo está inserido, como também dos seguintes elementos, que são essenciais neste processo:

- Integridade e valores éticos;
- Comprometimento com a competência;
- Participação do conselho de administração ou do comitê de auditoria;
- Filosofia gerencial e estilo de operação;
- Estrutura organizacional;
- Delegação de autoridades e responsabilidades;
- Práticas e políticas de recursos humanos.

Avaliação de risco

A estrutura de controles internos deve incluir as avaliações gerenciais dos fatores de riscos que auxiliam na preparação das demonstrações contábeis de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

Atividades de controle

Adicionalmente à criação de um efetivo ambiente de controle e do processo de avaliação de riscos, os controles internos do cliente devem incluir controles específicos das atividades (políticas e procedimentos). O AICPA, através do SAS 55, classifica atividades de controle como:

- Revisões de desempenho: políticas e procedimentos específicos que relatam a avaliação de desempenho da entidade, seja uma parte, seja o todo.
- Processamento de informações.
- Controles físicos.
- Segregação de funções: O conceito de segregação de funções é baseado na necessidade de separar a responsabilidade de custódia, a responsabilidade contábil e a responsabilidade operacional. Esta segregação proporciona um sistema de checagem da competência e integridade do pessoal envolvido, pois não é possível para um único

departamento ou indivíduo controlar uma transação sem criar uma necessidade de revisões interdepartamentais.

Informação e comunicação

A relevância dos sistemas de informação para os objetivos dos relatórios financeiros, inclusive os sistemas contábeis, baseia-se em métodos e registros para identificar, avaliar, analisar, classificar, registrar e informar as transações da entidade (bem como eventos e condições) e na manutenção da *accountability* para ativos e passivos relatados. A comunicação deve proporcionar um claro entendimento de normas e responsabilidades individuais para a estrutura de controle interno acerca dos relatórios financeiros.

Monitoração

Implantados os controles internos, os gestores devem avaliar os controles periodicamente e efetuar modificações, quando apropriadas. A continuidade de monitoração deve ser parte integrante da rotina de atividades efetivas de controle interno. Em algumas entidades a rotina de monitoração deve ser suplementada pelos trabalhos de auditoria interna e até mesmo ser informada por fontes externas que revelam os problemas e as necessidades de aprimoramento dos controles.

O controle interno é, pois, um processo que avalia a qualidade da estrutura do controle interno a ser desempenhada no período. Envolve a avaliação

através de pessoal apropriado para garantir a sua qualidade. Os controles internos devem ser monitorados por uma avaliação contínua.

A administração de uma empresa é responsável pelo estabelecimento e manutenção dos sistemas de informação, contábeis e de controle que, na medida do possível, garantam a condução ordenada e eficiente da empresa e reduzam os riscos a níveis aceitáveis.

5.2.3. CATEGORIAS DE CONTROLE INTERNO

Normalmente, o controle interno pode ser classificado da seguinte maneira (PRICE WATERHOUSE, 1986, p. 93):

Ambiente de controle – *é o conjunto de condições em que operam os sistemas de controle. Ao avaliar o ambiente de controle, deve-se considerar o enfoque dado pela diretoria e alta administração aos controles, à organização administrativa e à estrutura para o controle administrativo. O ambiente de controle tem influência decisiva na possibilidade de confiar neles como fonte de satisfação de auditoria.*

Controles diretos – *são aqueles que se destinam a evitar ou detectar erros ou irregularidades que afetariam as demonstrações contábeis e aquelas funções de processamento computadorizadas que envolvem um aspecto essencial do processamento das transações e informações diretamente relacionadas, desde o início até à elaboração final das demonstrações contábeis. Tais controles respaldam diretamente as afirmações correspondentes de cada um dos componentes e, portanto, constituem fontes de satisfação de auditoria. Os controles diretos abrangem controles administrativos e independentes, controles de processamento e de funções de processamento computadorizadas e controles para salvaguardar ativos. A eficácia dos controles diretos depende, normalmente, de certos controles gerais.*

Controles gerais – *são os controles que contribuem de modo significativo para a eficácia de cada um dos controles diretos. Abrangem a segregação de funções incompatíveis e controles gerais de sistemas de informações computadorizadas. Os controles gerais não proporcionam satisfação direta em relação às afirmações correspondentes. Ao considerar a confiança nos controles diretos como uma fonte de satisfação de auditoria, deve-se verificar se as deficiências dos controles gerais podem repercutir na eficácia do controle direto”.*

5.2.4. CONFIANÇA NOS CONTROLES INTERNOS

É necessário compreender, avaliar e obter evidências do efetivo funcionamento de qualquer controle em que se pretende confiar para determinar a natureza, extensão e época de realização dos procedimentos de auditoria, levando em consideração os aspectos relacionados com o ambiente de controle.

Cada empresa possui uma abordagem própria de auditoria a fim de alcançar o objetivo geral de auditoria na forma mais eficiente. A confiança nos controles internos representa uma fonte potencial de satisfação para o objetivo de auditoria de um componente, principalmente para identificar os controles em que se pode confiar, a fim de obter satisfação para uma afirmação de modo mais eficiente do que por outros procedimentos de auditoria. Esses controles nas quais o auditor deposita confiança são denominados controles chave.

As características de um controle chave potencial não devem apresentar erros ou irregularidades significativos e devem proporcionar satisfação que respalde às afirmações relacionadas a cada um dos componentes.

Entretanto, antes de confiar nos controles, o auditor deve obter evidências a partir de procedimentos adicionais, uma vez que os sistemas são compostos de uma série de controles que possivelmente não podem ser considerados como controles chave para fins de auditoria. Na maioria dos casos, estas evidências contribuem apenas para a exatidão das demonstrações contábeis.

5.2.5. AVALIAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

A avaliação dos controles internos baseia-se, em grande parte, no julgamento do auditor e pode ser influenciada por diferentes fatores, dependendo de cada situação. Geralmente envolve:

- identificação dos controles chaves potenciais;
- reconsideração da avaliação inicial do risco de controle;
- avaliação das deficiências.

Um controle chave potencial é aquele que reúne duas condições:

- Pode proporcionar significativa satisfação de auditoria, desde que esteja operando efetivamente; e
- Deve proporcionar essa satisfação de modo mais eficiente do que outros procedimentos.

A identificação de controles chave potenciais e de funções de processamento computadorizado baseia-se na compreensão dos sistemas do cliente, a partir do conhecimento acumulado de auditoria atualizado durante a fase de planejamento. A identificação dos controles e funções de processamento computadorizados que, potencialmente, podem ser considerados como controles chave é um processo de julgamento e envolve as seguintes considerações:

- Quais são os fatores que, sozinhos e em combinação com outros, estão voltados para os riscos inerentes dos componentes e que,

portanto, podem proporcionar satisfação de auditoria significativa para as afirmações que o fundamentam;

- O impacto do ambiente de controle;
- O impacto dos controles gerais;
- A eficiência de confiar nos controles como uma fonte de satisfação de auditoria.

O controle direto e os controles gerais combinam-se para formar o controle chave potencial. Logo, ao avaliar os controles diretos individuais, o auditor deve avaliar, ao mesmo tempo, os controles gerais pertinentes.

Durante a fase de planejamento detalhado, o auditor deve procurar atualizar os controles internos avaliados preliminarmente durante o planejamento estratégico, uma vez atualizados e avaliados os diversos controles neles contidos, podendo ser necessário modificar a avaliação do risco de controle, que implica em:

- ☉ Considerar o possível efeito do ambiente de controle sobre a confiabilidade dos sistemas de controle do cliente;
- ☉ Considerar os tipos de erros ou irregularidades possíveis que possam ocorrer;
- ☉ Considerar se os sistemas de controle do cliente deveriam evitar ou detectar esses tipos de erros ou irregularidades;
- ☉ Identificar os pontos fortes e fracos do cliente.

No Brasil, o Banco Central, através da resolução n.º 2.554, de 24 de setembro de 1998, que dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos, resolveu:

“ Art. 1. Determinar às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e a implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais (grifo nosso) e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.”

Em princípio, é de responsabilidade da auditoria interna revisar e atualizar periodicamente os controles internos, de forma a que sejam incorporadas medidas relacionadas a riscos. O parágrafo 3 dessa mesma resolução delega essa responsabilidade à auditoria externa:

“Parágrafo 3. A atividade de que se trata o parágrafo 2. (parágrafo 2. A atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos), quando não executada por unidade específica da própria instituição ou de instituição integrante do mesmo conglomerado financeiro, poderá ser exercida:

I – por auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde que não responsável pela auditoria das demonstrações financeiras;

II – pela auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central a que filiada a instituição;

III – por auditoria de entidade ou associação de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, mediante convênio, previamente aprovado por este, firmado entre a entidade à que filiada a instituição e a prestadora de serviço.”

Podemos observar que a preocupação do Banco Central do Brasil, quanto à implantação e implementação de controles internos, não é apenas para fins de demonstrações contábeis, de onde podemos concluir que os sistemas de controles internos instituídos pelas instituições financeiras são muito mais amplos em relação à auditoria das demonstrações contábeis, surgindo assim a necessidade de os auditores desenvolverem conhecimento e tecnologia específica de controles internos e riscos envolvidos.

5.3 RISCOS

5.3.1. RISCO EM AUDITORIA

Há três tipos de risco em auditoria: o risco profissional oriundo da associação com o cliente, o de emissão de um parecer de auditoria incorreto e o de não corresponder às expectativas do cliente.

5.3.1.1. Risco Profissional

O risco profissional é o risco de a reputação da empresa de auditoria ser prejudicada ou de que esta venha a ter prejuízos em decorrência da associação com o cliente.

O grau de risco envolvido em cada trabalho pode variar de um grau mínimo a alto e é preciso avaliá-lo antes de se aceitar o trabalho, uma vez que esses trabalhos podem vir a prejudicar a reputação da empresa, no mercado, em vez de realçá-la.

Torna-se necessário fazer uma triagem cuidadosa dos clientes em perspectiva de forma a ser submetidos a pelo menos dois sócios da empresa de auditoria, para evitar trabalhos que possam dar origem a níveis anormais de riscos, pois, de vez em quando, certos trabalhos são identificados como inaceitáveis, ou aceitáveis somente sob condições específicas.

Normalmente, as indagações mais freqüentes sobre as condições para aceitar determinada empresa como um novo cliente são:

- ⊖ O empreendimento aparenta estar razoavelmente bem concebido e é o tipo ao qual a empresa deseja associar-se?
- ⊖ A administração e os principais acionistas são pessoas íntegras e de boa reputação?
- ⊖ Os advogados e outros assessores da empresa desfrutam de boa reputação?
- ⊖ O cliente tem a intenção, salvo em circunstâncias excepcionais, de manter os atuais auditores nos próximos anos?

Cada empresa de auditoria possui critérios internos de avaliação e documentação do risco profissional de novos clientes e daqueles já existentes. Os fatores mais típicos que afetam o risco profissional são:

- ⊖ **Negócio:** Perspectivas da empresa e da indústria, viabilidade dos produtos ou serviços oferecidos, tamanho e volume das transações, riscos inerentes do negócio, maturidade e estabilidade do empreendimento, ambiente competitivo e especulativo;

- ⊖ **Postura:** Transparência e compromisso perante o público, litígios significativos, investigação por órgãos de regulação e antecedentes no cumprimento de regulamentação legal;
- ⊖ **Controle:** Controle acionário (pulverizado versus concentrado) e sujeito à manipulação;
- ⊖ **Estrutura:** Complexidade da estrutura das empresas do grupo;
- ⊖ **Administração:** Alcance da influência nas decisões que afetam as demonstrações contábeis, o comprometimento, a integridade, a competência, os conflitos de interesses em potencial, as modificações recentes ou antecipadas; e
- ⊖ **Financeira:** Análise da situação financeira e continuidade da empresa.

5.3.1.2. Risco de Auditoria

Risco de auditoria é o risco de emitir um relatório inadequado devido a falha no processo de auditoria destinado a detectar erros ou irregularidades relevantes¹³ contidos nas demonstrações contábeis.

O risco de auditoria é composto por três componentes, segundo SAS n.º 55, a saber: risco inerente, risco de controle e risco de detecção.

5.3.1.2.1. Risco Inerente

“Risco inerente é a suscetibilidade do saldo de uma conta ou classe de transações a uma distorção que poderia ser relevante, individualmente ou quando considerada em conjunto com distorções em outros saldos ou classes, presumindo que não houvesse controles internos correlatos.”

Fatores relevantes a serem considerados para a avaliação do risco inerente são (PRICE WATERHOUSE, 1986, p. 74):

- ***“Natureza do negócio do cliente: Natureza dos produtos e dos serviços, inclusive sua comercialização, volatilidade e suscetibilidade a desfalque; circunstâncias econômicas e tendências de negócios; natureza da indústria, políticas e práticas financeiras; estrutura de operações e departamento de finanças.***
- ***Natureza dos componentes: Natureza das transações e atividades dos negócios; complexidade e subjetividade de contabilização; relevância de saldos e valores para as***

¹³ Erros ou irregularidades relevantes podem ser resultado da aplicação incorreta de princípios e métodos contábeis, de apresentação errônea ou de omissão de fatos, ou de um erro de interpretação.

demonstrações contábeis em seu conjunto; homogeneidade dos valores das transações; transações com partes relacionadas; suscetibilidade a problemas de realização, a transações não contabilizadas ou erros nos cortes da documentação (cut-off) e a manipulação ou outras irregularidades.

- ***Natureza dos sistemas de informação e contábeis:*** *Eficácia dos sistemas desenvolvidos pelo cliente ou por terceiros; dependência dos sistemas para as operações diárias do negócio; natureza, extensão e complexidade da computadorização de aplicações significativas, o efeito da configuração do software, do hardware e da transmissão de dados sobre o risco relacionado com o acesso por parte do usuário a funções de processamento e a arquivo de dados, exatidão e integridade dos dados entrados para processamento, tratamento adequado para as transações rejeitadas, exatidão e integridade do processamento de transações e da informação diretamente relacionada, operações do departamento de sistemas de informações computadorizadas, modificações nos programas de aplicações e acesso geral às funções de processamento, arquivos da dados e programas."*

5.3.1.2.2. Risco de Controle

Risco de controle (IFAC, 1997, p. 82), *"é o risco de que os sistemas contábeis e de controle interno deixem de prevenir ou detectar, e corrigir em tempo hábil, uma distorção no saldo de uma conta ou classe de transações que poderia ser relevante, individualmente ou quando agregada a distorções em outros saldos ou classes."*

5.3.1.2.3. Risco de Detecção

“Risco de detecção é o risco de que os procedimentos de comprovação de um auditor não detectem uma distorção no saldo de uma conta ou classe de transações que poderia ser relevante, individualmente ou quando considerada em conjunto com distorções com outros saldos ou classes (IFAC, 1997, p. 14).

5.3.1.2.4. Relacionamento entre os Componentes dos Riscos de Auditoria

O risco de auditoria compreende o risco isolado de ocorrência de erro ou irregularidade das demonstrações contábeis (risco inerente), ou seja, o risco de os controles não evitarem ou detectarem esse erro ou irregularidade (risco de controle) e o de não ser descoberto com a aplicação dos procedimentos de auditoria (risco de detecção). Portanto, risco de auditoria é igual a risco inerente, menos o risco de controle e de detecção (GUY *at alii*, .1999, p. 135).

Entretanto, os riscos inerentes e os de controle, em muitos casos estão inter-relacionados e deve-se avaliar esses riscos de forma combinada.

De acordo com o IFAC (1997, p. 90):

“A administração muitas vezes reage a situações de risco inerente projetando sistemas contábeis e de controle interno para prevenir ou detectar e corrigir distorções e, portanto, os riscos inerente e de controle estão altamente inter-relacionados. Em situações desse tipo, se o auditor tentar avaliar os riscos inerente e de controle separadamente, talvez a avaliação de risco se torne imprópria. Como resultado, pode-se determinar mais aproximadamente o risco de auditoria em situações desse tipo fazendo uma avaliação combinada”.

Essa avaliação combinada dos riscos inerente e de controle é efetuada através de uma matriz de componentes de riscos, como demonstrado na Figura abaixo pelo IFAC (1997, p. 93).

Tabela 14: Matriz de componentes de riscos – IFAC

		<i>Na avaliação do auditor o risco de controle é:</i>		
		<i>Alto</i>	<i>Médio</i>	<i>Baixo</i>
<i>Avaliação de risco inerente feita pelo auditor</i>	<i>Alto</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Mais baixo</i>	<i>Médio</i>
	<i>Médio</i>	<i>Mais baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Mais alto</i>
	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Mais alto</i>	<i>Máximo</i>
<i>As áreas cinzentas estão relacionados com o risco de detecção.</i>				
Fonte: IFAC (1997, p. 400)				

Ainda, conforme o IFAC (1997, p. 93) e na mesma linha de raciocínio de BOYTON & KELL (1996, p. 235):

"Existe uma relação inversa entre o risco de detecção e o nível combinado de risco inerente e de controle. Por exemplo, quando os riscos inerente e de controle forem altos, os níveis aceitáveis de risco de detecção precisam ser baixos para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo. Por outro lado, quando os riscos inerente e de controle forem baixos, o auditor pode aceitar um risco de detecção mais alto e ainda reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo".

Como existe uma certa subjetividade no julgamento do auditor para determinar os níveis de riscos inerente e de controle, BOYTON & KELL (1996, p. 236) classificam esses riscos em quatro categorias (máximo, alto, moderado e baixo; Tabela 15), enquanto o IFAC, conforme Tabela 14, os classificam em três categorias (alto, médio e baixo).

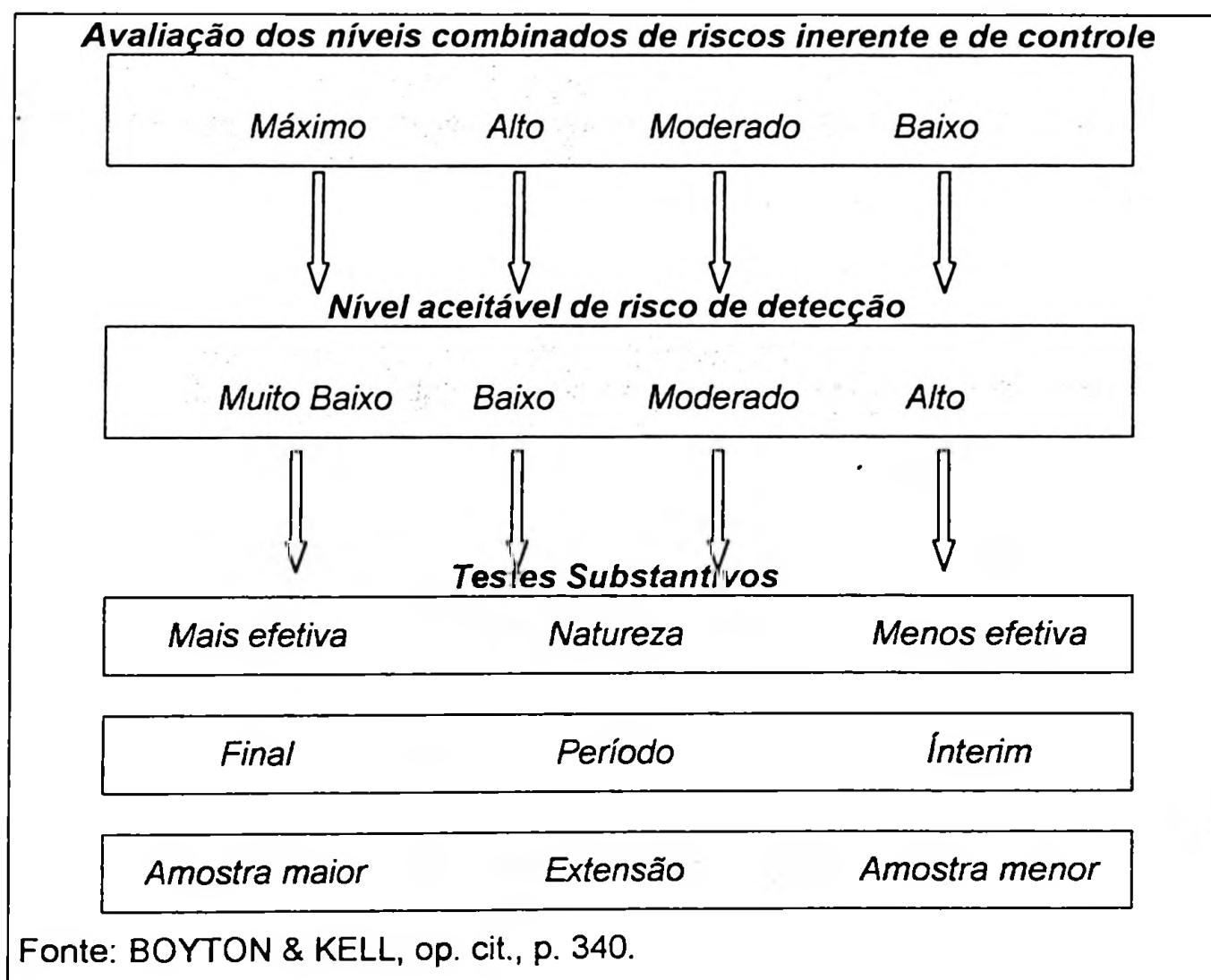
Tabela 15: Matriz de componentes de riscos – BOYTON & KELL

	<i>Julgamento do risco de controle</i>			
<i>Julgamento do risco inerente</i>	<i>Máximo</i>	<i>Alto</i>	<i>Moderado</i>	<i>Baixo</i>
	<i>Nível aceitável de risco de detecção para obter um baixo risco de auditoria</i>			
<i>Máximo</i>	<i>Muito baixo</i>	<i>Muito baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Baixo</i>
<i>Alto</i>	<i>Muito baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Moderado</i>
<i>Moderado</i>	<i>Baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Moderado</i>	<i>Alto</i>
<i>Baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Moderado</i>	<i>Alto</i>	<i>*</i>
* Testes substantivos podem não ser necessários para uma determinada avaliação				
Fonte: BOYTON & KELL, <i>Modern Auditing</i> , 1996, p. 236.				

Nota-se que os riscos inerentes têm crescido consideravelmente devido à complexidade das transações e aos fatores econômicos. O auditor passa a ter maior responsabilidade sobre os controles desempenhados pelas empresas e em melhorar os procedimentos de auditoria para detectar erros significativos que possam vir a afetar os valores apresentados nas demonstrações contábeis.

Através desta análise, o auditor julga a extensão, período e natureza dos testes substantivos a serem realizados durante suas visitas a determinados clientes, conforme Figura 7, abaixo:

Figura 7: Relação entre os componentes de riscos de auditoria e a natureza, período e extensão de testes substantivos



5.3.1.3. Risco de Serviços ao Cliente

É o risco de o auditor falhar na prestação de um serviço de alta qualidade, por não ter compreendido as necessidades e expectativas do cliente. Durante o planejamento estratégico, o auditor deve esclarecer os termos de referência, inclusive o eventual relatório e o serviço adicional a ser promovido. Além disso, deve-se esclarecer que não existem mal-entendidos a respeito de questões como rotação de ênfase, auditoria de sistemas de informações computadorizadas e quanto à responsabilidade de detecção de atos ilegais e irregularidades.

O auditor, contudo, está exposto a questões de litígios, mesmo quando executados seus exames em conformidade com as normas de auditoria e opinião adequada em relação às demonstrações contábeis, conforme nota de rodapé do SAS n.º 47 – *Audit Risk and Materiality in Conducting an Audit*. (AICPA, 1994, p. AU § 312.03):

“Em adição ao risco de auditoria, o auditor também está exposto a perdas ou danos a sua prática profissional decorrente de litígios, publicidades adversas, ou outros eventos que surgem em conexão com as demonstrações contábeis que foram por ele auditadas e sobre as quais emitiu-se uma opinião. Esta exposição está presente mesmo quando o auditor executou seus exames de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e emitiu uma opinião adequada com relação às demonstrações contábeis”.

Nos Estados Unidos, litígios e processos contra empresas de auditoria têm crescido consideravelmente. Em 1992, havia mais de 4.000 processos

pendentes totalizando mais de trinta bilhões de dólares, e os custos totais das, então, *big six* com litígios pagos, advogados e prêmios de seguro (*Net Protection Costs*) foi de US\$ 600 milhões, isto é, 11% da receita total, representando a maior despesa da empresa, exceto com salários (GELBCKE, 1997).

Segundo a PRICEWATERHOUSECOOPERS (1999 c, p. 1), o número de litígios de esfera federal, após a *Private Securities Litigation Reform Act* de 1995, nos Estados Unidos, cresceu 134%, conforme Tabela 16, e dentre essas, é crescente o número de litígios envolvendo questões contábeis, Figura 8.

O crescimento de litígios, nesse período, deve-se principalmente ao envolvimento de empresas de setores bancários, de computadores e telecomunicações, Tabela 17, que vêm apresentando oscilações significativas no preço de suas ações de mercado durante esse período. O número de litígios das empresas desses três setores que representavam 25 per cento dos casos em 1996, passou a representar 45 per cento dos casos em apenas dois anos.

Tabela 16: Evolução de litígios nos Estados Unidos, de âmbito federal

<i>Year Filed</i>	<i>Federal Cases</i>
1991	156
1992	194
1993	154
1994	227
1995	186
<i>Private Securities Litigation Reform Act</i>	
1996	102
1997	154
1998	239

Fonte: PRICEWATERHOUSECOOPERS, *Securities Litigation Newsletter*, 1999 c, p. 1.

Figura 8: Evolução de litígios, nos Estados Unidos, envolvendo questões contábeis

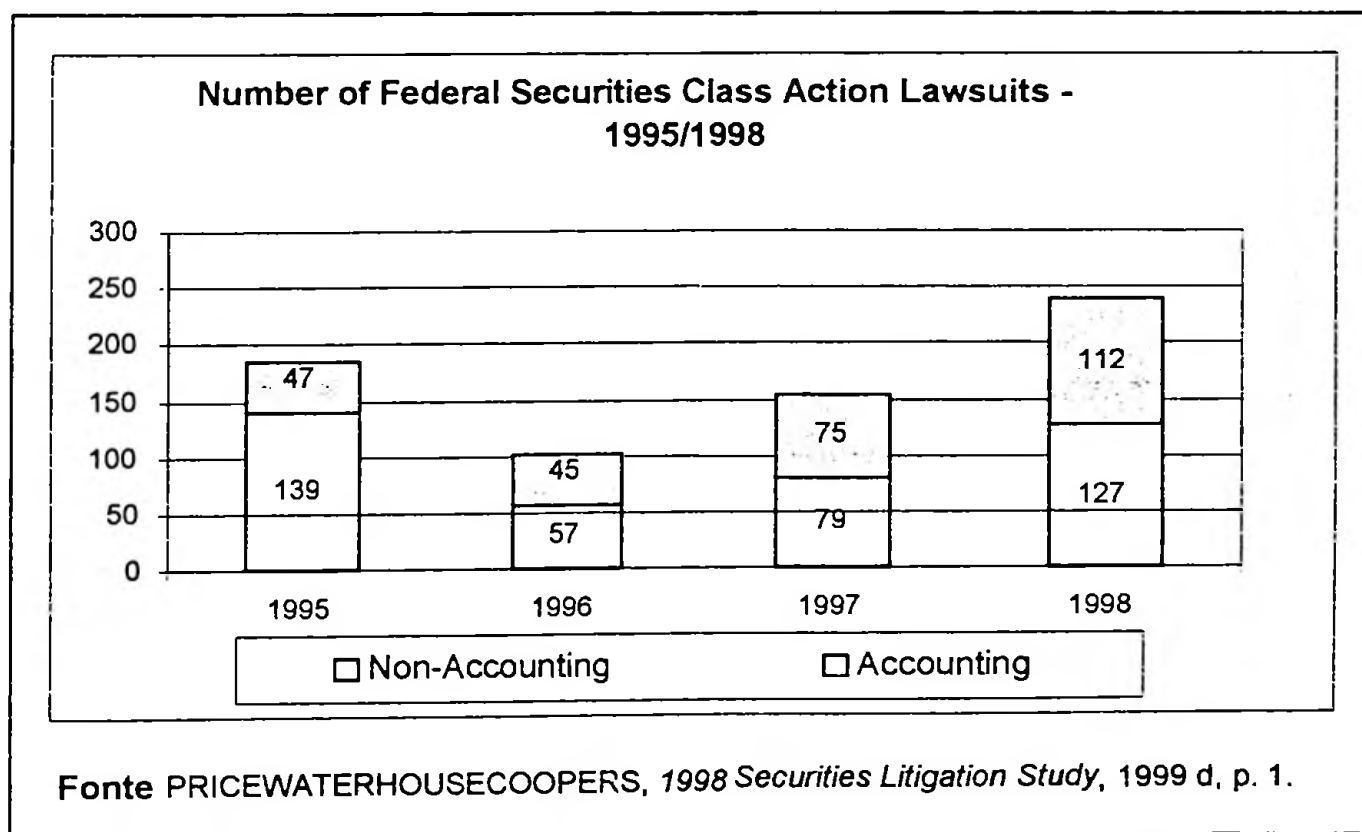


Tabela 17: Relação de litígios, por setor, nos Estados Unidos – 1996/1998

Setor	1996		1997		1998	
	Número de companhias	% do total de casos	Número de companhias	% do total de casos	Número de companhias	% do total de casos
Automotivo	1	1	6	4	4	1
Banco	6	6	19	12	48	17
Serviços Empresariais	1	1	6	4	9	3
Química/Farmacêutica	2	2	6	4	12	4
Serviços de computadores	15	14	26	16	44	16
Construção	2	2	1	1	2	1
Educação					1	1
Entretenimento	3	3	4	2	5	1
Alimentação	5	5	3	2	1	1
Vidros/Metals	3	3	3	2	6	2
Hardware/Eletrônicos	9	8	15	9	11	4
Saúde	3	3	9	5	8	3
Seguros	6	6	7	4	10	4
Legal			1	1	4	1
Manufatura	5	5	8	5	10	4
Mineração	1	1	4	2	3	1
Óleo/Gás	1	1	2	1	6	2
Papel/Celulose			4	2	5	1
Imobiliário	6	6	2	1	12	4
Varejo	7	7	11	7	11	6
Telecomunicações	16	15	11	7	33	12
Têxtil/Vestuário	2	2	2	1	5	2
Transporte	1	1	3	2	3	1
Utilidades	1	1	5	3	6	2
Fornecedor atacadista	6	6	5	3	16	6

Fonte: PRICEWATERHOUSECOOPERS, 1998 *Securities Litigation Study*, 1999, p. 3-4.

Cabe ressaltar que uma parcela significativa desses processos está relacionada à política de *deep pockets*¹⁴, uma vez que, sobre o faturamento, as empresas de auditoria que atuam nos Estados Unidos depositam um percentual para um fundo de reserva destinado a ressarcir as partes que foram, de alguma forma, prejudicadas em consequência dos trabalhos e opiniões emitidas sob sua responsabilidade.

¹⁴ *Deep pockets*: Uma arbitragem para garantia junto a um investidor, credor ou litigante sobre uma questão financeira acerca de uma responsabilidade de uma empresa ou seus afiliados (relacionamento, mesmo indireto, entre companhias onde não haja o vínculo controladora-controlada), de um emitente, comodatário ou contraparte de uma ação judicial.

6. OPORTUNIDADES DE NOVOS SERVIÇOS

6.1. INTRODUÇÃO

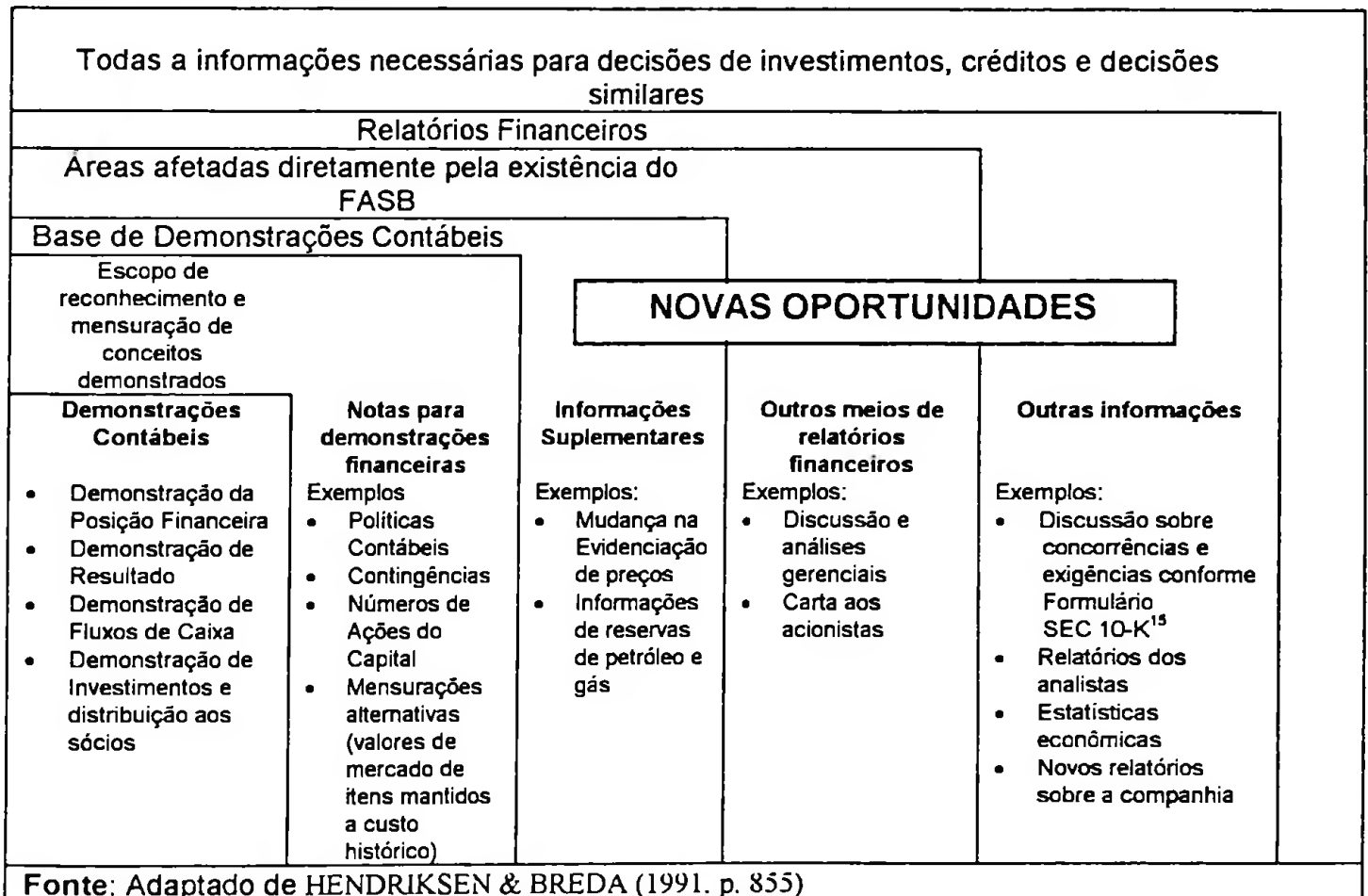
Diante da necessidade de mudança do enfoque de auditoria, torna-se evidente que os trabalhos dos auditores devem se expandir apresentando outros serviços, além de meramente emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis. Nesse sentido, os trabalhos dos auditores independentes estavam “maduros” (ICAEW, 1999, p. 1) pela própria necessidade de os usuários das informações carecerem de outras fontes de informações, por um profissional **independente**, com conhecimentos suficientes para emitir uma opinião sobre uma informação para diversas finalidades, de acordo com a necessidade dos usuários para tomada de decisão.

É crescente também, a preocupação de órgãos competentes quanto à relação utilidade versus obrigatoriedade das demonstrações contábeis auditadas. Fatores citados no capítulo 1 deste trabalho revelaram a necessidade de o auditor atuar de forma mais envolvente nos negócios empresariais das empresas, sem prejudicar a sua independência. Dessa forma, novas oportunidades de trabalho estão sendo pesquisadas e até mesmo regulamentadas pelo CICA para atender às necessidades dos tomadores de decisão.

As empresas de auditoria, assim, visando a atender essas necessidades dos tomadores de decisão, passaram a oferecer diversos tipos de serviços, além das

auditorias das demonstrações contábeis anuais ou semestrais, em casos de instituições financeiras, expandindo seu campo de atuação, como mostra a Figura 9 abaixo:

Figura 9: Relatórios Financeiros



Procuramos reconhecer como são identificadas essas novas oportunidades de serviços pelo AICPA e CICA, que até o momento são as principais

¹⁵ **Formulário 10-K:** Relatório anual exigido pela Comissão de Valores Mobiliários (*Securities and Exchange Commission – SEC*) de toda emitente de um título registrado, de toda companhia registrada em bolsa e de qualquer companhia com 500 ou mais acionistas ou \$ 1 milhão de receita operacional antes da tributação, bem como das vendas por diferentes classes de produtos, para cada uma das diferentes linhas de negócios da empresa e para cada um dos últimos cinco anos. O formulário 10-K torna-se informação pública quando arquivado junto à SEC (DOWNES and GOODMAN, 1993, p. 190).

instituições que estão empenhadas em pesquisar e publicar matérias sobre esse novo campo de atuação dos auditores. Também efetuamos um levantamento, principalmente pelos *sites* na *Internet*, dos serviços relevantes identificados por estes órgãos em que o envolvimento do auditor se torna necessário para proporcionar a qualidade de informação para seus usuários.

Procedemos a um levantamento, através da *Internet*, dos serviços de *assurance* oferecidos pelas *big five* em nível mundial. E, finalmente, realizamos entrevista com gerentes ou sócios de cada uma das *big five* em nível nacional procurando identificar quais os serviços que estão sendo oferecidos por essas empresas.

6.2. AICPA

Em decorrência das questões suscitadas na conferência do AICPA, em 1993, a comissão (*Jenkins Committee*) procurou efetuar uma pesquisa empírica, que consistia principalmente de entrevistas, observações e análise de uma visão futura na qual contadores atuarão e no espaço econômico em que seus atributos e capacidades seriam mais valorizados.

Foram estudados os seguintes fatores:

- a) **Necessidades dos clientes:** Foram efetuadas entrevistas com investidores, credores, membros de diretoria, gerentes, membros de órgãos normativos e outros encarregados de tomar decisões, procurando identificar necessidades cruciais de informações, que tipo de informações eram freqüentemente utilizadas e seu grau de satisfação com aquelas de que dispunham.

- b) **As megatendências** que serviram para identificar as forças capazes de modificar as necessidades de informação e a asseverança de auditoria corrente, e criar novas com a auxílio de consultores que monitoravam as tendências políticas, econômicas e sociais, buscando identificar oportunidades e ameaças delas decorrentes.

c) **Tecnologia de informação:** Como essa tecnologia seria capaz de mudar as aplicações do computador, os processos de negócios, o uso da informação e a necessidade de garantia.

d) **Competência dos Contadores:** Através de um trabalho efetuado por algumas grandes empresas de auditoria e estudos feitos por profissionais na Austrália e Nova Zelândia, foi possível identificar as habilidades e a competência que os contadores possuem ao prestar novos serviços. Posteriormente, foram identificadas lacunas entre essas competências e as que serão exigidas no futuro.

Essa pesquisa serviu como ponto de partida para a identificação de novas oportunidades, sob três aspectos, a saber:

1. Desenvolver um novo conceito de serviço profissional como base para novas oportunidades;
2. Identificar e definir alguns serviços específicos que o contador/auditor pode prestar. A estratégia consistiu em identificar serviços potenciais baseados nas necessidades reveladas pela pesquisa, em desenvolver novos serviços examinando as possíveis extensões de novos serviços a clientes. Alguns serviços podem atrair, primordialmente, pequenas empresas de auditoria independente, enquanto outros atraem as

grandes. Também procurou analisar o futuro dos atuais serviços e como revigorá-los.

3. Criar mecanismos para desenvolver oportunidades de serviços no futuro. Foram desenvolvidos dois modelos: um para as empresas de auditoria conduzirem seus próprios serviços, e outro para o AICPA dar continuidade ao trabalho dessa comissão.

Dentre as oportunidades identificadas, as que mereceram atenção especial foram:

- ☉ Comércio eletrônico;
- ☉ Avaliação de riscos;
- ☉ Mensuração de desempenho empresarial;
- ☉ Confiabilidade nos sistemas de informação;
- ☉ Mensuração de desempenho de saúde; e
- ☉ *Eldercare*.

6.2.1. COMÉRCIO ELETRÔNICO

A *Internet* proporciona aos consumidores uma nova forma de obtenção de informações e compra de bens e serviços. Embora essa forma de comércio eletrônico tenha crescido rapidamente, particularmente pelo uso da *World Wide Web*, ou simplesmente *Web*, seu crescimento ainda é inibido pelo medo e preocupação dos usuários do risco em efetuar eletronicamente os negócios.

Esse medo e preocupação devem-se aos seguintes fatores: ataques intencionais, falha na transmissão, falta de autenticidade, perda de confiança, roubo de identidade, o produto não é visível e palpável no ato da compra, uso inadequado de perfil individual ou organizacional, entre outros (AICPA, 1998 h, p. 2).

Em resposta a esses fatores, o AICPA e o CICA vêm desenvolvendo, através de uma força-tarefa conjunta, diversas pesquisas nas quais um dos produtos foi a elaboração de princípios e critérios de negócios para consumidores do comércio eletrônico, intitulado *Web Trust Principles and Criteria for Business-to-Consumer Eletronic Commerce*, em junho de 1999.

De acordo com esse produto, os princípios fundamentais para o comércio eletrônico visando minimizar os riscos envolvidos são (AICPA & CICA, 1999, p. 8):

- ***“Divulgação das práticas de negócios: A entidade deve divulgar suas práticas de negócios para as transações efetuadas pelo comércio eletrônico e executá-las conforme divulgado.***

- **Integridade das transações:** A entidade deve manter efetivamente os controles proporcionando razoável garantia de que as transações dos clientes que utilizam o comércio eletrônico são completadas e faturadas como acordadas.
- **Proteção das informações:** A entidade deve manter efetivamente os controles para proporcionar razoável garantia de que as informações de consumidores, registrados através do comércio eletrônico são protegidos”.

O auditor, pelas suas características quanto à independência, objetividade e conhecimentos em relação ao controle interno e riscos, pode vir a desenvolver serviços atendendo aos quesitos apresentados no quadro abaixo:

Tabela 18: Integridade e segurança no comércio eletrônico

	Integridade	Segurança
Transações e documentos	Elementos estão como acordados	<ul style="list-style-type: none"> • partes são autênticas • transações e documentos estão protegidos
Suporte aos sistemas	Elementos não foram alterados ou perdidos	<ul style="list-style-type: none"> • apropriada autenticidade • existência de sistemas de proteção
Fonte: AICPA		

De acordo com o IASC (1999, p. 8):

“Com o impacto da globalização e desenvolvimento da tecnologia de informação, implicações são inevitáveis em diversas áreas de negócios, gerenciamento e regulamentação de mercado. Num mercado global moderno, informações e investimentos irão perder sua identificação nacional para uma perspectiva global.”

Como resultante desse aumento de transações eletrônicas, o IASC recomenda que o próprio comitê, como as demais organizações reconhecidas internacionalmente, devem (IASC, 1999, p. 87-88):

- *“Constituir uma força-tarefa para revisar a situação e o impacto da disseminação eletrônica de relatórios de negócios;*
- *Desenvolver um modelo para padronizar a emissão de um relatório de negócios baseado em comércio eletrônico;*
- *Constituir uma comissão de pesquisa para assistir em suas funções.*

Essa força-tarefa deve procurar encontrar os melhores resultados possíveis em termos de qualidade de informações financeiras, devendo focar sua atenção para:

- 1. Avaliação da forma como a normatização vem ocorrendo nos relatórios de negócios baseados em web e identificar os melhores modelos possíveis de relatórios no formato eletrônico.*
- 2. Quando necessário, estabelecer um código de conduta e, eventualmente, emitir normas para relatórios baseados em web que não reprimam o progresso nessa área.*
- 3. Coordenar em conjunto com o IFAC o estabelecimento de códigos de conduta ou de normatização dos relatórios através da web;*

4. *Coordenar, em conjunto com o IOSCO e agências reguladoras nacionais, a garantia de qualidade em questões pertinentes aos relatórios baseados em web, para que seus preparadores, em todas as jurisdições, baseados em normas e códigos, possam garantir seus benefícios a todas as entidades e, conseqüentemente, aos mercados globais.*

6.2.2. AVALIAÇÃO DE RISCO

A avaliação e o controle de risco de negócios têm sido alvo de grandes preocupações das empresas devido a mudanças advindas da tecnologia de informação. Esta tem reduzido o período de avaliação para reagir às mudanças ambientais, alterando a estrutura dos processos de negócios e afetando os controles tradicionais de informação, para salvaguarda de ativos.

O auditor, através da experiência adquirida em avaliar os riscos e os controles internos contidos nas asserções de demonstrações contábeis, pode melhorar a qualidade da informação sobre os riscos que correm os tomadores internos de decisão (gerentes e diretores), por meio de uma avaliação independente, para alertar para possíveis eventos adversos que poderão vir a afetar os negócios da empresa. O auditor também pode identificar e avaliar as responsabilidades dos administradores quanto aos riscos, incluindo a adequação dos sistemas para monitoração de mudanças de riscos e atentando aos seus limites.

Segundo o AICPA (1998 i, p. 2), os serviços de avaliação de risco devem incluir:

- ☉ *“identificação e avaliação primária de riscos potenciais de negócios ou da entidade;*
- ☉ *avaliação independente dos riscos identificados; e*
- ☉ *avaliação dos sistemas da entidade para identificar e limitar os riscos”.*

As empresas de auditoria, aproveitando o *know-how* em controle de operações financeiras, passaram a oferecer serviços de auditoria interna, que vêm crescendo em média 40 por cento ao ano em termos de faturamento, enquanto os serviços de auditoria externa praticamente se mantêm estáveis devido à redução do número de clientes e pela explosão das fusões e aquisições. Por exemplo: quando duas demonstrações contábeis transformam-se numa só através de um processo de fusão; e pela obrigatoriedade quanto à rotatividade dos auditores, não podendo prestar serviços de auditoria para um mesmo cliente por um prazo superior a cinco anos (D'AMBRÓSIO, 1999, c-5).

6.2.3. MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

De acordo com o AICPA (1998 j, p. 1):

“As organizações atuais definem seus objetivos estratégicos enfocando questões como satisfação dos consumidores, valor aos acionistas, crescimento e desempenho financeiro. Estas organizações também utilizam os sistemas de mensuração de desempenho para ajudar a atingir seus objetivos estratégicos.

Após serem definidos esses objetivos estratégicos, atividades específicas são relatadas para esses objetivos e atribuídas aos gerentes e empregados. Um sistema de mensuração de desempenho é utilizado para motivar os gerentes e empregados a desempenhar atividades específicas, monitorar como estas são desempenhadas e avaliar como as atividades definidas são consistentes com suas estratégias.

Como indicado por Robert S. Kaplan e David P. Norton, em The Balanced Scorecard - Translating Strategy into Action, esses sistemas de mensuração de desempenho não contam com as mensurações contábeis e financeiras tradicionais, como lucro por ação ou retorno sobre investimento, mas sempre focam em mensurações operacionais como ciclo de período e taxas de defeitos. O foco em mensurações operacionais é consistente com os objetivos estratégicos da organização que focam a satisfação do consumidor e outros itens que nem sempre são mensurados utilizando informações financeiras. Mensurações contábeis, como fluxo de caixa e vendas, são indicadores isolados.”

Para as empresas que já possuem os sistemas de mensuração de desempenho, o auditor poderá avaliar a confiabilidade das informações por este sistema e poderá avaliar sua relevância na organização e, para as empresas que

não os possuem, os auditores podem identificar relevantes mensurações de desempenho.

Esses serviços têm sido intensamente procurados pelos clientes, uma vez que as empresas de auditoria desenvolveram uma biblioteca na qual constam modelos das melhores práticas que atendam às necessidades dos clientes, denominadas *Global Best Practices*.

Os principais usuários desses serviços são os gerentes e o corpo de diretores que avaliam: como seus sistemas estão mensurando as atividades que são relevantes e consistentes com seus objetivos estratégicos da empresa; seus empregados, mensurando o desempenho atual em relação aos seus objetivos e identificando aquelas atividades, processos ou funções que proporcionem as melhores oportunidades para melhorar o desempenho.

Investidores e credores também podem utilizar as informações desses serviços para determinar se os administradores estão utilizando eficientemente os recursos e para assisti-los na seleção de empresas para investir. E se o sistema de mensuração de desempenho da organização apresentada é acompanhado do relatório de um auditor, a empresa poderá obter financiamentos com melhores taxas, uma vez que fique demonstrada a habilidade dos administradores em gerenciar a companhia.

6.2.4. CONFIABILIDADE NOS SISTEMAS

O desenvolvimento da tecnologia de informação vem condicionando os gestores às melhores fontes de avaliação com custos reduzidos. As empresas somente responderão às mudanças de mercado e oportunidades se confiarem nas informações a serem avaliadas, prontamente disponíveis. Logo, as empresas necessitam de informações em tempo real, atualizadas e confiáveis para a tomada de decisão.

A qualidade do sistema de geração de informações afeta diretamente a habilidade dos administradores em tomar decisões apropriadas para gerir e controlar as atividades de uma empresa.

A confiabilidade de um sistema depende dos seguintes fatores (AICPA, 1998 k, p. 1):

- ☉ *“Período: A informação está disponível quando requerida?”*
- ☉ *Atualização: A informação está atualizada?*
- ☉ *Acurácia: Os dados são corretos?*
- ☉ *Acesso: A informação pode ser obtida facilmente por pessoas autorizadas?*
- ☉ *Segurança: Existem controles de segurança das informações?”*

A garantia de qualidade dos sistemas proporciona aos usuários a segurança de que os sistemas foram projetados e operam para produzir dados confiáveis, que obrigatoriamente devem ser submetidos a testes de integridade.

A confiabilidade de sistemas compreendem, basicamente, dois serviços: gerenciais e externos (AICPA, 1998 k, p. 2).

- **Serviços gerenciais:** A garantia da qualidade dos sistemas que produzem dados para o uso de diretores e gerentes (informações gerenciais além das meramente utilizadas em relatórios financeiros). O auditor deve avaliar os sistemas internos da entidade a fim de determinar se eles proporcionam informações confiáveis para o gerenciamento de negócios, visando atingir seus objetivos. Muitas informações utilizadas por empregados e gerentes para a tomada de decisão não são provenientes dos sistemas que confeccionam as demonstrações contábeis a serem auditadas, como: informações sobre consumidores, fornecedores e empregados; avaliação de novos projetos; direitos e obrigações acordados em contratos, concorrentes e condições de mercados, entre outras.

- **Serviços externos:** A garantia da qualidade dos sistemas que confeccionam os dados contidos nas demonstrações contábeis utilizados internamente e externamente devem ser revisados periodicamente. O auditor pode vir a monitorar o funcionamento dos

sistemas de uma entidade para assegurar que esses sistemas proporcionam dados confiáveis, conforme a *Commission on Auditor's Responsibility* (Cohen Commission apud AICPA (1998 k, p. 3):

“Muitas informações financeiras utilizadas por acionistas e credores são produzidas essencialmente através de alguns processos que geram as demonstrações contábeis anuais.... Se o auditor aumentasse seu envolvimento no processamento de relatórios financeiros do cliente, ele seria capaz de oferecer garantia a muitas informações financeiras que não são auditadas.”

6.2.5. MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Nos Estados Unidos, a indústria de serviços médicos está entre os sete maiores setores da economia, com uma taxa de crescimento médio anual em torno de 18 por cento, movimentando volumes superiores a US\$ 1 trilhão. Como a expectativa de vida da população mundial irá aumentar nas próximas décadas, haverá também um aumento de demanda de serviços de saúde (AICPA, 1998 I, p. 1 e 4).

No passado, os serviços de saúde eram proporcionados por meio de convênios hospitalares pagos pelos empregadores ou através de programas patrocinados pelo governo.

Recentemente, os usuários estão negociando diretamente com os prestadores de serviços médicos os custos e a cobertura, de forma que estes sejam estabelecidos antecipadamente para os adquirentes dos serviços.

Esse ambiente cria um novo tipo de risco e remuneração para os prestadores de serviços médicos. Como a receita é definida, seus incentivos econômicos são voltados para reduzir os custos dos serviços, possivelmente por meio da redução dos serviços prestados. Dessa maneira, os consumidores desses serviços tendem a preocupar-se com o atendimento eficaz de suas necessidades médicas.

Em 1996, de acordo com estudos realizados pelos membros do conselho diretor do “Fundo de crédito americano do sistema federal de seguro saúde para pessoas de mais de 65 anos”, houve forte evidência de insolvência dos programas desse fundo e de que, de forma gradativa, tais fundos poderão ser administrados por empresas privadas. Qualquer forma de mudança de cobertura de custo, contudo, irá requerer a asseverança de que a devida atenção será proporcionada quando necessária (AICPA, 1998 I, p.2).

No Brasil, foi instituída também a cobrança de CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) sobre lançamentos de débito por instituições financeiras. Essa contribuição é destinada ao Ministério da Saúde, com o objetivo de melhorar a qualidade de seus serviços. Após quase uma década, porém, nenhuma melhoria foi constatada pelos usuários do sistema público de saúde, tampouco foi apresentada a prestação de contas do montante arrecadado.

Em 1996, o gasto público com saúde como percentual do gasto federal total representava apenas 4,60% (IPEA *apud* DATASUS, 2000, p. 1).

O auditor pode vir a prestar eficazmente seus serviços da seguinte maneira (AICPA, 1998 I, p. 2):

- *“Emitindo relatórios sobre a acurácia dos dados estatísticos e da qualidade dos serviços médicos;*
- *Verificando se determinados procedimentos estão em conformidade com critérios pré-definidos;*

- *Proporcionando diversos tipos de opinião (como “melhor ou pior” que o padrão esperado ou medidas quantitativas);*
- *Emitindo outros tipos de relatórios, como serviços recebidos ou sobre o sistema de controle de qualidade dos hospitais e companhias seguradoras, entre outros.”*

A mensuração de desempenho dos serviços de saúde visa prover os usuários:

- ⊖ **internos** – com relação à eficácia: para tornar eficiente e melhorar a qualidade de seus serviços, através de dados não-financeiros;
- ⊖ **externos** – quanto à *accountability*, ou seja: como a entidade tem aplicado seus recursos, ou se ela é digna de incremento nos investimentos.

Em relação aos vários serviços que o auditor pode proporcionar, tanto aos usuários internos como externos, seus trabalhos poderão influenciar os usuários das informações na escolha do hospital, dos planos hospitalares, ou até mesmo da equipe médica. No entanto, há de se ressaltar que serviços de mensuração de desempenho na área de saúde são de altíssimo risco para os auditores, e que dificilmente os auditores serão contratados ou terão condições de emitir um parecer nesta área.

6.2.6. ELDERCARE

De acordo com o censo populacional americano, estima-se que no ano 2000, 16,6 milhões de pessoas terão mais de 75 anos e 4,3 milhões de pessoas terão mais de 85 anos; as pessoas com mais de 65 anos deverão controlar entre 11 a 13 trilhões de dólares (AICPA, 1998 m, p. 1).

Como apresentado na Tabela 8, esse serviço apresenta o maior potencial de receita entre as novas oportunidades identificadas pelo AICPA. No entanto, os serviços de *elder care* a serem executados pelo auditor estão voltados aos idosos que possuem ativos ou rendimentos significativos que necessitam ser protegidos, ou a seus familiares que necessitam do auxílio de um profissional capacitado em assistí-los na apreciação dos gastos efetuados pelos idosos.

Os auditores podem proporcionar serviços valiosos aos idosos que desejam continuar vivendo sozinhos em suas residências e a seus familiares, uma vez que membros de gerações mais jovens, normalmente, alegam não dispor de tempo para cuidar de seus parentes idosos.

O propósito desses serviços também é proporcionar aos membros da família a garantia de um profissional de que as necessidades de seus parentes idosos serão atendidas com a qualidade desejada.

6.2.7. OUTROS SERVIÇOS IDENTIFICADOS

Uma série de outros serviços de *assurance* foram identificados pelo comitê de *assurance* do AICPA. Em futuro próximo, serão formadas equipes de força tarefa para um estudo mais rigoroso destes serviços até sua regulamentação.

Essas novas oportunidades de serviços são (AICPA, 1999 n, p. 1-10):

“Melhoria operacional e de lucratividade

- *Revisão e avaliação de ferramentas de avaliação estratégica de empresas.*
- *Revisão de ativos e seus controles.*
- *Revisão de relatório de custos com indenizações.*
- *Análises de práticas gerenciais para correlacionar com os fatores de sucesso.*
- *Identificação de itens críticos para serem monitorados.*
- *Identificação de alternativas para aumentar a lucratividade em instituições financeiras.*
- *Recomendações e comentários de alternativas de melhoria de produtividade.*
- *Revisão de contas a receber e de disponibilidades.*
- *Revisão de análise de custos, melhoria de lucratividade e de eficácia.*
- *Avaliação de aspectos de negócios empresariais.*
- *Avaliação apropriada das informações proporcionadas aos administradores.*
- *Melhoria nos processos de negócios.*

- *Procedimentos sobre dados de marketing e desempenho de resultados.*
- *Avaliação baseada em critérios de aquisições consideradas obscuras.*
- *Revisão das operações de aluguel de imóveis.*
- *Estudo de satisfação de clientes.*

Benchmarking

- *Comparação de dados estatísticos de clientes em relação aos do setor.*
- *Análise de scorecard operacional.*
- *Análise de sistema de câmbio e comparação com as taxas utilizadas pelos concorrentes.*
- *Análise da qualidade dos serviços de auditoria interna (best practices).*
- *Balanced scorecard: inovação, financeiro, interno e número de clientes.*
- *Estudo de valor agregado aos acionistas.*
- *Estudo de melhores práticas de contas a receber, forma de recebimento e critérios de desconto.*
- *Avaliação de políticas de gerenciamento de investimentos em relação ao grupo dos trinta.*

Riscos

- *Avaliação de políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos de derivativos*
- *Avaliação, mensuração e recomendações de riscos éticos e vulnerabilidade.*
- *Análises e recomendações de planos de contingências.*

- *Verificação e recomendações na revisão do gerenciamento de riscos no departamento de tesouraria.*
- *Avaliação de políticas bancárias – risco de crédito e provisão para perdas.*
- *Avaliação de políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de fluxo de caixa.*
- *Análise de cobertura de seguros.*
- *Avaliação de riscos de fraudes e atos ilegais.*
- *Avaliação de sistemas para prevenção e coibição de fraudes e atos ilegais.*
- *Determinação de fraudes para seguradoras e litígios.*

Segurança

- *Análise de procedimentos e verificação de garantias.*
- *Verificação de garantias sobre empréstimos.*
- *Levantamento de empréstimos – revisão de registros.*
- *Revisão de reivindicações de questões médicas.*
- *Análise de adequação e conformidade de cálculos atuariais das companhias de seguros.*
- *Assistência de verificação de due diligence (forensic).*
- *Avaliação de sistemas de segurança e informações fonte.*

Funções/Accountability

- *Exame de adequação de títulos municipais.*
- *Adequação de capital de companhias de seguros.*
- *Licença de royalty e participação nos lucros.*
- *Administração de títulos e verificação de sua liquidação.*

Controle Interno

- *Revisão da origem e administração de empréstimos.*
- *Verificação da eficácia de controles internos.*
- *Avaliação dos centros de serviços.*
- *Avaliação de controles internos em conformidade com a leis em vigor.*
- *Avaliação de gerenciamento de riscos de acumulação, distribuição e suprimento de informações.*
- *Revisão de reimplantação de sistema de banco de dados.*
- *Revisão de compliance com políticas de investimentos.*
- *Compliance com políticas de armazenamento de registros de empresas.*
- *Avaliação de controles sobre, e riscos relatados para, investimentos governamentais.*
- *Avaliação de políticas e controles de gerenciamento de tesouraria.*
- *Compliance com políticas e procedimentos de negociação.*
- *Avaliação de metodologias e ferramentas de avaliação de riscos de controle.*
- *Compliance com procedimentos e controles específicos de segurança.*

Gerenciamento de tecnologia de informação

- *Avaliação, identificação de riscos e plano de ação de segurança dos sistemas de informações.*
- *Serviços de gerenciamento de riscos de processamento eletrônico de dados: revisão de controles e teste de modelos.*

- *Avaliação de controles de processamento eletrônico de dados.*

Auditoria Interna

- *Revisão de procedimentos aplicados pela auditoria interna.*
- *Acompanhamento das atividades da auditoria interna.*
- *Avaliação de suporte computacional empregado pela auditoria interna.*
- *Avaliação dos programas de trabalho desenvolvidos pela auditoria interna.*
- *Reengenharia da auditoria interna.*
- *Auxílio na elaboração de políticas e programas de trabalho.*
- *Revisão de estratégia da auditoria interna.*
- *Revisão de qualidade das atividades do departamento de auditoria interna.*

Compliance

- *Serviços de compliance de acordo com as diversas regulamentações específicas de cada setor (instituições financeiras, gás, petróleo, cassinos, hospitais, leasing, entre outros).*
- *Auxílio às agências regulamentadores no desenvolvimento de procedimentos de compliance.*
- *Serviços de compliance em contratos.*
- *Auditoria de joint-ventures.*

Qualidade de produtos

- *Análise sobre informações de marketing relatadas em relação a retorno de investimentos.*

- *Certificação ISO 9000.*
- *Avaliação de softwares contábeis comerciais.*
- *Emissão de relatórios de resultados clínicos de fertilização in-vitro.*
- *Relatório de percentagem de papel reciclado incluso em produtos derivados de celulose.*

Questões ambientais

- *Emissão de relatórios ambientais para órgãos regulamentadores.*
- *Atestação para informações contidas em relatórios ambientais.*
- *Auditoria de conformidade às questões ambientais e seu sistema de gerenciamento.*
- *Auditoria ambiental.*

Exame de transações e dados

- *Agree upon procedures de componentes das demonstrações contábeis.*
- *Agree upon procedures de dados financeiros.*
- *Verificação de contribuições de planos de incentivos.*
- *Verificação de custos de construção para grandes incentivos.*
- *Análise de custo de contratos de empréstimos.*
- *Revisão de alocação de custos para companhias investidas.*

Questões contábeis

- *Avaliação de aplicação de princípios contábeis.*
- *Avaliação de reposicionamento de relatórios contábeis de segmentos de empresas.*
- *Avaliação de preços de transferências.*
- *Avaliação de adequação de valor contábil líquido.*

Estruturação de Transações

- *Avaliação de reestruturação de transações com alto grau de complexidade.*
- *Avaliação de reestruturação de empresas.*
- *Avaliação do desenvolvimento de estrutura de transações.*
- *Avaliação de administração de planos de benefícios a empregados.*

Fusões e Aquisições

- *Due diligence nos sistemas e controles contábeis.*
- *Agree upon procedures sobre acordos de compra e venda.*
- *Assistência em aquisições.*
- *Agree upon procedures na aquisição de ativos e passivos.*
- *Due diligence em aquisições pretendidas.*

Avaliação

- *Avaliação de negócios.*
- *Estimativa e avaliação de ativos.*
- *Avaliação de ações.*

Impostos

- *Opiniões tributárias.*
- *Planejamento tributário.*
- *Estudos de conformidade tributária.*
- *Análises de créditos tributários.*

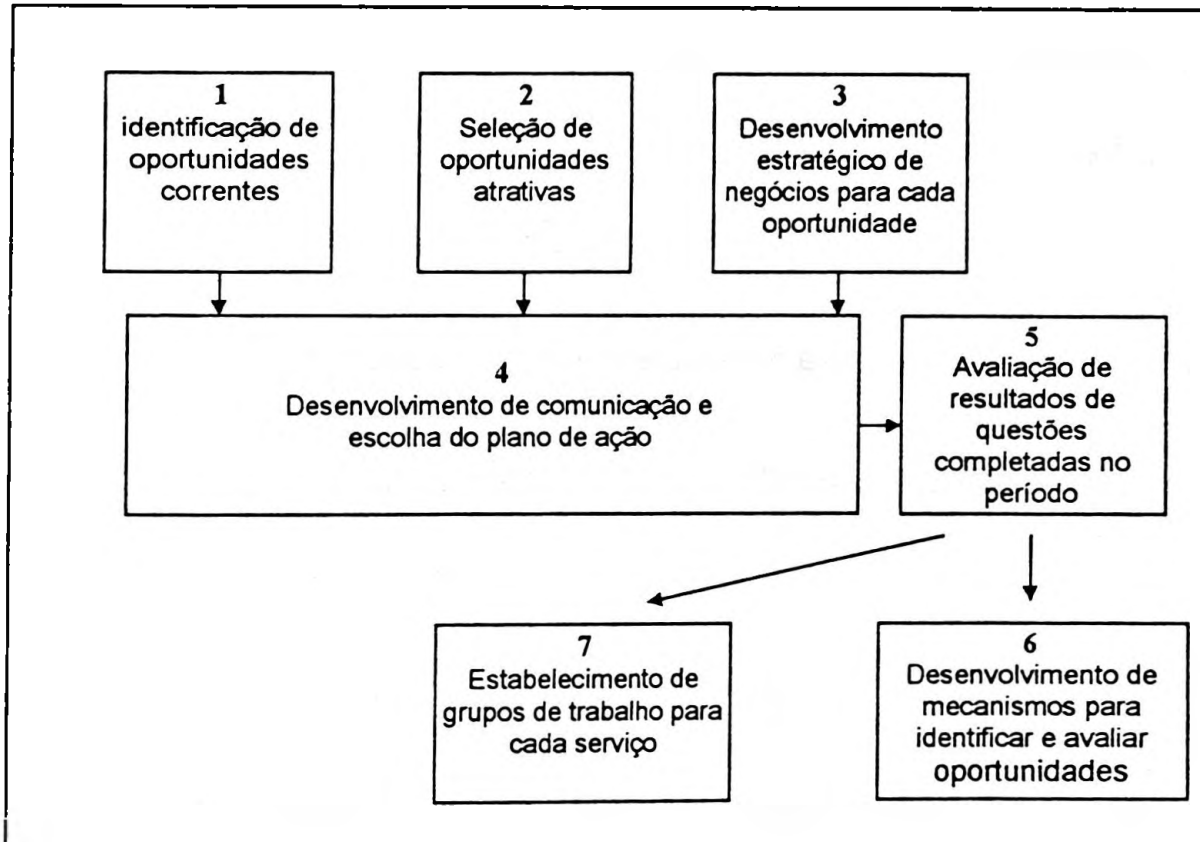
Outros serviços de atestação

- *Procedimentos especiais para underwriters.*
- *Emissão de carta de conforto sobre títulos lastreados em ativos.*
- *Exame de acurácia aritmética de refinanciamentos de obrigações governamentais.*
- *Exame de requisições de ingressos para eventos esportivos.*
- *Exame acerca do número de vezes que um determinado site de Internet é consultado por dia.*
- *Auditoria de circulação de jornais.”*

6.3. CICA

O plano de trabalho do CICA – *Task Force on Assurance Service* – é representado pelo diagrama apresentado abaixo:

Figura 10: Força Tarefa em *Assurance Service* – CICA



Os passos podem ser sumariados da seguinte forma:

- **Passos 1 a 3:** Identificação de possíveis *assurance services* de uma lista preliminar de oportunidades potenciais. Desenvolvimento e execução de um plano de negócios adaptado para capitalizar essas oportunidades. Avaliação do potencial dos produtos com a aplicação de técnicas de pesquisa de mercado, incluindo *focus group*.

- ⊖ **Passo 4:** Desenvolvimento e implementação de uma comunicação contínua e escolha do plano a ser desenvolvido.

- ⊖ **Passo 5 a 7:** Avaliação dos trabalhos para buscar e considerar as necessidades de desenvolver um mecanismo contínuo que irá prestar assistência aos profissionais para identificar e avaliar as oportunidades para continuar expandindo os seus serviços. Haverá também o desenvolvimento de mecanismos contínuos para assistir o profissional a expandir os serviços, através de:
 1. monitoração de necessidades e expectativas dos usuários;
 2. monitoração de sucesso profissional na expansão dos *assurance services*; e
 3. suporte aos praticantes para facilitar a expansão dos serviços.

Para cada oportunidade de serviço com suficiente potencial, o CICA constituiu um comitê de força tarefa para desenvolvê-la.

Além daqueles serviços já identificados pelo AICPA, que estão sendo desenvolvidos em conjunto, o grupo está desenvolvendo pesquisas referentes à auditoria contínua.

6.3.1. AUDITORIA CONTÍNUA

Investidores e diretores necessitam com maior frequência de informações além das demonstrações contábeis auditadas anualmente. O período entre o evento e a disponibilização das informações aos usuários tende a reduzir-se, e as informações tendem a ser publicadas com maior frequência em períodos menores, simultaneamente, ou após curto espaço de tempo, com a ocorrência de eventos baseados num assunto determinado.

Nessa mesma linha de raciocínio o IASC estabelece (1997, p. 38):

“Se houver demora indevida em divulgar a informação, ela poderá perder a relevância. A administração poderá ter que estabelecer um equilíbrio entre reportar a informação na época oportuna e prover informações confiáveis. Para fornecer informações em datas oportunas poderá ser necessário reportar a informação antes que todos os aspectos de uma transação ou outro evento sejam conhecidos, prejudicando assim a confiabilidade. Por outro lado, se para reportar a informação, houver demora até que todos os aspectos se tornem conhecidos, a informação poderá ser altamente confiável, porém de pouca utilidade para os usuários que tenham tido necessidade de tomar decisões nesse ínterim. Para atingir um equilíbrio entre a relevância e a confiabilidade, o princípio prevalecente consiste em usar a melhor forma de atender às necessidades do processo econômico decisório dos usuários”.

Para aumentar a credibilidade quanto ao seu contexto, essas informações, necessárias aos tomadores de decisão, periodicamente, devem estar fundamentadas em um parecer devidamente avaliado por um auditor.

6.4. IFAC

De acordo com o IFAC (1999 b, p. 1-4):

“Uma das mais recentes revelações é o excepcional crescimento nas áreas de novos serviços a serem desempenhadas pelos contadores e, particularmente, pelos auditores, em função de:

Necessidade de informações pelos usuários: O crescimento da necessidade de informações pelos usuários é uma das forças que continuam moldando o futuro dos serviços de auditoria. Uma importante influência é o crescimento da economia global. O crescimento de mercado de capitais, investimentos globais e emissão de relatórios para além das fronteiras nacionais têm aumentado a necessidade de informações contábeis e operacionais novas e mais consistentes.

Informações globais e fluxo de conhecimento: Uma outra força que está criando impacto sobre os serviços de auditoria são as informações globais e fluxos de conhecimento. Informações passam a ser mais criteriosas quando são utilizadas em uma economia global de negócios. Investidores e analistas globais, organizações governamentais e de ajuda financeira passam a ter uma necessidade crítica de informações sobre indicadores financeiros, déficit nacional, taxas de inflação, níveis de empréstimos e diversos outros fatores para tomada de decisão, necessários para operar nesse ambiente global.

Tecnologia e comunicação global: Os impactos da tecnologia e comunicação sobre o crescimento das necessidades de informação pelos usuários.”

O IAPC (*International Auditing Practices Committee*) vem constatando que os auditores estão desempenhando diversos serviços nestas novas áreas, de enorme **potencial de receita**¹⁶, a fim de proporcionar asseverança sobre:

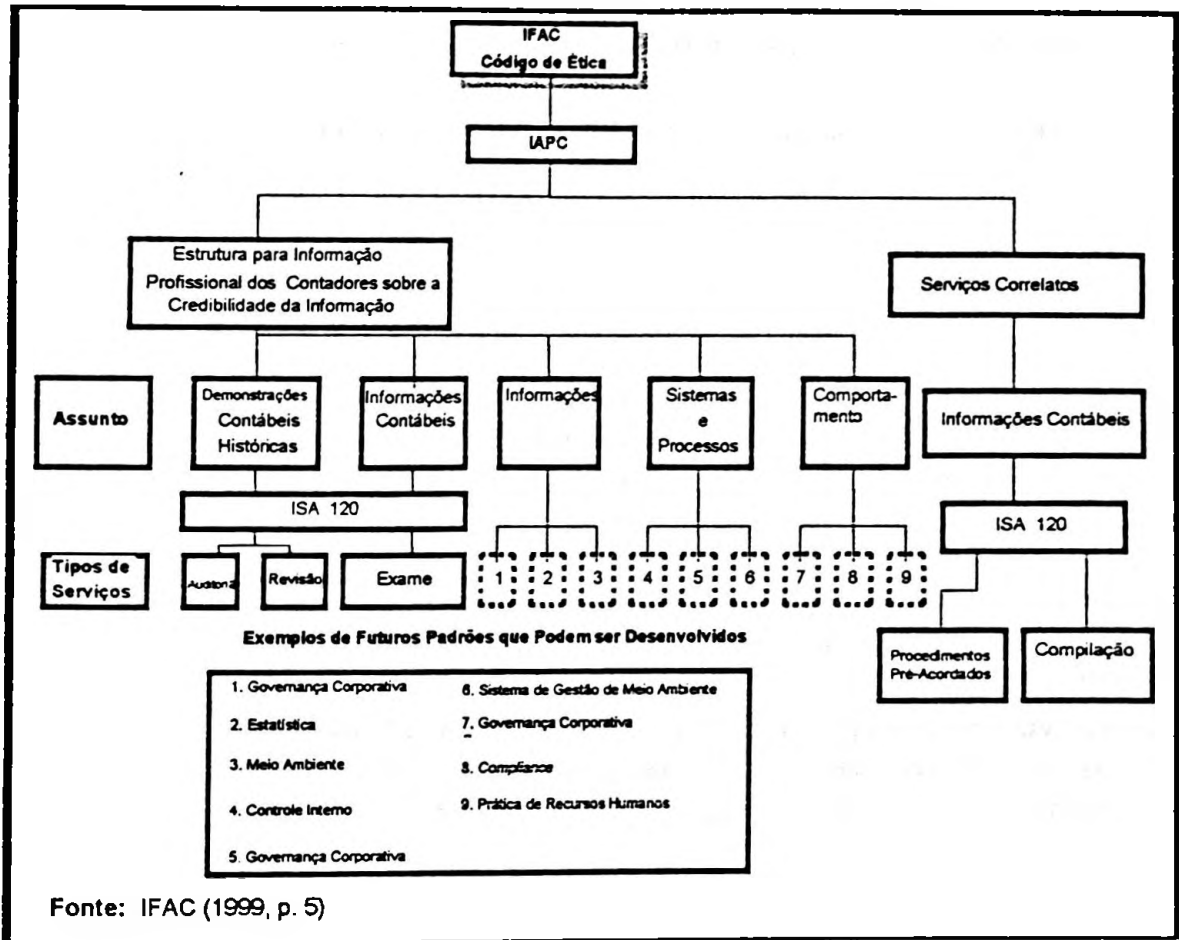
- ⊖ Controles internos;
- ⊖ Corporações governamentais;
- ⊖ Relatórios ambientais;
- ⊖ Informações operacionais;
- ⊖ Guia de orientação de ética;
- ⊖ Relatórios contábeis de ínterim; e
- ⊖ Relatórios de desempenho.

Examinando estes novos serviços, fica evidente para o IAPC que o modelo de auditoria corrente contido no *International Standards on Auditing (ISA)* não atende às novas necessidades dos usuários de informações para tomada de decisão.

Assim, o IAPC desenvolveu um novo modelo, denominado *The New Assurance Engagements Model*, conforme Figura 11.

¹⁶ **Potencial de receita:** Segundo IFAC (1999 b, p. 4), os serviços de *assurance* de comércio eletrônico, avaliação de sistemas, desempenho de negócios, avaliação de riscos, eficácia de sistema de saúde e *eldercare* podem gerar uma receita para os CPA's, de 4 a 6 bilhões de dólares.

Figura 11: Novo Modelo de Emprego dos Serviços de Assurance



O primeiro aspecto foi ampliar o modelo para incluir:

- ⊖ Informações não financeiras;
- ⊖ Informações de processos e desempenhos;
- ⊖ Informações qualitativas
- ⊖ Informações de banco de dados.

O segundo aspecto foi focar no desenvolvimento de uma estrutura de serviços de assurance que se adequasse à expansão desses novos serviços.

6.5. BIG FIVE

Apresentamos a seguir, os serviços de *assurance* desenvolvidos pelas *big five* em nível mundial, em pesquisa efetuada nos *sites* de cada empresa.

ARTHUR ANDERSEN (2000, p. 1)

▪ ***Demonstrações contábeis:*** *Revisão de controles e riscos de negócios para a auditoria de demonstrações contábeis e para proporcionar asseveração em demonstrações contábeis projetadas.*

▪ ***Concordâncias e afirmações:*** *Asseverança sobre informações requeridas para agir de acordo com os contratos comerciais, tal como contratos de franquia e de royalty, ou para corroborar as asserções comerciais e gerenciais, como identificação de riscos e evidenciação de riscos de mercado.*

▪ ***Processos e controles:*** *Revisão dos processos de controles internos para proporcionar asseveração nos sistemas de controle e às asserções comerciais e gerenciais, tal como aquelas relacionadas ao comércio eletrônico ou organizações de serviços.*

▪ ***Compliance:*** *Revisão acerca das atividades da empresa para verificar a anuência com as regulamentações governamentais ou específicas.*

▪ ***Transações estratégicas:*** *Due diligence para fins de avaliação de empresas e de ativos para fins de compra ou venda."*

DELOITTE & TOUCHE (1999, p. 1)

- *“Auditoria e revisão;*
- *Benefícios a empregados;*
- *Prognósticos e projeções financeiras;*
- *Serviços internacionais;*
- *Fusões e aquisições;*
- *Peer Review.”*

ERNST & YOUNG (1999, p. 1);

- *“Auditoria;*
- *Auditoria interna;*
- *Segurança de sistemas de informação;*
- *Due diligence.”*

KPMG (1998, p.1)

- *“ Auditoria/atestação;*
- *Due diligence;*
- *Perícia e investigação contábil;*
- *Gerenciamento de riscos;*

- *Auditoria interna;*
- *Planos de benefícios e pensões;*
- *Relatórios especiais e regulamentados;*
- *Oferta de títulos mobiliários.”*

PRICEWATERHOUSECOOPERS (1999 e, p. 1)

“Nosso Assurance Service inclui auditoria, contabilidade e auxílio à regulamentação, serviços de atestação, treinamento corporativo, auditoria e auxílio à regulamentação de serviços públicos, e serviços para empresas de médio porte.

- ***Auditoria:*** *auditoria estatutária e regulamentária, serviços financeiros e auditoria ambiental.*
- ***Contabilidade e conselhos quanto à regulamentação:*** *estruturas corporativas, conselhos contábeis técnicos, revisão de operações financeiras, revisão de funções financeiras, conformidade com regulamentações novas e correntes e obtenção de novas autorizações.*
- ***Serviços de atestação:*** *validação e avaliação independente de dados financeiros e não-financeiros, bem como opiniões independentes, avaliação de contratos de royalties e serviços específicos para indústrias regulamentadas.*
- ***Treinamento corporativo:*** *treinamento corporativo e desenvolvimento de serviços em áreas financeiras e contábeis, sistemas de tecnologia de informações, gerenciamento de riscos e formação de gerentes.*

- **Auditoria e aconselhamento em serviços públicos:** auditoria, auditoria interna e serviços conjuntos para órgãos governamentais, educacionais e outros sem fins lucrativos.
- **Expansão de negócios e serviços para empresas de médio porte:** auditoria, conselhos gerais de negócios, aumento financeiro, serviços de due diligence, ofertas públicas iniciais, gerenciamento de recursos, necessidade de folha de pagamento, serviços de realocação de negócios e necessidade dos acionistas”.

Podemos verificar que treinamento corporativo não é um serviço de *assurance*, pois não há a emissão de uma conclusão sobre este serviço, mas está inserido na linha de negócios da empresa.

6.6. PESQUISA EXPLORATÓRIA SOBRE ASSURANCE SERVICE NAS BIG FIVE

A pesquisa de campo foi efetuada nas *big five* em nível nacional. O questionário foi elaborado procurando atender as seguintes características:

1. Levantamento da situação atual das empresas de auditoria;
2. Identificação de projetos e programas em desenvolvimento;
3. Conceitos, prática e as tendências dos serviços de *assurance*; e
4. Futuro dos serviços de auditoria.

A amostra selecionada foi limitada às maiores empresas de auditoria (*big five*) de reputação internacional, uma vez que representam mais de 80 por cento do faturamento em nível mundial. O roteiro da entrevista segue abaixo, com as respectivas respostas de gerentes e sócios de cada uma dessas empresas.

Como uma das empresas não autorizou a divulgação do nome, denominamos as empresas de A, B, C, D e E.

- 1) Houve um aumento ou redução de demanda pelos serviços de auditoria, em nível nacional, no último exercício?

Empresa A

“Houve um aumento, principalmente decorrente das privatizações, cisões de grandes empresas do governo e entrada de novos investimentos no país.”

Empresa B

“Houve um aumento pela demanda pelos serviços de auditoria, e haverá um grande aumento para harmonizar a quantidade de auditores em relação ao número de habitantes que o Brasil tem, para a razão semelhante que existe no resto do mundo. No Brasil a relação é de 24 mil habitantes para cada auditor, enquanto na Holanda a relação é de 899 e na Inglaterra é de 1300. No Brasil temos pouco auditor. A sociedade, também não tem o bom senso coletivo sob todos os aspectos, principalmente no que tange à prestação de contas. O Brasil é um dos poucos países do mundo onde a prestação de contas é opcional, desde que a empresa reporte uma receita bruta anual inferior a 24 milhões de reais.”

Empresa C

“Houve uma redução.”

Empresa D

“Houve um aumento.”

Empresa E

“Houve um aumento.”

2) Quais os fatores que levaram à redução de demanda pelos serviços de auditoria?

Empresa C

“Basicamente, a onda de fusões acarretaram redução do número de empresas e, conseqüentemente do número de serviços, pois o parecer do auditor é normalmente por empresa e por um período de um ano.

Outro fator importante é a globalização que tem exposto as empresas, obrigando-as a reduzir seus custos, questionando os honorários dos auditores e muitas vezes reduzindo forma e escopo do serviço, por exemplo, de auditoria de revisão limitada.

No Brasil, algumas empresas fecharam seu capital na CVM e deixaram de ser obrigadas a ter auditoria.”

Empresa D

“Apesar do aumento pelos serviços de auditoria nos últimos anos, a taxa de crescimento não foi significativa, pois este serviço já é considerado ‘maduro’.”

3) Qual o conceito de Assurance Service?

Empresa A

“O conceito de Assurance Service são serviços de certificação.”

Empresa B

“O conceito de assurance service é a certificação dos serviços de contabilidade.”

Empresa C

"Assurance Services são os serviços profissionais, efetuados por empresas ou profissionais independentes, que melhoram um conjunto de informações para um usuário específico, por exemplo, o tomador de decisão."

Empresa D

"O conceito de assurance services adotado pela empresa é o mesmo que o do IFAC."

Empresa E

"O conceito de Assurance Service são serviços de certificação."

Para as empresas A, B e E, o conceito de *assurance service* refere-se apenas à certificação, diferenciando-se do apresentado pela empresa C, que está em conformidade com o do AICPA.

O conceito de *assurance service* para a empresa D, onde um de seus sócios participa ativamente no comitê de estudo do IFAC sobre *assurance service*, é o mesmo do adotado pelo IFAC, ou seja, é o do AICPA. Como podemos verificar, apesar de o conceito adotado por ambas as entidades ser o mesmo, existem algumas divergências quanto aos serviços de *assurance*, comentadas anteriormente.

4) Quais são os serviços de *assurance services* prestados pela empresa?

Empresa A

"Auditoria de demonstrações financeiras, agree-upon procedures, due diligence, revisão limitada, atestação para lançamentos de títulos no exterior (eurobonds), avaliações de controles e processos, auditoria interna, cumprimento com leis, regulamentações e contratos, consultoria de riscos de negócios."

Empresa B

"Todos os serviços de certificação que os contadores podem fazer: certificação de balanço, de contas a pagar, de contas a receber, de controle interno e fazemos muitos serviços de due diligence, que no ano anterior representou uma percentagem muito elevada porque existiam várias empresas no exterior que estavam comprando ou investigando as empresas aqui no Brasil e também na área de privatização de telefonia e telecomunicação. Assim todos os serviços que exigem certificação ou que dá conforto a conhecimentos de contabilidade são efetuados pela empresa. A auditoria interna tem crescido de 60 a 100 per cento ao ano nos Estados Unidos, pois a auditoria interna na empresa tem outro enfoque."

Empresa C

"Além da auditoria tradicional, temos agree upon procedures, salient futures memorandum, limited review, atestação para lançamento de títulos de captação de recursos, diagnóstico de operações de determinado departamento, reestruturação de custos, auxílio na implantação de metodologias de análises e gestão que agreguem valor (balanced scorecard, EVA, ABC, GECON, etc)."

Empresa D

“Auditoria externa, auditoria interna, due diligence, revisão limitada, agree-upon procedure, avaliação de riscos e controles internos, entre outras.”

Empresa E

“Auditoria das demonstrações contábeis, auditoria interna, due diligence, revisão limitada, agree-upon procedure, entre outras.”

5) Quais são as megatendências que afetam os serviços de auditoria?

Empresa A

“As expectativas dos clientes para serviços de auditoria não são as mesmas de 30 anos atrás em função do dinamismo de mercado. O cliente não procura um auditor para apenas emitir uma opinião das demonstrações financeiras, mas um parceiro na condução dos negócios.”

Empresa B

“Os serviços de auditoria vêm exigindo cada vez mais profissionais altamente qualificados em auditar negócios.

Como os negócios estão se tornando cada vez mais complexos e fluindo com maior rapidez, o auditor tem que entender o comportamento desses ambientes mais complexos e possuir instrumentos de tecnologia que o auxilie nesse entendimento.”

Empresa C

“Com a fusão da Price com a Coopers, o mercado demonstra-se melhor definido e muitas empresas já tratam a auditoria como se fosse uma commodity. No Brasil, se o novo anteprojeto de lei das sociedades anônimas passar, surgirá maior demanda por serviços de auditoria, pois empresas com ativos superiores a um limite de pré-estabelecido passarão a ter obrigatoriedade de auditoria e publicação das demonstrações contábeis.”

Empresa D

“Desregulamentação, privatização, mercados emergentes e o avanço da tecnologia de informação e telecomunicação têm alterado radicalmente o ambiente de negócios, criando complexos problemas para as empresas.

Para atender a esses problemas o auditor passou a ter necessidade de mudar seu enfoque de auditoria, voltada aos negócios do cliente.”

Empresa E

“Como o sistema de informação das empresas está cada vez informatizado e integrado, o auditor deve ter segurança no controle de processamento de informações contábeis, requisitando a participação de um especialista para avaliar os sistemas de informações computadorizados.”

6) Como a empresa identifica novos serviços de assurance?

Empresa A

“Através de contatos diretos com clientes em função das expectativas dos mesmos.”

Empresa B

“Conforme a necessidade dos clientes.”

Empresa C

“Nas visitas regulares aos clientes, no acompanhamento do mercado e de órgãos reguladores (muitos auditores e consultores participam de associações, conselhos e câmaras de estudo) e no suporte de outros escritórios no mundo. Existe, inclusive, centros tecnológicos para desenvolvimento de assurance service, porém os serviços de assurance services se tornam oportunos conforme a necessidade e pedido do cliente.”

Empresa D

“Pela própria análise de necessidade dos clientes.”

Empresa E

“Conforme a necessidade dos clientes.”

7) Como a empresa tem procurado segregar essas novas oportunidades de serviços de auditoria com as de consultoria?

Empresa A

“Todos os serviços não ligados à área de atestation são revisados e discutidos com sócios da área e com sócios de prática. A empresa possui normas internas para aceitação de trabalhos de nossos clientes, como: a todo cliente, de capital aberto, de auditoria é vedada a execução de serviços de consultoria.”

Empresa B

“As empresas são juridicamente e fisicamente distintas.”

Empresa C

“Todas as empresas são juridicamente distintas e independentes entre si. A instrução CVM n.º 308 é um exemplo de preocupação da sociedade com a independência do auditor em relação ao consultor.

Dessa forma, a firma distribui suas oportunidades conforme a maior especialização exigida para aquele serviço. Temos a auditoria (assurance), o ABAS (consultoria de apoio à auditoria), o FAS (Financial Advisory Services), que cuida de due diligences e avaliação de empresas a mercado, a consultoria tributária, o MC (Management Consultant), que cuida dos trabalhos de consultoria propriamente ditos.”

Empresa D

“As empresas são juridicamente distintas e o grau de envolvimento do pessoal dos seus departamentos é mínimo.”

Empresa E

“A empresa tem procurado atender a instrução CVM 308/99 para as empresas de capital aberto. Entretanto, todos os serviços são analisados individualmente pelos sócios da empresa.”

8) Como a empresa procura manter a questão da independência através desses novos serviços?

Empresa A

"Conforme comentário anterior."

Empresa B

"Conforme comentário anterior."

Empresa C

"Conforme comentário anterior."

Empresa D

"Procuramos não efetuar dois ou mais serviços de assurance para um mesmo cliente para não prejudicar ou colocar em dúvida a independência de nossos serviços."

Empresa E

"Conforme comentário anterior."

9) Para atingir o objetivo de expandir o serviço para além dos tradicionais, a profissão poderia colocar de lado sua independência e objetividade?

Empresa A

"De forma alguma."

Empresa B

"De forma alguma."

Empresa C

"Conforme comentado anteriormente, as empresas são independentes, o que significa que serviços de consultoria geram lucro apenas para os consultores e vice-versa. Para a firma, esses serviços melhoram a auditoria, mas um auditor não modifica sua opinião sobre um problema identificado por um consultor. Firmas globais, como a nossa, pagam um preço muito alto se sacrificarem sua independência, mesmo em causa própria. Por isso ela tem um pesado investimento em treinamento e revisão de qualidade (peer review interno)."

Empresa D

"Não, uma vez que as áreas de assurance, em relação às outras, são independentes e procuramos não realizar serviços simultâneos de assurance a um mesmo cliente."

Empresa E

"De forma alguma, uma vez que todos os serviços prestados pela empresa são analisados pelos sócios e evitando serviços simultâneos nas empresas de capital aberto, colocando em risco a questão da independência."

10) Como os auditores têm de se preparar para prestar esses novos serviços?

Empresa A

“O investimento em treinamento e em tecnologia são bem superiores em relação aos anos anteriores.”

Empresa B

“A empresa tem investido em torno de 10% do faturamento mundial em treinamento, novos produtos e tecnologia.”

Empresa C

“Evidentemente por treinamento, melhoria de comunicação e antecipação dos fatos, motivo por que foram criados departamentos independentes para cuidarem desse assunto.”

Empresa D

“Através de nosso programa interno de educação continuada.”

Empresa E

“Através de nosso programa interno de treinamento, com ênfase em informática e sistemas, para atender a mudança do tipo de serviços (logística, armazenagem, internet, tv por assinatura e serviços de utilidades).”

11) Quando necessários novos conhecimentos, a empresa tem treinado seus auditores, ou treinado seus especialistas das respectivas áreas para se tornarem auditores?

Empresa A

"A empresa vem treinando os auditores em diversas áreas de negócios. Entretanto, quando necessário, a empresa busca o auxílio de um profissional da empresa de outras áreas, até mesmo de escritórios da empresa no exterior."

Empresa B

A empresa tem se segmentado por especialização e por equipe de campo. Caso necessário um profissional para um assunto específico, como US GAAP ou British GAAP, é alocado de outros escritórios nacionais e até de outros países.

Empresa C

"Sim, apenas observe que se um auditor torna-se um consultor, terá de formalizar uma transferência oficial de empresa."

Empresa D

"A empresa tem procurado dar cursos suficientes para seus membros, através do nosso programa de educação continuada, não apenas sobre contabilidade e auditoria. Entretanto, em algumas ocasiões, é necessário o auxílio de profissionais especializados de outras áreas."

Empresa E

“Além do treinamento oferecido aos auditores, a empresa mantém uma integração com outras áreas, conforme suas necessidades como serviços de suporte. Também, eventualmente são requisitados integração com escritórios de outros países para execução de determinados serviços de assurance.”

7. CONCLUSÕES FINAIS

Fatores tecnológicos, globalização, mudança de estruturas corporativas, *accountability* e investimentos de capital, entre outros, acarretaram mudança de enfoque nos serviços de auditoria, devido à necessidade de informações que dessem maior credibilidade ao usuário.

As informações apresentadas nas demonstrações contábeis auditadas deixaram de ser relevantes aos tomadores de decisão pelos seguintes fatores:

1. focam um conjunto limitado de riscos (aqueles que afetam distorções relevantes nas demonstrações contábeis);
2. focam um conjunto limitado de mensuração de desempenho (princípios fundamentais de contabilidade);
3. focam um conjunto limitado de sistemas de informação (sistemas baseados em transações financeiras históricas e internas);
4. focam um conjunto limitado de *stakeholders* (diretores, investidores e credores).

O faturamento proveniente dos serviços de auditoria, nos últimos anos, revelou um quadro declinante em termos de participação no faturamento das empresas, em face dos fatores anteriormente citados, associados à onda de fusões e incorporações.

Com o objetivo de reverter esse quadro declinante – associado à necessidade, pelos diversos tipos de usuários, de informações qualitativas para a tomada de decisão –, além das auditorias das demonstrações contábeis anuais ou semestrais (em caso de instituições financeiras), as oportunidades de serviços adicionais da auditoria tornaram-se evidentes, principalmente com enfoque no usuário interno. Dessa forma, as empresas passaram a oferecer outros tipos de serviços, mantendo-se entretanto a independência, a objetividade e a aplicação dos conhecimentos do auditor adquiridos em experiências anteriores.

As informações requeridas pelos tomadores de decisão extrapolam as informações apresentadas conforme os princípios contábeis, avaliadas segundo as normas de auditoria geralmente aceitas para emitir um parecer de auditoria anual ou semestral. Esses usuários necessitam de emissão de relatórios adicionais em períodos reduzidos referentes a informações financeiras e não-financeiras, de forma que tenham maior credibilidade.

Os usuários das demonstrações contábeis auditadas restringem-se basicamente aos usuários externos de forma abrangente, com necessidades comuns, enquanto os usuários dos serviços de assurance são, em sua maioria, usuários internos e/ou específicos.

Órgãos competentes, como AICPA, CICA, ICAEW e IFAC, também passaram a pesquisar novas oportunidades de serviços para a auditoria e a

promover a efetivação ou estudo para a normatização de serviços potenciais identificados.

A definição do termo *assurance service* proposta pelo AICPA tem apresentado divergências nas empresas de auditoria em que efetuamos pesquisa exploratória, assim como em seu contexto entre o AICPA e o IFAC.

Para o AICPA, existe uma área nebulosa dos potenciais serviços de *assurance* que podem ser executados tanto por um auditor independente como por um consultor. Entretanto, para o IFAC, o serviço de consultoria não possui o pré-requisito primordial para tais serviços, a questão da independência.

Serviços de compilação e procedimentos pré-acordados são considerados como os de *assurance* para o AICPA, uma vez que esses serviços resultam na melhoria da qualidade das informações. Para o IFAC, no entanto, esses serviços não incluem a relação de serviços de *assurance*, por não atender integralmente a todos os seus quesitos apresentados em seu diagrama sumário.

Os serviços de *assurance* podem ser executados por diversos tipos de profissionais; no entanto, na área contábil, pela própria característica de atuação (independência), os profissionais que se moldam às condições exigidas para executá-los são os auditores independentes, ou seja, não é o mesmo produto com novo nome, mas sim novos produtos para atender às necessidades dos tomadores de decisão, sejam internos ou externos.

No Brasil, a Instrução CVM n.º 308/99, por enquanto suspensa por uma liminar, pode vir a ser um limitador da expansão dos serviços de auditoria, pois tem o objetivo de manter a independência e a objetividade do auditor em relação aos serviços de consultoria para um mesmo cliente, suas controladas ou integrantes de um mesmo grupo econômico. As empresas de auditoria, contudo, mantêm esses serviços de maneira juridicamente distinta e tendências internacionais mostram evidências de cisão entre as áreas de *assurance service* e as de consultoria, como nos casos consumados da Arthur Andersen e da venda da área de consultoria da Ernst & Young, por US\$ 11 bilhões, em maio de 2000. Em setembro de 2000, a PriceWaterhouseCoopers notificou a Comissão de Valores Mobiliários americana do início da negociação de venda da área de consultoria para a Hewlett-Packard Co., e há especulações quanto a planos da KPMG de emissão inicial pública de ações serem adquiridas por um acionista majoritário de seu negócio de consultoria.

A expansão dos serviços da auditoria visa promover não só a redução de riscos de auditoria e do cliente, através de avaliação e monitoração de controles internos, como também agregar valor aos usuários das informações para a tomada de decisão, seja por informações financeiras, não-financeiras, históricas, projetadas, ou por qualquer outro tipo que possa melhorar a qualidade da informação para tomada de decisão.

Essas novas oportunidades de serviços para a auditoria independente tendem a aumentar o potencial de risco para a profissão. Nesses sentido, as

empresas de auditoria estão investindo maciçamente em treinamento de funcionários e em tecnologia para poder atender às necessidades dos usuários das informações auditadas.

Dessa forma, os *Assurance Services* passarão a promover a utilidade dos serviços executados pelos auditores que, portanto, conseguirão o aumento da demanda por seus serviços em um curto espaço de tempo.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E TESES

ABRAMO, Perseu – *Pesquisa Social: projeto e planejamento*. 2.ed., São Paulo, Editora T. A. Queiroz, 1976.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – *Professional Standards*, New York, 1994.

ASSAF NETO, Alexandre – *Estrutura e Análise de Balanços: em enfoque econômico-financeiro*, 4º ed., São Paulo, Editora Atlas, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – *Resolução n.º 2.554*, de 24 de setembro de 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – *Boletim do Banco Central do Brasil*, vol. 30, n.º 1, janeiro/1994.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – *Boletim do Banco Central do Brasil*, Suplemento Estatístico, dezembro/1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - *Boletim do Banco Central do Brasil*, vol. 35, n.º 3, março/1999.

BLAKE, John; AMAT, Oriol – *European Accounting*, London, Editora Pitman Publishing, 1993.

BOYTON, Willian C.; KELL, Walter G – *Modern Auditing*, 6º ed., Editora Wiley & Sons, New York, 1996.

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de – *O Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis no Brasil: estudo das limitações ao seu poder de comunicação*; Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1989.

CICA – *CICA Task Force on Assurance Service – Final Report*, 1998.

- DOWNES, Jonh and GOODMAN, Jordan Elliott – *Dicionário de termos financeiros e de investimento*; tradução de Ana Rocha Tradutores Associados, São Paulo, Nobel, 1993.
- FRANCO, Hilário – *A Evolução Dos Princípios Contábeis No Brasil*, São Paulo, Editora Atlas, 1988.
- GROUP OF THIRTY – *Derivatives: practices and principles*, Washington, 1993.
- GUY, Dan M., ALDERMAN, C. Wayne e WINTERS, Alan J. – *Auditing*, 5. ed., Editora Dryden, Orlando, 1999.
- HENDRIKSEN, Eldon S. & VAN BREDA, Michael F. – *Accounting Theory*, 5. ed., Illinois, Irwin, 1991.
- IASC – International Accounting Standards Committee – *Normas Internacionais de Contabilidade*, tradução do Instituto Brasileiro de Contadores, 1997.
- IASC – International Accounting Standards Committee – *Business Reporting on the Internet*, discussion paper, november 1999.
- IFAC – INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS – *Normas Internacionais de Auditoria e Código de Ética Profissional*, tradução de Vera Maria Conti Nogueira e Danilo A. Nogueira, São Paulo, IBRACON, 1997.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING BULLETIN – *Big Five Blaze a Consulting Trail*, june/1998, p. 2.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING BULLETIN – *Survey World*, december/1999, p. 6-12.
- IOSCO – INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS – *Risk Management and Control Guidance for Securities Firms and their Supervisors*, 1998.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de – *Teoria da Contabilidade*, 2. ed., São Paulo, Editora Atlas, 1987.

- MARTINS, Gilberto de Andrade – *Manual para elaboração de monografias e dissertações*, 2. ed., São Paulo, Editora Atlas, 1994.
- MATTAR, Fauze Najib – *Pesquisa de marketing: metodologia , planejamento*, São Paulo, Editora Atlas, 1996.
- NAKAGAWA, Masayuki – *ABC: custeio baseado em atividades*, São Paulo, Editora Atlas, 1994.
- NAHUZ, Lusimar Silva – *Manual para normalização de monografias*, 2. ed., São Luis, Editora Universidade Federal do Maranhão, 1993.
- PRICE WATERHOUSE – *Série de Guias de Auditoria*, São Paulo, 1986, material direcionado.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS – *Introdução a Products Industry e Princípios de Supply Chain Management*, São Paulo, 1998, material direcionado.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS – *Relatórios*, São Paulo, 1999, material direcionado.
- RICCHIUTE, David N. – *Auditing and Assurance Service*, 5. ed., Cincinnati, Editora South-Western, 1998.
- SENGER, Clemildo Aparecido – *A necessidade de mudar o enfoque de auditoria: um estudo sobre as big six*. Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1998.
- SILVA NETO, Lauro de Araújo – *Derivativos: definições, emprego e riscos*, São Paulo, Editora Atlas, 1997.
- TREVISAN AUDITORES E CONSULTORES – *Auditoria: suas áreas de atuação*; São Paulo, editora Atlas, 1996.
- TULL, Donald S.; HAWKINS, Del I. – *Marketing Research Meaning, Measurement, and Method: a test with cases*. New York: Macmillan, 1976.

ARTIGOS

- BALBI, Sandra – in Folha de S. Paulo, caderno Folhainvest, São Paulo, 15 de fev. 1999, p. 2.1-2.4.
- BEHN, Bruce K. *et alii.* – *The Determinants of Audit Client Satisfaction Among Clients of Big 6 Firms*, Accounting Horizons, p. 61-74, vol. 11, n.º 1, p. 7-24, march, 1997.
- DAMBRÓSIO, Daniela – *Fusões alteram o mercado das auditoria*, in Gazeta Mercantil, São Paulo, 21 out. 1999.
- DEBRECENY, Roger – *New research maps the changing landscape*, in *Australian Accountant*, june, 1997, p. 48-50.
- ELLIOTT, Robert K. – *Assurance Service Opportunities*, in *Accounting Horizons*, vol. 11, December/1997.
- FROST, Carol A. & RAMIN, Kurt P. – *International Auditing Differences*, in *Journal of Accountancy*, Abril/1996.
- FINANCIAL TIMES – *SEC quer regular comitês de auditoria*, in *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 10 dez. 1998, p. C-7.
- GELBCKE, Ernesto Rubens – *Auditoria - os riscos profissionais e a complexidade dos novos ambientes*. Trabalho apresentado na 15ª convenção dos contabilistas do estado de São Paulo, Águas de Lindóia, 1997.
- HERMANSON, Heather M. *et alii* – *An Analysis of Multinational "Audit Failures"*.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING BULLETIN – *Big Five blaze a consulting trail*, in *International Accounting Bulletin*, issue 251, June/1999, p. 2.
- KELLY, Jim – *The firm created by this wednesday's merger of two of the big six wants to pull away from the pack – but the pack itself is changing*, in *Financial Times*, 29/06/1998, p. 29.

REVISTA INTERNAL AUDITOR – *Consulting Revenues Grow*, in *Internal Auditor*, vol. 54, june/1997

ROGERSON, Paul – *World Bank takes aim at Big Five over Asia*, in *International Accounting Bulletin*, issue 236, october/1998, p. 1 and 4.

SITES NA INTERNET

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – Assurance Services: Definition and Interpretive Commentary, 1998 a disponível no site <http://www.aicpa.org/assurance/scas/constud/defincom/index.htm> em 15/05/98.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – *Threats*, 1998 b disponível no site <http://www.aicpa.org/assurance/scas/howaffct/lgfirm/threats/index.htm> em 15/05/98.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – *Improving Business Reporting – a customer focus contents, background and foundation*, 1998 c, Disponível no site: <http://www.aicpa.org/business/main.htm> em 07/10/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – *The Current Audit's Information*, 1998 d, disponível no site <http://www.AICPA.org/assurance/scas/comstud/futfinst/inforset.htm> em 15/05/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – *Megatrends Affecting Future Assurance Services*, 1998 e, disponível no site <http://www.AICPA.org/assurance/scas/comstud/mega/index.htm> em 16/05/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – *Future of the Financial Statement Audit*, 1998 f, disponível no site <http://www.AICPA.org/assurance/scas/howaffc/industry/range/future.htm> em 16/05/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – *Future of the Financial Statement Audit*, 1998 g, disponível no site <http://www.AICPA.org/assurance/scas/howaffc/industry/range/future.htm> em 16/05/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS –
Eletronic Commerce Assurance, 1998 h, disponível no site
<http://www.aicpa.org/assurance/scas/newssvs/elec/index.htm> em 16/05/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS –
Assurance on Risk Assessment, 1998 i, disponível no site
<http://www.aicpa.org/assurance/scas/newssvs/risk/index/index.htm> em
16/05/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS –
Assurance on Risk Assessment, 1998 j, disponível no site
<http://www.aicpa.org/assurance/scas/newssvs/perf/index.htm> em 16/05/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS –
Systems Reliability Assurance, 1998 k, disponível no site
<http://www.aicpa.org/assurance/scas/newssvs/reliab/index.htm> em 16/05/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS –
Assurance on Performance Measures – Health Care Providers, 1998 l,
disponível no site [http://www.aicpa.org/assurance/scas/newssvs/health/](http://www.aicpa.org/assurance/scas/newssvs/health/index.htm)
[index.htm](http://www.aicpa.org/assurance/scas/newssvs/health/index.htm) em 16/05/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS –
ElderCare Assurance, 1998 m, disponível no site
<http://www.aicpa.org/assurance/scas/newssvs/health/index.htm> em 16/05/1998.

AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS –
Survey results, 1998 n, disponível no site [assurance/scas/newssvs/addlposs/](http://www.aicpa.org/assurance/scas/newssvs/addlposs/results.html)
[results.html](http://www.aicpa.org/assurance/scas/newssvs/addlposs/results.html) em 16/05/1998.

ARTHUR ANDERSEN – *Assurance and advisory Services*, 2000, disponível no site:
[http:// arthurandersen.com/framesalt.aps?/firmwide/search.asp](http://arthurandersen.com/framesalt.aps?/firmwide/search.asp). em 15/02/2000.

ARTHUR ANDERSEN – *Services*, disponível no site: [http://](http://arthurandersen.com/WebSite.nst.OfferingsAssuranceServices/OpenDocuments)
arthurandersen.com/WebSite.nst.OfferingsAssuranceServices/OpenDocuments
em 04/01/2000.

BASLE COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION – *Framework for International Control Systems in Banking Organisations*, 1998, disponível no site: <http://www.bis.org> em 31/12/1999.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATION OF THE TREADWAY COMMOSSION – COSO – *About*, disponível no site <http://www.coso.org> em 15/02/2000.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATION OF THE TREADWAY COMMOSSION – COSO – *Internal Control – Integrated Framework*, disponível no site http://coso.org/Publications/executive_summary_integrated_framework.htm em 15/02/2000.

DATASUS – *Gasto público com saúde, como percentual do gasto federal total*, disponível no site <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idl98/e08.def> em 15/04/2000.

DELOITTE & TOUCHE TOHMATSU – *Delotte & Touche Continues Revenue Growth*, disponível no site [http:// dtus.com/us/news/98Dec/revenue.htm](http://dtus.com/us/news/98Dec/revenue.htm) em 14/05/99.

DELOITTE & TOUCHE TOHMATSU – *Assurance and Advisory Services*, disponível no site [http:// dtus.com/us/what/SerLines/AA/AS2.htm](http://dtus.com/us/what/SerLines/AA/AS2.htm).

ERNST & YOUNG – *What makes Ernst & Youn's audit so relevant?*, disponível no site <http://www.eyi.com/inf.nsf> em 05/07/99.

ICAEW – INSTITUTE OF CHARTERED OF ACCOUNTANTS IN ENGLAND AND WALES – *Added-value profissionals chartered accountants in 2005*, 1999, disponível no site <http://www.icaew.co.uk/depts/adm/admpolco/2005ttl.htm>

IFAC – INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS – *Proposed linternational Standard on Assurance Service*, 1999, disponível no site <http://www.ifac.org/StandardsAndGuidance/IAPC/AssuranceEngagements/index.html> em 31/10/1999.

IFAC – INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS – *New Services for Auditors*, 1999 b, disponível no site <http://www.ifac.org/LatesDevelopment/Quarterly-July1999/NewsServices.html> em 03/01/2000.

IOSCO – INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS – *General Information on IOSCO*, disponível no site: http://www.iosco.org/gen-info_main.html em 21/02/2000.

KPMG – *Assurance Services*: disponível no site <http://www.us.kpmg.com/assurance/february97/wakeup.html> em 15/12/98

PRICEWATERHOUSECOOPERS – *Securities Litigation Newsletter* – 1999 c, disponível no site: <http://www.pwcglobal.com> em 24/02/2000 b.

PRICEWATERHOUSECOOPERS – *1998 Securities Litigation Study* – 1999 d, disponível no site: <http://www.pwcglobal.com> em 24/02/2000 c.

PRICEWATERHOUSECOOPERS – *Global Assurance and Business Advisory Services* – disponível no site: <http://www.pwcglobal.com/extweb/service> em 28/02/1999 e.